



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

# **CONSUNI**

## **4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016**

Data: 27 de março de 2016 (quarta-feira).

Horário: 08h30min

Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

## CONVOCAÇÃO

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da Universidade Federal Rural do Semi-Árido convoca todos os conselheiros a se fazerem presentes a **4ª Reunião Extraordinária de 2016**, com data, horário e local, abaixo determinados, para cumprir a seguinte pauta:

1. Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 002/2016.
2. Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à criação do curso de graduação de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas, e sobre o número de vagas para ingresso neste curso, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 004/2016.
3. Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à alteração no ingresso dos cursos de Letras/Inglês e Letras/LIBRAS do Câmpus Caraúbas, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 003/2016.
4. Apreciação e deliberação sobre minuta de Edital PROEC de Apoio a Programas e Projetos de Extensão, encaminhada por meio do Memorando Eletrônico N° 17/2016-PROEC.
5. Apreciação e deliberação sobre os processos de redistribuição das servidoras técnico-administrativas Jéssica Girlaine Guimarães Leal (Processo 23091.002965/2016-75) e Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro (Processo 23091.003861/2016-36).
6. Apreciação e deliberação sobre renovações de afastamento para qualificação de servidores.
7. Outras ocorrências.

**Data: 27 de abril de 2016 (quarta-feira).**

**Horário: 8h30min**

**Local: Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores.**

Mossoró-RN, 20 de abril de 2016.

  
**José de Arimateia de Matos**  
Presidente



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
**4ª Reunião Ordinária de 2016**

## **1º PONTO**

Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à criação do curso de pós-graduação lato sensu em Gestão Pública, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 002/2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**PARECER CONSEPE/UFERSA Nº 002/2016**

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, em sua **3ª Reunião Ordinária de 2016**, realizada no dia 20 de abril de 2016, considerando o Processo 23091.003171/2016-42 e o Artigo 51, inciso VI, do Regimento Geral da UFERSA, aprova e propõe ao Conselho Universitário:

A criação do curso de pós-graduação *lato sensu* em **Gestão Pública**.

O Projeto Pedagógico foi aprovado com as seguintes ressalvas:

1. No ponto “9. *Período e Periodicidade*”: realocar segundo parágrafo deste item no ponto 13.
2. No ponto “10. *Conteúdo Programático do curso de Especialização em Gestão Pública*”: corrigir numeração dos índices a partir no item 10.3; inserir descrição de objetivo, ementa e referências bibliográficas da disciplina "Gestão de Sistemas de Serviço de Saúde", da área de concentração “Gestão em saúde”, no item 10.3; e inserir referências bibliográficas da disciplina "Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil", da área de concentração “Gestão de Políticas Agrícolas”, no item 10.4.
3. No ponto “13. *Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa*”: definir espaços físicos que serão utilizados para realização do curso e inserir o item “Cronograma”, descrevendo tempo de duração e carga horária;
4. No ponto “15. *Orçamento*”: inserir texto que discorra sobre a planilha orçamentária, informando que a proposta pode ser submetida em edital; retirar da planilha a despesa com pagamento referente à Coordenação do programa.

Encaminhe-se este Parecer ao Conselho Universitário para deliberação.

Mossoró-RN, 20 de abril de 2016.

  
**José de Arimatea de Matos**  
Presidente



Secretaria dos Órgãos Colegiados &lt;soc@ufersa.edu.br&gt;

---

## Processo Gestão Pública

---

**FERNANDO PORFIRIO** <fernandoporfiri@ufersa.edu.br>

20 de abril de 2016 11:53

Para: Secretaria dos Órgãos Colegiados &lt;soc@ufersa.edu.br&gt;

Cc: eric amaral ferreira &lt;eric@ufersa.edu.br&gt;, ANGELO MAGALHAES SILVA

&lt;angelomagalhaes@ufersa.edu.br&gt;, analucia analucia &lt;analucia@ufersa.edu.br&gt;, "ludimilla@ufersa.edu.br"

&lt;ludimilla@ufersa.edu.br&gt;, Leo Rocha &lt;leonardoandrocha@yahoo.com.br&gt;

Att:

Secretaria dos Orgãos Colegiados.

Conforme decisão do CONSEPE de hoje, encaminho o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização Latu Sensu em Gestão Pública com as devidas considerações e ajudes feitas pelo CONSEPE, com vista a apreciação e homologação pelo CONSUMI.

Em anexo segue documento ajustado.

Atenciosamente,

Enviado do [Email](#) para Windows 10

---

**De:** [Secretaria dos Órgãos Colegiados](#)**Enviado:** quarta-feira, 20 de abril de 2016 11:16**Para:** [fernandoporfiri](#) [fernandoporfiri](#)**Assunto:** Processo Gestão Pública

[Texto das mensagens anteriores oculto]

**PPC-EspGestaoPub\_novo3.pdf**

1057K

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RURAL DO SEMI-ÁRIDO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
GESTÃO PÚBLICA**

BRASIL/2016

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RURAL DO SEMI-ÁRIDO

# **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO PÚBLICA**

**Equipe de elaboração:**

Prof. Dr. Ângelo Magalhães Silva – UFERSA  
Prof. Dr. Eric Amaral Ferreira - UFERSA  
Prof. Dr. Fernando P. S. de Oliveira – UFERSA  
Prof. Dr. Leonardo Andrade Rocha – UFERSA  
Profa. Dra. Ludimilla C. S. F. Oliveira -UFERSA

BRASIL/2016

# IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA PROPOSTA

**Nome do Curso:** Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública (Áreas de concentração: Gestão Pública, Gestão Municipal, Gestão da Saúde e Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão em infraestrutura e logística)

**Grande área do Conhecimento:** Administração Pública e Ciência Política

**Área do Conhecimento:** Gestão Pública

**Local de Realização:** DACS/UFERSA/MOSSORÓ

**Departamento Responsável:** DACS

**Duração:** 18 meses, com data de início em aberto (Curso de natureza esporádica).

**Carga horária:** 480h de disciplinas, sendo 180h do Núcleo básico e 210h da Área de concentração e 90h complementar.

**Modalidades:** Presencial ou EaD.

**Número de turmas:** 1 turma

**Número de vagas:** 50

**Clientela-alvo:** Portadores de diploma de curso superior que tenha pretensão em atuar na área Pública, Servidores Públicos, Assessores, dirigentes de ONG e egressos das graduações em Ciências Sociais e áreas afins.

**Maturidade do curso:** novo.

**Estrutura curricular:** Modulada (Núcleo Básico e Áreas de Concentração das Especialidades)

# 1. JUSTIFICATIVA

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacional-desenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma “nova gestão” de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o *welfarismo* municipal.

As políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), respectivamente. Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos (ABRUCIO; COUTO, 1996; ABRUCIO, 2005). Na realidade, até o presente momento muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior, ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública, como sugerem Kissler e Keidemann (2006).

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade de Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. Dados do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) revelam que a receita própria dos municípios está aquém do potencial de arrecadação. De fato, a Tabela 1 mostra que nem todos os municípios cobram Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (93%) e apenas 83% tem sistema de cobrança informatizado. No que tange ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, somente 83,7% dos municípios cobram e apenas 67,9% o fazem com sistema informatizado. Na Região Nordeste, a situação é preocupante: menos da metade dos municípios (47,6%) tem sistema de ISSQN informatizado. Ressalte-se que, no Brasil,

essa situação é mais frequente nos municípios com população abaixo dos 20.000 habitantes.

**Tabela 1:** Municípios, total, com cadastro imobiliário, com cobrança de IPTU, Planta Genérica de Valores e cadastro para cobrança do ISS, com indicação da existência de sistema informatizado dos cadastros e da Planta Genérica de Valores, segundo Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios – 2006

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Cadastro imobiliário		Cobrança de IPTU	Planta Genérica de Valores		Cadastro para cobrança do ISS	
		Total	Informatizado		Total	Informatizado	Total	Informatizado
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>5 203</b>	<b>4 623</b>	<b>5 196</b>	<b>4 018</b>	<b>3 120</b>	<b>4 661</b>	<b>3 780</b>
Até 5.000	1 371	1 276	1 084	1 277	904	653	1 062	797
De 5.001 a 10.000	1 290	1 175	1 016	1 180	844	624	1 024	815
De 10.001 a 20.000	1 292	1 198	1 065	1 189	923	707	1 095	862
De 20.001 a 50.000	1 033	981	899	975	812	666	919	775
De 50.001 a 100.000	311	308	296	308	278	240	300	279
De 100.001 a 500.000	231	229	227	231	221	196	225	216
Mais de 500.000	36	36	36	36	36	34	36	36

**Fonte:** Perfil dos Municípios Brasileiros 2006, IBGE (2006).

Em relação a taxas, os municípios brasileiros estão longe da eficiência arrecadadora, conforme prevê a LRF. A Tabela 2 revela que taxas de coleta e de limpeza pública são cobradas em menos da metade dos municípios.

**Tabela 2:** Percentual total de municípios com existência de taxas instituídas em 2006.

Brasil	Total	Com existência de taxas instituídas					
		Taxa de iluminação	Taxa de coleta de lixo	Taxa de incidência	Taxa de limpeza pública	Taxa de poder de polícia	Outros tipos de taxas
	100,0	70,0	49,5	3,7	42,3	55,3	43,3

**Fonte:** Perfil dos Municípios Brasileiros 2006 IBGE (2006).

Esses dados mostram que o Poder Público Municipal não está preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir a legislação relacionada à arrecadação. É razoável afirmar que isso se deve à carência de quadro de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa.

Nesse sentido, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão municipal. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

Para tanto, é preciso que seja dada oportunidade a cidadãos e a estados e prefeituras de todo o Brasil de se capacitarem para o exercício de uma administração pública profissional.

## 2. HISTÓRICO

### 2.1 Histórico da UFRSA

A Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA surgiu da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto No 03/67, de 18 de abril de 1967.

A ESAM teve em sua fase inicial, como entidade mantenedora, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA. Em 21 de outubro de 1969, através do Decreto–Lei No 1.036, foi incorporada à Rede Federal de Ensino Superior, como autarquia em regime especial, com limite territorial de atuação, circunscrito ao município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, regendo-se pela legislação vigente e por seu Regimento Geral.

Em 13 de julho de 2005, o Senado Federal aprovou o Projeto de Lei que transformou a antiga ESAM em Universidade Federal Rural do Semiárido – UFRSA, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, e em 29 de julho de 2005, o Presidente da República sancionou a Lei Nº 11.155 de 29 de julho de 2005, publicada no diário oficial da união no dia 01 de agosto de 2005, na seção 1, nº 146, criando a Universidade Federal Rural do Semiárido.

A UFRSA hoje está voltada a atender as demandas sociais locais, regionais e mesmo do País, a Instituição desenvolve suas atividades fins nas diversas áreas do conhecimento, que compreendem as áreas das ciências agrárias, ciências exatas e da terra, ciências sociais aplicadas, ciências biológicas, engenharias, ciências humanas e tecnológicas forme quadro abaixo. O incremento na área de ciências humanas e a inserção na área de ciências da saúde serão objeto de implantação na vigência deste PDI.

**Quadro 1** do número de curso por área do conhecimento UFRSA

Áreas do conhecimento	Graduação	Pós-graduação
Ciências exatas e da terra	2	3
Ciências biológicas	1	1
Engenharias	11	1
Ciências humanas	4	-
Ciências agrárias	6	7
Ciências sócias aplicadas	3	-
Tecnológicas	8	-
Interdisciplinar	1	1
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>13</b>

Fonte: PDI UFRSA 2015-2019 dados consolidados em 30/06/2014.

## 2.2 Experiências da UFRSA no curso de Administração

O Curso de Administração da UFRSA foi criado pela Resolução nº 002/2006 de 09 de março de 2006, tendo ingressado a primeira turma de alunos no segundo semestre de 2006. A cada semestre, 50 novos alunos ingressam no período noturno através de processo seletivo vigente, caracterizando, portanto, como regime acadêmico, o de créditos.

O Curso de Administração, conforme a classificação do Ministério da Educação integra as Ciências Sociais Aplicadas. A graduação de Administração da UFRSA conta com o Conselho de Curso regido pela Resolução CONSEPE/UFRSA Nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010 e o Núcleo Docente Estruturante orientado pela Resolução CONSEPE/UFRSA Nº 009/2010, de 21 de outubro de 2010.

Para consubstanciar a reconstrução do PPC, a partir de janeiro de 2013, os docentes realizaram pesquisas sobre os egressos e os trabalhos de conclusão de curso para verificar o caminho percorrido pelos formados. Foi observado que os trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados dos discentes contemplam todas as áreas da Administração, especialmente as de marketing, gestão de pessoas e produção. As suas pesquisas são desenvolvidas, em sua maioria, nas empresas privadas, principalmente as do setor terciário, tendo em vista as possibilidades de pesquisa existentes neste setor para a região do semiárido potiguar. Os egressos do curso de Administração da UFRSA, que totalizam 152 até 2013.2 (março de 2014), encontram oportunidades em organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos, concentrando-se nas públicas, seguidas das privadas (como empregado ou proprietário) e nas sem fins lucrativos.

Para atender às demandas do curso de Administração da UFRSA, o quadro de docentes é composto por mestres e doutores. Dentre os dezessete professores específicos da área de Administração, sete doutores, cinco doutorandos, quatro mestres e um professor a ser selecionado. As informações apresentadas estão embasadas na situação de agosto de 2014.

Ademais, como bem sinalizam Lousada e Martins (2005), a forte relação entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e a sociedade é indiscutível. Em vistas disso, as IES, preocupadas com a sociedade na qual estão inseridas, devem direcionar suas ações de forma a servir e influenciar a sociedade. Em suas palavras:

As universidades são depositárias das esperanças sociais de grande parte da população, que espera e cobra resultados, benefícios sociais e culturais efetivos das IES. Tais instituições, para darem cumprimento a essa tarefa, necessitam ter uma consistência clara de suas potencialidades e limites, bem como contar com mecanismos capazes de indicar, com clareza, as diretrizes e metas futuras. (LOUSADA; MARTINS, 2005, p. 75).

Mais especificamente, no âmbito da administração, devido a sua natureza dinâmica, a sociedade está em constante processo de aperfeiçoamento, a fim de promover a melhoria contínua das organizações e a competição de mercado. Isso, por sua vez, impele as ciências administrativas a se estruturarem, no âmbito teórico e empírico (DOLIVEIRA; STEFFANO; SYRITIUK, 2005).

Essa necessidade de estruturação requer também que os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Administração estejam sintonizados com as demandas dessa sociedade, no sentido de direcionar a formação acadêmica à realidade vivenciada, para atender às exigências e manter-se sintonizados com as transformações ocorridas na sociedade e nas organizações. Com isso em mente, Doliveira, Steffano e Syritiuk (2005) defendem que essas demandas podem ser alcançadas pelos cursos de Administração com a identificação e desenvolvimento de competências específicas.

A identificação e desenvolvimento de competências específicas é o que Michelin et al. (2009) denominam de descrição e definição do egresso. Segundo os autores, a descrição e definição do egresso devem ser estruturadas de forma a contemplar a formação de cidadãos com competências requeridas pela sociedade; e ainda devem servir de fundamento para o planejamento do curso, bem como de toda sua estrutura curricular. Para tanto, a descrição e definição do egresso devem ser o resultado de uma análise criteriosa dos fatores mutantes provenientes das relações sociais e produtivas, tais como os fatores histórico-culturais, socioeconômicos, tecnológicos e políticos inerentes ao contexto local e regional, mas sem deixar de levar em consideração o contexto nacional e global. (UFERSA, PPC-ADM, 2015.1, p.17).

### **3. OBJETIVOS DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO PÚBLICA DA UFERSA**

O curso tem por objetivo a qualificação de pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais públicas. Especificamente, pretende:

- a) Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) sistemas públicos e terceiro setor;
- b) Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
- c) Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e especialmente municipal;
- d) Contribuir para que o gestor público desenvolva visão da gestão estratégica dos resultados dos “negócios públicos”, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo em suas subunidades.

## 4. PÚBLICO-ALVO

O curso e suas respectivas áreas de concentração destinam-se a cidadãos portadores de diploma de curso superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor e/ou aqueles que tenham aspirações ao exercício de função pública. Os objetivos de aprendizado para o estudante são os seguintes:

- a) Compreender os conceitos básicos e terminologias nas áreas funcionais chave de organizações do primeiro (Estado), segundo (mercado) e terceiro setor (sociedade civil organizada) nas áreas: gestão, políticas públicas, estratégia, planejamento, operações, finanças públicas, recursos humanos, desenvolvimento, empreendedorismo público e outras;
- b) Demonstrar habilidade para diagnosticar, analisar e oferecer soluções duradouras para situações organizacionais/empresariais complexas;
- c) Desenvolver habilidades-chave (comunicação oral e escrita, trabalho em equipe, liderança) requeridas para uma carreira gerencial pública de sucesso.

O curso permitirá o crescimento profissional especializado e acadêmico do estudante por meio de:

- a) Orientação da habilidade do pensamento crítico para os problemas sociais e de governo;
- b) Desenvolvimento da habilidade de analisar estrategicamente as questões de relacionamento sistêmico da organização-ambiente ao invés de oferecer apenas soluções operacionais;
- c) Fortalecimento da habilidade de comunicação por meio de discussões presenciais e/ou virtuais, estudo de *cases*, trabalhos escritos e apresentação de seminários;
- d) Aumento da capacidade de liderança na organização através da participação em trabalhos em equipe;
- e) Ampliação da compreensão das variáveis ambientais que afetam a *performance* e o resultado organizacional;
- f) Ênfase na natureza global do ambiente atual e seu impacto sobre a tomada de decisão;
- g) Melhoria da habilidade de tomada de decisão em ambientes organizacionais mais complexos, por meio do uso de processos de simulação de situações estratégico-operacionais;
- h) Integração dos aspectos teóricos e práticos, através da elaboração projetos e gestão, bem como a análise de *cases*.

O desenvolvimento de uma sociedade de bem-estar, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de uma série de fatores econômicos, sociais e políticos, sendo importantes as práticas de organização e administração do trabalho, adotadas na sociedade, no decorrer de seu processo de desenvolvimento, tanto na área pública quanto na área empresarial. Nesse sentido, o papel reservado ao curso de Especialização nas áreas da Gestão Pública se torna relevante, na medida em que os agentes especialistas egressos (gestores e formuladores de políticas públicas) estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica de forma integrada.

Essa habilidade é necessária em ambientes onde as mudanças ocorrem numa dinâmica veloz, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional

responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade empreendedora, seu espírito crítico e a sua capacidade de produção de conhecimentos.

Aliada a esta “personalidade dinâmica e flexível” – traço essencial na garantia de um bom desempenho do profissional da gestão –, é preciso, ainda, que o Gestor Público desenvolva uma visão da gestão estratégica dos “negócios públicos”, o que pode ser obtido a partir do estudo sistemático e aprofundado das diversas áreas de ação no campo da Administração Pública e da integração sistêmica destas áreas em termos de conhecimento conceitual e analítico.

Deste modo, independente dos conhecimentos “comportamentais” e “de contexto”, exige-se do Gestor Público, o domínio das principais técnicas gerenciais no campo organizacional, de seus “recursos” humanos, financeiros e de produção e de gestão pública, evidentemente referenciada em um compromisso ético aliando a construção de uma sociedade de bem-estar.

**No campo organizacional** e de seus recursos, espera-se que o Gestor seja capaz de promover o equilíbrio entre os objetivos organizacionais, suas disponibilidades e os interesses e necessidades dos servidores e sociedade em geral. Para tal, exige-se que o Gestor seja capaz de pensar novas formas de organização (tanto nos seus aspectos estruturais como nos funcionais), compatíveis com um ambiente em que a participação no processo decisório e a crescente responsabilidade das organizações com o desenvolvimento humano parecem constituir-se em condições essenciais para a obtenção de sucesso.

**Na área de estudos governamentais**, é imprescindível que o Gestor seja capaz de conhecer os processos de formação e desenvolvimento do Estado em sua inserção no processo mais amplo da formação sociocultural, bem como a lógica e os procedimentos das ações administrativas governamentais, seja na área financeira e orçamentária, seja no processo de formulação e avaliação de políticas públicas em geral, não apenas de modo a cuidar da “coisa pública” de modo eficiente, mas, também, responsável, permitindo, assim, a manutenção de relações harmônicas entre o setor público, de um lado, e o privado e a sociedade civil organizada, de outro, no âmbito das responsabilidades sociais do Estado.

# 5. CONCEPÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO AO PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## 5.1 Aspectos fundamentais

Tendo como aspectos fundamentais a formação técnica-profissional dos gestores públicos o curso é construído conforme as bases curriculares nacionais do fórum nacional de coordenadores de pós-graduação em Administração Pública que norteiam as políticas nacionais de formação de servidores públicos.

Somados aos critérios que fundamentam os componentes curriculares do curso de especialização *lato sensu* e respeitando o que preconiza a LDB Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e a redação dada pela Lei nº 13.168, de 2015, assim atendendo ao disposto na Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007 e conforme o § 1º do art. 80 da Lei 9.394, de 1996 que regulamenta o *lato sensu* no país.

Portanto, o programa de pós-graduação *lato sensu* em gestão pública inclui áreas numa abordagem gerencialista os quais são necessários para atender as demandas do Governo que começou a instituir diversos programas de incentivo à modernização da Administração Pública no Brasil. São eles, entre outros:

- a) GesPública, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços públicos oferecidos ao cidadão e aumentar a competitividade do país;
- b) Carta de Brasília (MPOG e CONSAD) para promover a modernização da gestão pública, incluindo a capacitação da força de trabalho, a revisão dos processos de trabalhos e intensificação de esforços intra e inter governos;
- c) PNAGE, com a finalidade de modernizar a gestão e o planejamento dos estados brasileiros;
- d) PMAE, visando a modernização da gestão municipal, que contam com financiamento externo e/ou da própria União; e
- e) PNAP (Programa Nacional de Formação em Administração Pública), com o objetivo de capacitar pessoal para atividades de gestão do Serviço Público brasileiro.

Isso revela a prioridade e a necessidade da gestão e profissionalização, o que requer formação adequada de alto nível para a gestão pública. Para tanto, se abordado o pressuposto e justificativa de um Estado mais enxuto e eficiente, o Governo Collor patrocinou o desmonte do Estado brasileiro para transformá-lo em “Estado mínimo”, inspirado no *new public management*.

A partir de então, houve uma redução do quadro de funcionários via aposentadorias precoces. Com a reforma administrativa no início do governo FHC, em 1995, desenha-se um Estado regulador e indutor ao invés do Estado desenvolvimentista verificado no Brasil até o final dos anos 1980.

O Governo Lula, que teve início em 2003 e se estenderá até 2010, estão recompondo o quadro de servidores e, sem negar as mudanças havidas nos dois governos que o antecederam, implantou: a) reformas do modelo de gestão pública, b) ações voltadas para a inovação gerencial; e c) um Estado promotor da inclusão social com programas compensatórios de nível nacional (BRANDIÃO *et al.*, 2007).

A mudança do papel repercutiu no aparelho do Estado nos âmbitos federal, estadual e municipal, trazendo demandas gerenciais mais complexas. Isso significa uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas.

Na esfera da União, vislumbra-se a necessidade de um gestor mais generalista e com conhecimento em logística para atender, principalmente, às áreas de educação e saúde, que respondem por 34% e 21%, respectivamente, do total de servidores da União, segundo dados da ENAP. Nessas áreas há programas importantes e de grande magnitude – como a distribuição de material escolar, pelo MEC, e de preservativos, retrovirais e medicamentos, pelo Ministério da Saúde – que necessitam de competência específica em logística para atingir todos os estados e municípios brasileiros.

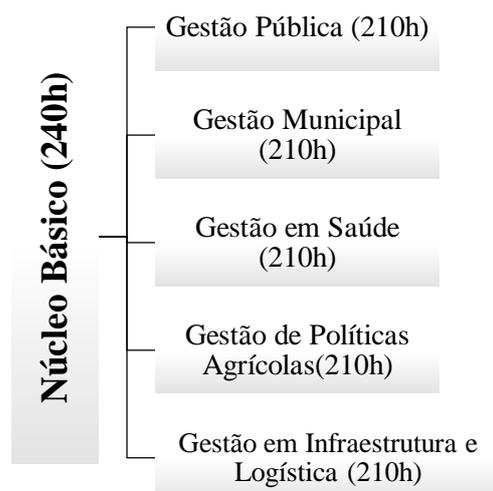
No nível estadual, além de uma forte formação conceitual, indica-se um gestor que possa trabalhar a estrutura organizacional do estado-membro e conceber formatos de redes de cooperação intermunicipais. No caso da estrutura administrativa, é sabido que os governos estaduais ainda não introduziram as mudanças necessárias para exercer o novo papel do Estado no Brasil, como revela Abrúcio (2005). A formação de redes é uma possibilidade – com várias experiências positivas – de induzir o desenvolvimento regional a partir do esforço conjunto. Dos 5.564 municípios brasileiros – com 4,5 milhões de servidores – a maioria não possui economias de escala para alavancar o desenvolvimento de áreas prioritárias, como saneamento, habitação, manutenção de vias públicas urbanas e rurais.

No âmbito do município, a formação do gestor precisa ser mais específica. Em um profundo estudo sobre os municípios brasileiros, o Banco Mundial, em parceria com o IPEA, indica cinco grandes prioridades: a) aumentar a competitividade da cidade; b) desenhar um sistema subnacional de crédito sustentável baseado no mercado; c) melhorar a provisão de serviços usando a participação do setor privado; d) melhorar as eficiências nos mercados urbano e fundiário; e) insistir numa melhor colaboração entre governos locais (BANCO MUNDIAL, 2006).

O plano diretor ou estatuto da cidade, na forma como é concebido no Brasil, revela-se como um grande plano estratégico; nesse caso, é preciso que o mesmo tenha um tratamento do tamanho de sua importância, tanto na elaboração quanto na sua implantação e uso dos recursos públicos mensurando seu retorno sobre o investimento. Por um lado, a gestão da receita municipal exige conhecimento mais aprofundado de tributação; por outro, licitações e contratações, aliadas à administração de projetos compõem o lado dos gastos. Vale lembrar que a introdução da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) alterou a forma de gestão pública no Brasil, conforme sugere Banco Mundial (2006).

Portanto, perante todos esses aspectos apresentados propõe-se a criação de um curso *Lato Sensu* em Gestão Pública modulado sob cinco áreas, inicialmente. Essa configuração pode ser melhor visualizar na figura 1 abaixo.

**Figura 1:** O Curso terá a seguinte configuração.



**Figura 1:** Componentes modulados da ação formativa no curso de especialização em Gestão Pública  
**Fonte:** adaptada de Preti (1996).

As diretrizes do Curso de especialização devem oportunizar uma formação que privilegie tanto a dimensão profissional especializada quanto a dimensão política, buscando-se:

- a) Formação ético-humanística que a formação do cidadão requer; e
- b) Formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

A estrutura curricular do Curso de Especialização vinculado ao Programa Nacional de Formação em Administração Pública é concebida, inspirado em Costa (1996), num jogo de correlação de forças que determina critérios de validade e legitimidade pelos quais são produzidas representações, sentidos e instituídas realidades; é um lugar de circulação das narrativas, mas, sobretudo, é um lugar privilegiado dos processos de subjetivação, da socialização dirigida, controlada.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto sócio-econômico-cultural específico, o currículo deste curso é construído na perspectiva de uma formação científica-profissional de qualidade e uma formação humanista universal que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos especializados para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos relacionados ao fazer.

## 5.2 Abordagens teórico-práticas

Para tanto, esta proposta traz como base para sua sustentação as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma a contemplar e integrar os tipos de saberes hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os

fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, curiosidade e criatividade;
- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e
- e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorizar a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a auto avaliação.

Há três categorias de princípios que nortearão a estrutura curricular do Programa: epistemológicos, metodológicos e dinamizadores:

### 5.2.1 Princípios epistemológicos

Esses princípios, que devem sustentar a formação e o perfil do profissional da gestão pública administração, são expressos através de duas dimensões:

- a) Dimensão epistemológica: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas às ciências que integram o currículo do curso; e
- b) Dimensão profissionalizante: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos das áreas de concentração que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas suas relações sócio-político, cultural e instrumental nas perspectivas da moral e da ética.

Tendo em vista essas duas dimensões, a estrutura curricular do curso de Gestão Pública sustenta-se em dois módulos de estudos, a saber: Módulo Básico, que se refere aos fundamentos epistemológicos da administração e da administração pública, e Módulos Específicos, contemplando cinco áreas de concentração, abrangendo a esfera pública geral e/ou municipal, a gestão de organização de saúde pública, da política agrícola e da gestão da infraestrutura e logística.

### 5.2.2 Princípios Metodológicos

Tendo presente que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum, três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

- a) **Historicidade:** é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, está sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num

*continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

- b) **Construção:** é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos; e
- c) **Diversidade:** é importante que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa pública.

### 5.2.3 Princípios Dinamizadores

Os princípios dinamizadores do currículo do curso são decorrentes não só das abordagens epistemológica e metodológica do curso, mas também do fato de que os estudantes terão uma abordagem teórico-prática-profissional dos conteúdos trabalhados.

A adoção desse princípio implica uma dinâmica curricular que torne o vívido pensado e o pensado vívido, com a incorporação, no processo de formação acadêmica, da experiência profissional ou das práticas vividas pelos estudantes em sua realidade imediata, a dialeticidade entre o desenvolvimento teórico das disciplinas e sua construção pela prática. Sendo assim, a reflexão teórica e a prática estarão presentes de forma dialetizada na experiência da formação profissional dos especialistas em Gestão Pública.

Essa direção metodológica implica inter-relações epistemológicas, em que a construção integradora do conhecimento põe-se como princípio também fundamental no desenvolvimento do curso, buscando-se o reconhecimento da autonomia relativa de cada área da gestão pública presente no curso Pós-Graduação *Lato sensu* em Gestão Pública e a necessária dialogicidade na busca do conhecimento da realidade educacional contextualizada, especialmente ao se tratar do semiárido brasileiro e suas particularidades.

## 6. REDE DE INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

O Curso de Especialização em Gestão Pública da UFERSA serão desenvolvidos em parceria por Instituições Públicas como: Prefeitura Municipal de Mossoró – (PMM), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). A exemplo do que ocorre na proposta do Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional – PROFIAP no Campi UFERSA, sempre procurando garantia de alinhamento nacional a formação balizada aos preceitos preconizados pelo Fórum Nacional do Ensino Público de Administração.

O Fórum tem o papel de integrar as políticas nacionais de formação e as experiências de ensino, pesquisa e extensão, na área de administração pública, reunindo os Coordenadores de Cursos oferecidos pela IES, nos níveis da graduação e pós-graduação *lato e stricto sensu* no Brasil.

## 7. Coordenação

A coordenação ocorrerá orientada pelos membros do colegiado do curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública, no qual elegerá os coordenadores, tanto do curso quanto de suas áreas específicas de concentração, quando disponibilizados turmas: Gestão Pública, Gestão Pública municipal, Gestão da Saúde, Políticas Agrícolas e infraestrutura e logística. No qual esses coordenadores, mais 1 (um) representante discente e da Fundação Guimarães Duque (FGD) formam o conselho que tem o papel de orientar as decisões do colegiado do curso.

As coordenações, Geral do curso e a pedagógica de áreas concentração serão exercidas por professores do quadro permanente do curso, com título de mínimo de Mestre e experiência em ensino de especialização em Gestão Pública.

## 8. Carga Horária

A estrutura curricular dos cursos de especialização é composta por um conjunto de disciplinas, abrangendo as quatro áreas de concentração, e um TCC e/ou artigo científico que revele domínio do tema escolhido, tratamento científico adequado e sua apreciação por uma banca examinadora. São as seguintes as áreas de concentração:

- a) Gestão Pública (390 horas);
- b) Gestão Municipal (390 horas);
- c) Gestão da Saúde (390 horas); e
- c) Gestão de Políticas Agrícolas (390 horas).
- d) Gestão pública em Infraestrutura e logística (390 horas)

Para integralização curricular, o estudante deverá cumprir 390 horas de carga horária referente aos créditos de uma das Áreas de Concentração e Básico, mais 90h dos créditos complementares sugeridos, além da elaboração de *artigo científico* enviado, aceito e/ou publicado em revista com corpo editorial ou trabalho completo publicado em anais de evento científico e/ou um TCC, que revele o domínio do tema escolhido e

tratamento científico adequado. Perfazendo 450 horas de carga horária total para o curso presencial e/ou 480 horas para o curso oferecido na modalidade EaD.

Ressalta-se que as especializações podem comportar “Seminários Temáticos”, que destaquem, mais acentuadamente, as atividades de pesquisa na realidade vivenciada pelo estudante em sua *práxis*. É um esforço para permitir que o estudante possa ser um dos atores efetivos, juntamente com o professor orientador, responsáveis pela construção do seu conhecimento em gestão pública, a partir da sua interação com a própria realidade imediata. Se forem realizadas, as atividades do “Seminário Temático” vão culminar em seminários abertos à sociedade local com o intuito de comunicação e difusão do conhecimento gerado pelo curso.

## 9. Período e Periodicidade

O Curso terá uma duração de 18 (dezoito) meses, incluindo cumprimento de créditos obrigatórios e complementares e elaboração do trabalho de conclusão de curso. Para o desenvolvimento dos conteúdos, serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos-pedagógicos:

- a) Aulas, oficinas e encontros presenciais;
- b) Livros e Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;
- c) EaD que através do uso de ferramentas de EaD, sistema de apoio, monitoramento e acompanhamento (Moodle) no qual apresenta um Ambiente Virtual Ensino-Aprendizagem (AVEA) para interação da comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de conteúdo, mídias, fóruns, chats, entre outras ferramentas e instrumentos pedagógicos complementares ao ensino a distância;

A periodicidade do curso poderá ser sazonal e de acordo com as demandas sociais, capacidades e disponibilidade físicas, infraestrutura tecnológica e humana da UFERSA. No qual fica a critério do colegiado do curso a oferta de vaga para quaisquer umas das áreas de concentração e modalidades oferecidas (Presencial ou EaD). Demonstrando com isso a natureza esporádica e não continuada dos cursos de especialização, conforme as necessidades locais de formação para atuação profissional especializada. Com isso não gerando a confusão de conflito de interesse nas IFES, sobre a gratuidade ou não do curso *lato sensu*, com isso apaziguado pelo entendimento do parecer do MPF.

# 10. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

O Curso, com 450 ou 480 horas terá dois módulos obrigatórios: um básico, que é núcleo comum e um específico, por área de concentração das especialidades. Além dos conteúdos complementares para produção do conhecimento incluídos no núcleo básico que distinguem as duas modalidades da oferta do curso.

## 10.1 Módulo Básico e Complementar

O módulo básico e complementar será o núcleo comum para todas as habilitações. É composto por sete disciplinas, de 30 horas, mais duas ou três disciplinas complementares de 30 horas perfazendo um total de 240 ou 270 horas:

Ord.	Disciplinas Básicas	C. H.
1	Estado, Governo e Mercado	30
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
4	Políticas Públicas	30
5	Planejamento Estratégico Governamental	30
6	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
–	<b>SUB-TOTAL 1 DE HORAS/AULA</b>	<b>180</b>
Ord.	Disciplina - Complementares	Carga Horária
1	Introdução a educação a distância - (caso modalidade EaD)	30
2	Metodologia Científica	30
3	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC	30
–	<b>SUB-TOTAL 2 DE HORAS/AULA</b>	<b>90</b>
–	<b>TOTAL DE HORAS/AULA PRESENCIAL</b>	<b>240</b>
	<b>TOTAL DE HORAS/AULA EAD</b>	<b>270</b>

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante do curso de Gestão Pública uma tomada de consciência sobre a atual política do governo e suas formas de gerencialismo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela nova gestão pública em sua realidade imediata do *locus* de atuação do profissional.

## 10.1.1 Ementas e Referências do Módulo Básico

### Disciplina 1 – Estado, Governo e Mercado

#### Objetivo

Essa disciplina enfoca as complexas relações entre Estado, governo e mercado nas sociedades capitalistas contemporâneas. Partindo das duas matrizes teóricas que explicam as relações entre Estado e sociedade no sistema capitalista – a liberal e a marxista –, a disciplina analisa criticamente as diversas interpretações concorrentes e/ou sucessivas sobre as sempre tensas e dinâmicas relações entre Estado, governo e mercado.

#### Ementa

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*).

- Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997).
- Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

#### Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

\_\_\_\_\_. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. “Quais as alternativas à democracia representativa?”, p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. “Introdução”, p. 9-30.

HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. **Revista del CLAD**. N.9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, “O governo do capital”, p. 87-115.

SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, “A democracia vertical”, p.181-245.

#### Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. “A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa”, pp. 67-117.
- SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, “Liberalismo e democracia”, p. 366-393.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

## **Disciplina 2 – O Público e o Privado na Gestão Pública**

### **Objetivo**

Essa disciplina tem por objetivo delimitar com clareza para o aluno as diferenças entre a esfera privada, que é o âmbito de atuação por excelência do administrador de empresas, e a esfera pública, na qual se situa a Administração pública e age o gestor público.

### **Ementa**

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos.

- A dicotomia público-privado; a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas.
- O servidor como agente da ação do Estado; os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público.
- Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público;

dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário.

- As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades.
- Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. a nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.
- **Referências Básicas**

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, “A grande dicotomia: público/privado”, p. 13-31.

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, nº 16, Salvador, 2007. Disponível em:

<[http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia\\_ULTIMAVERSÃO.pdf](http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V. & ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças. In: **RAP**, nº 40 vol. 4, jul/ago 2006. p. 679-98.

#### **Referências Complementares**

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB. 1986.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, “Estado, poder e governo”, p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latino americano de Ciencias Sociales**, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

\_\_\_\_\_. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007. Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **Interfac EHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <[http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74\\_pdf.pdf](http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf)>
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital** – capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo, Bomtempo, 1998.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

### **Disciplina 3 – Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro**

#### **Objetivo**

Essa disciplina tem por objeto levar o aluno a compreender como o Estado e a sociedade foram se modificando e desenvolvendo no Brasil, a partir da Primeira República, até chegar à conformação em que se encontram atualmente.

#### **Ementa**

A adequada compreensão de longos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá-los com a linha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina.

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-administrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI.

Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1; BRESSER-PEREIRA, 2001); Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945) (SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4); Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

#### **Referências Básicas**

- ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação**: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2, “A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores”, p.59-108.
- BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil**: Um Século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, nº3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Bom tempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Cap. IV, “Os mecanismos da centralização” p. 83-104.

#### **Referências Complementares**

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v.34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

#### **Disciplina 4 – Políticas Públicas**

##### **Ementas**

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do “ciclo da política”. Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre

formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

### **Referências Básicas**

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.

DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.

\_\_\_\_\_. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Ives; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD: Reforma y Democracia**. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

#### **Referências Complementares**

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes á prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.

HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (Tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

### **Disciplina 5 – Planejamento Estratégico Governamental**

#### **Ementa**

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

#### **Referências Básicas**

ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

\_\_\_\_\_. **Adeus senhor presidente**: governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

#### **Referências Complementares**

MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

### **Disciplina 6 – Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**

#### **Objetivo**

O objetivo dessa disciplina é a de sistematizar as noções básicas e introduzir as potencialidades e limites da aplicação dos Indicadores nas diversas etapas do ciclo de formulação e avaliação de Políticas Públicas no Brasil. Ao apresentar as diferentes fontes de dados, pesquisas, relatórios sociais e sítios de informação estatística e indicadores procura-se oferecer aos estudantes os insumos básicos para elaboração de diagnósticos socioeconômicos abrangentes que subsidiam a proposição de programas sociais, bem como permitir a construção de sistemas de indicadores que viabilizem o monitoramento contínuo da ação governamental.

#### **Ementa**

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento. Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e

ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet.

Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

- Introdução histórica;
- Indicadores Sociais: do conceito às medidas;
- Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;
- Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;
- Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;
- Os Censos Demográficos;
- As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;
- Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;
- Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;
- Dados e Indicadores Econômicos;
- Principais boletins de conjuntura; e
- Principais pesquisas econômicas do IBGE.

#### **Referências Básicas**

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-60.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

\_\_\_\_\_; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

#### **Referências Complementares**

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.

GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.

HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.

IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.

- \_\_\_\_\_. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio:** Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
- MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade:** repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde**. Brasília: RIPSAs, 2002.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\_420.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROCHA, S. **Pobreza:** do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
- SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos:** do que precisam os gestores de programas sociais? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
- TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

## **Disciplina 1 - Complementar – Introdução a Educação a distância**

### **Objetivo**

Analisar e entender EAD e TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), Ambiente virtual de Ensino-Aprendizagem AVEA, Ferramentas para navegação na internet.

### **Ementa:**

Concepções e Legislação em EaD. Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem – AVEA. Ferramentas para navegação e busca na Internet. Metodologias de estudo baseadas nos princípios de autonomia, interação e cooperação para os processo de educação a distância.

### **Referências básicas.**

LITTO, Fredric M. Litto e FORMIGA, M. **Educação a Distância** -O Estado da Arte, Ed. Prentice Hall, 2010.

VALENTE, A. **Educação a Distância** - Prática e Formação do Profissional Reflexivo, Ed. Avercamp, 2011.

MORRE, M. **Educação a Distância** -Uma Visão Integrada, 398 págs., Ed. Thomson Pioneira, 1998.

Referências complementares

BEHAR, Patricia A. **Modelos Pedagógicos em Educação a Distância**. 316 págs, Ed. Artmed.2009.

SANTOS, R. **Educação a Distância na Web 2.0**, Ed. Novatec, Ano 2010,

CYRINEU, J. **Gestão do conhecimento e-learning na prática**, Terra, Ed.Negócio, 320 p. 2008.

MATTAR, J. e MAIA, C. **ABC da EAD** –A educação a distância hoje, ed. Makron books, ano 2007

## **Disciplina 2 – Complementar – Metodologia Científica**

### **Objetivos**

Compreender e aplicar os princípios da metodologia científica em situações de apreensão, produção e expressão do conhecimento no fazer ciência. Supondo-se a partir deste possa contribuir no processo de adaptação do aluno, integrando-o à Universidade, minimizando suas dificuldades e apreensões quanto à forma de estudar e apreender a apreender.

### **Ementa**

Ciência: senso comum e ciência, tipos de conhecimento, método científico, ciência e espírito científico. O conhecimento no campo da Administração. Abordagens qualitativas, quantitativas e mistas. Métodos e técnicas de pesquisa. Estrutura do trabalho de conclusão final. Normatização. Discussão e análise dos projetos.

### **Referências Básicas:**

ABRAMO, Perseu. **Pesquisa em ciências sociais**. In: HIRANO, Sedi. (Org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

ASTI VERA, Armando. **Metodologia da pesquisa científica**. 8. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. p. 131-146.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Mac Graw-Hill do Brasil, 1983.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre, Bookman, 2003.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e teoria de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994. Referências Complementares

HIRANO, Sedi (Org.) **Pesquisa social: projeto e planejamento**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 9-105. LAVILLE, Christian, DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul Ltda; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

## **Disciplina 3 – Trabalho de Conclusão de Curso – TCC**

### **Objetivos**

Apresentar e defender o Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação de um professor, devendo exercitar as etapas do processo de desenvolvimento do trabalho científico e de cunho profissional da área de atuação que o aluno esteja em vias de especializar-se.

### **Ementa**

Elaboração e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, que envolve o levantamento, a análise e a difusão dos resultados obtidos na pesquisa realizada pelo

discente, dentro do que é preconizado pela metodologia científica envolvendo áreas de concentração (organizacional e estudos governamentais) abrangidas pelo programa.

#### **Referências Básicas:**

BOAVENTURA, Edivaldo M.. Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004. 160p

HOCAYEN-DA-SILVA, Antonio João; ROSSONI, Luciano; FERREIRA JÚNIOR, Israel. Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p.655-80, jul./ago, 2008.

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 182 p.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005. 263 p.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio do curso de administração: guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1999.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 1997

ZANELLA, Liane Carly Hermes Metodologia de estudo e de pesquisa em administração /Liane Carly Hermes Zanella. – Florianópolis: Departamento de Ciências da administração / UFSC; [Brasília]; CAPES: UAB, 2009. 164p.

#### **Referências Complementares**

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

\_\_\_\_\_. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

\_\_\_\_\_. NBR 6024: informação e documentação: numeração progressiva de seções de um documento escrito: apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.

\_\_\_\_\_. NBR 6027: informação e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

\_\_\_\_\_. NBR 6028: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

\_\_\_\_\_. NBR 6022: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003d.

\_\_\_\_\_. NBR:12225: informação e documentação: lombada: apresentação. Rio de Janeiro: 2004.

\_\_\_\_\_. NBR: 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro: 2005a.

\_\_\_\_\_. NBR: 15287: informação e documentação: Projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro: 2005b.

## 10.2. Área de Concentração: Gestão Pública

O módulo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	C. H.
1	Cultura e Mudança Organizacional	30
2	Comportamento Organizacional	30
3	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
4	Gestão Operacional	45
5	Gestão Logística	30
6	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
–	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>210</b>

### 10.2.1 Ementas e Referências de Gestão Pública

#### Disciplina 1 – Cultura e Mudança Organizacional

##### Objetivo

A finalidade desta disciplina é dotar os alunos, do Curso de Especialização em Gestão Pública, com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos da cultura e mudança organizacional, no contexto da implementação de uma governança que seja efetiva face à alternância dos projetos políticos de governos.

##### Ementa

A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais. Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional. Duas estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojeto e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização

em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

#### **Referência Básica**

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In:

**Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.

\_\_\_\_\_. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

#### **Referências Complementares**

\_\_\_\_\_. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

## **Disciplina 2 – Comportamento Organizacional**

### **Objetivo**

Esta disciplina visa dotar os alunos com conhecimentos de natureza técnico-instrumental relativos à problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para os elementos de natureza comportamental no contexto do desenvolvimento de uma governança autossustentável face à valorização dos ambientes externos das organizações.

### **Ementa**

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes. Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos. Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de

estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação. Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão.

- Abrangência do CO, micro, meso e macro comportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações.
- Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas.
- Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas.
- Conflito e negociação no desenvolvimento da governança.
- Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

#### **Referência Básica**

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

#### **Referências Complementares**

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

### **Disciplina 3 – Redes Publica de Cooperação em Ambientes Federativos**

#### **Objetivo**

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. consórcios.

#### **Referencias Básicas**

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

## **Disciplina 4 – Gestão Operacional**

### **Objetivo**

O que se pretende com esta disciplina, do Curso de Especialização em Gestão Pública, é dotar os participantes com conhecimentos de natureza técnico instrumental, no âmbito da problemática do funcionamento organizacional, com particular destaque para elementos que viabilizam a execução do plano de ação, sejam eles caracterizados como contínuos ou situacionais no contexto das estruturas públicas e sociais de acompanhamento, avaliação e controle voltados para: (1) a conformidade das ações realizadas e (2) a aprendizagem relativamente ao Plano.

### **Ementa**

Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos. Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio). Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis.

- Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública.
- A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução.
- Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos.
- Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos.
- Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

### **Referências Básicas**

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo: integrando a teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

### **Referências Complementares**

MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: agregando valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002. Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria: conceitos e aplicações**. São Paulo: Futura, 1998.

## **Disciplina 5 – Gestão Logística**

### **Ementa**

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

### **Referências Básicas**

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIANA, João José. **Administração de Materiais: um enfoque**. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados: administração e organização**. São Paulo: Atlas, 1981.

\_\_\_\_\_. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.

\_\_\_\_\_. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo. Atlas, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, M. A. P. **Administração de materiais: uma edição compacta**. São Paulo: Atlas, 1996.

\_\_\_\_\_. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas 1998.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2004.

ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.  
VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

## **Disciplina 6 – Plano Plurianual e Orçamento Público**

### **Objetivo**

Esta disciplina visa dotar os alunos do Curso de Especialização em Gestão pública com conhecimentos de natureza técnico-instrumental, no âmbito do funcionamento organizacional, com particular destaque para os instrumentos de gestão do Estado, no contexto não só do financiamento da capacidade governativa do plano, mas também da revisão das políticas de governo.

### **Ementa**

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público. O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos. Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo.

- Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade.
- PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais.
- Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão.
- A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais.
- O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

### **Referência Básica**

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

### **Referências Complementares**

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório: estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração Contemporânea**, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

### 10.3. Área de Concentração: Gestão Pública Municipal

Ord.	Disciplina	Carga horária
1	Plano Diretor e Gestão Urbana	30
2	Gestão Tributária	30
3	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30
4	Gestão Democrática e Participativa	30
5	Gestão Logística	30
6	Elaboração e Avaliação de Projetos	30
7	Processos Administrativos	30
–	<b>TOTAL DE HORAS DO MÓDULO</b>	<b>210</b>

#### 10.3.1 Ementas e Bibliografia de Gestão Pública Municipal

##### Disciplina 1 – Plano Diretor e Gestão Urbana

###### Ementa

Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.

###### Referências Básicas

CYMBALISTA, Renato, SANTORO, Paula et al. **Planejamento territorial e plano diretor participativo, 2005**: Caixa: Polis/Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/publicacoes\\_interno.asp?codigo=203](http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=203)>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ESTATUTO DA CIDADE. Disponível em: <<http://www.estatutodacidade.org.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

GONDIM, Linda (Org.). **Plano diretor e o município**: novos tempos, novas práticas. Rio de Janeiro: IBAM, 1990.

MARICATO, Ermínia. “Sociedades Desiguais, cidades desiguais”. In: **BRASIL, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Os vereadores no processo de elaboração dos planos diretores participativos**. Cartilha. Disponível em: <[www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br)>. Acesso em: 2 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **Kit da campanha Plano Diretor Participativo, cidade de Todos**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor->

participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>. Acesso em: 2 fev. 2009.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Abraço da Paz**. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetrolopes.net/>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo. **Estatuto da cidade, o jogo tem novas regras**. Cartilha. Belo Horizonte: CREA-MG, 2002. Disponível em: <<http://www.crea-mg.org.br/interna.aspx?id=4040&expand=0>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

PINHEIRO, Otilie Macedo (Coord.). **Acesso à terra urbanizada**: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena. Florianópolis: UFSC, Ministério das Cidades, 2008.

PORTELA Eulalia Andréa Mendes et al. Planos diretores urbanos: limites dos instrumentos e desafios para a gestão urbana. In: **Anais do Seminário Internacional – Gestão da terra urbana e habitações de interesse social**. Campinas: FAU-PUC Campinas – Laboratório do Habitat/Instituto Pólis/Lincoln Institute of Land Policy, 2000. (CD-ROM).

RIBEIRO, L. C. Q.; CARDOSO, A. L. Plano diretor e a gestão democrática da cidade. In: **Reforma urbana e gestão democrática**: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2003.

ROLNIK, Raquel et al. **Estatuto da cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002. Disponível em: <[http://www.polis.org.br/publicacoes\\_interno.asp?codigo=160](http://www.polis.org.br/publicacoes_interno.asp?codigo=160)>. Acesso em: 2 fev. 2009.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA Renato; NAKANO, Kazuo. **Solo urbano e habitação de interesse social**: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. São Paulo: Pólis. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 26 jun. 2009.

ROLNIK, Raquel; PINHEIRO, Otilie (Orgs). **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Brasília: Ministério das Cidades; Confea, 2005. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/programas/programa-de-fortalecimento-da-gestao-municipal-urbana/campanha-plano-diretor-participativo-1/kit-da-campanha-plano-diretor-participativo?searchterm=ki>>. Acesso em: 2 fev. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. In: **A prisão e a agora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos. Marcelo Lopes de Souza. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. In: **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM, 1999.

## **Disciplina 2 – Gestão Tributária**

### **Ementa**

Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FLSLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial

Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.

### **Referências Básicas**

- BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- CARVALHO, Fábio Junqueira; MURGEL, Maria Isabel. **Mini Reforma Tributária: reflexões sobre a Lei nº 10.637/2002**. São Paulo: Mandamentos, 2003.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000.
- FABRETTI, L. C. Prática tributaria da micro e pequena empresa. São Paulo: Atlas, 2003.
- HARADA, Kiyoshi. **Direito tributário municipal: sistema tributário municipal**. São Paulo: Atlas, 2005.
- MEIRELLES, Ely Lopes. 1993. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo, Malheiros, 2002.
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Receitas Não Tributárias: taxas e preços públicos**. São Paulo: Malheiros, 2003.
- PAULSEN, Leandro. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. São Paulo: Livraria do Advogado, 2004.
- TÔRRES, Heleno Taveira (Coord.). **Leis Complementares em Matéria Tributária**. São Paulo: Manole, 2003.

### **Disciplina 3 – Redes Públicas de Cooperação Local**

#### **Ementa**

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

#### **Referências Básicas**

- BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.
- CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.). **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. **Fundação Friedrich Ebert Stiftung**. Policy Paper, n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.
- MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.
- TEIXEIRA, Francisco (Org). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

### **Disciplina 4 – Gestão Democrática e Participativa**

#### **Ementa**

Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis

de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.

### Referências Básicas

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e Política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. In: **Rev. Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, São Paulo, fev. 1999.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. In: **Dados**, v. 50, n. 3, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. In: **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, Campinas jun. 2008.

AVRITZER, Leonardo. **Reforma Política e Participação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antônio Augusto. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva. In: **Ciências Hoje**, São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e des-consolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. In: **São Paulo em Perspectiva**, 2001, vol. 15, n. 4. Cartilha do Orçamento – ENAP.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 1997.

DOMBROWSKI, Osmir. Poder local, hegemonia e disputa: os conselhos municipais em pequenos municípios do interior. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. 30, Curitiba jun. 2008.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 69, 2006.

LAMOUNIER, Bolivar; SOUZA, Amauri de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n. 3, 1991, p. 311-348.

MELO, Marcus André. Crise Federativa, Guerra Fiscal e 'Hobbesianismo Municipal': efeitos perversos da descentralização? In: **São Paulo em Perspectiva**, 10 (3), 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Porto Alegre: Afrontamento, 2003.

TATAGIBA, Luciana. Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, Celina. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. In: **São Paulo em Perspectiva**, vol. 18, n. 2, São Paulo, abril/june, 2004.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, dez 2001, vol. 15, n. 4, p. 84-97.

WAMPLER, Brian. A difusão do Orçamento Participativo brasileiro: "boas práticas" devem ser promovidas? In: **Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, Campinas, jun. 2008.

### Referências Complementares

- BRASIL. **Lei nº 4.320/1964.** Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1964/4320.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 101/2000. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/43/2000/101.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.180/2001. Disponível em: <<http://www.marco.artigo19.org/node/55>>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 10.933**, de 11 de Agosto de 2004. Lei do PPA municipal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.933.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 5.970**, de 25 de maio de 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Orçamentárias.** Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes\\_01\\_02.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_02.asp)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lei Orçamentária Anual do município.** Disponível em: <[http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes\\_01\\_03.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/atribuicoes_01_03.asp)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município:** dispositivos sobre tributação e orçamento. Disponível em: <[www.rebidia.org.br/noticia1.html](http://www.rebidia.org.br/noticia1.html)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Autoritarismo e Democratização. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. In: **Bahia Análise e Dados**. Salvador, vol. 12, n. 4, p. 9-24, março, 2003.
- GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar as Avaliações da Ação Governamental.** Brasília: IPEA, 2001. [Texto para Discussão n. 776].
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. In: **São Paulo em Perspectiva**, 18(2), 2004, p. 17-26. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. Conselhos Municipais. Orientações para a criação dos Conselhos Municipais. Disponível em: <[www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais](http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conselhos-municipais)>. Acesso em: 26 jun. 2009.
- SILVA, M. Z.; TOSI, A.; TATAGIBA, L. OLIVEIRA, B. P. C. Perfil dos Conselheiros da Prefeitura Municipal de Vitória (1984-2003). In: SILVA, Marta Z.; BRITO, Jr., Bajonas T. (Org.). **Participação Social na Gestão Pública:** olhares sobre as experiências de Vitória-ES. São Paulo: ANNABLUME, 2009, p. 99.

## **Disciplina 5 – Gestão Logística**

### **Ementa**

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

### **Referências Básicas**

ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais.** São Paulo: Atlas, 2002.

- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: Planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BOWERSOX, D. J. CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.
- DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: Estratégia, Operação e Avaliação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.
- VIANA, João José. **Administração de Materiais**: um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.
- Referências Complementares**
- ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.
- \_\_\_\_\_. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais**: uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

## **Disciplina 6 – Elaboração e Avaliação de Projetos**

### **Ementa**

Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.

### **Referências Básicas**

- ARMANI, Domingos. **Como Elaborar Projetos?** Guia Prático para Elaboração e Gestão de Projetos Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.
- BROSE, Markus. **Introdução à moderação e ao método ZOPP**. Recife: GTZ, 1993.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DROR, Yehezkel. **A Capacidade para governar**: informe ao Clube de Roma. Tradução Carolina Andrade. São Paulo: FUNDAP, 1999.
- GTZ. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos**: método ZOPP. Recife: GTZ/SUDENE/IICA, 1993.

- HUERTAS, Franco. **O método PES**: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- MATUS, Carlos. **Adeus, senhor presidente**: Governantes e Governados. São Paulo: FUNDAP, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Estratégias Políticas: Chimpanzé, Maquiavel e Gandhi**. Tradução Giselda Barroso Sauveur. São Paulo, FUNDAP, 1996.
- MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico** (Nações Unidas). Rio de Janeiro: Unilivros, 1981.

## **Disciplina 7 – Processos Administrativos**

### **Ementa**

Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.

### **Referências Básicas**

- MINTZBERG, H. **Criando Organizações Eficazes**: estruturas em cinco configurações. São Paulo; Atlas, 1995.
- ROBBINS, S. P. **O Processo Administrativo**: integrando teoria e prática. São Paulo; Atlas, 1981;

### **Referências Complementar**

- HARVARD B. R. **Processo decisório**: os melhores artigos da Harvard Business Review. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006;
- MATIAS-PEREIRA, J. **Manual de gestão pública contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008;
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.
- NADLER, D. **Arquitetura organizacional**: a chave para a mudança empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2005;
- RUMMLER, G. A. BRACHE, A. P. **Melhores desempenhos das organizações**: uma abordagem prática para transformar organizações através da reengenharia. São Paulo: Makron Books, 1994.

## 10.4. Área de Concentração: Gestão em Saúde

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 60 horas e três disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	Carga Horária
1	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30
2	Gestão da Vigilância à Saúde	30
3	Organização e Funcionamento do SUS	60
4	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60
5	Gestão Logística em Saúde	30
–	<b>TOTAL DE HORAS/AULA</b>	<b>210</b>

### 10.4.1 Ementas e Referências do Curso de Especialização de Gestão em Saúde

#### Disciplina 1 – Políticas de Saúde: Fundamentos e Diretrizes do SUS

##### Objetivo

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para situar o sistema de saúde em seu contexto socioeconômico, cultural e político e na sequência histórica das políticas de saúde no Brasil. Conhecer os fundamentos político-ideológicos e técnicos do SUS, e também suas características como um novo pacto social, um novo modelo de gestão e um novo arranjo técnico-assistencial.

##### Ementa

Políticas Públicas Sociais no Brasil e o papel da saúde. Antecedentes do SUS e a luta pela reforma sanitária brasileira. Bases legais, político-institucionais e técnico-assistenciais do SUS. Descentralização, federalismo e relações intergovernamentais. Participação e controle social. Financiamento e distribuição de recursos. Integralidade e Intersetorialidade. Perfil demográfico e epidemiológico brasileiro/tendências. Avanços e desafios do SUS.

##### Referências Básicas

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS). **Sistema Único de Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em: <<http://www.conass.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

GIOVANELLA, L. et al. **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Editora Fiocruz, 2008.

##### Referências Complementares

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários (CONASS). **O Financiamento da Saúde**. Brasília: CONASS, 2007. Disponível em <<http://www.conass.org.br>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei%208080.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/Lei8142.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **Mais Saúde: direito de todos: 2008 – 2011**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008. 106p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).

BREILH J, GANDRA E. **Investigação da Saúde na Sociedade**. Guia Pedagógico sobre um novo enfoque do método epidemiológico. São Paulo: Instituto de Saúde/ABRASCO, 1986.

CAMPOS, G. W. S. Reflexões sobre o Sistema Único de Saúde: inovações e limites. In: **Revista do Serviço Público** (Brasília), volume. especial, p. 123-132, 2007.

CAMPOS, GWS et al. **Tratado de Saúde Coletiva** (Parte IV, Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/FIOCRUZ, 2006.

PAIM, J. S. Descentralização das ações e serviços de saúde no Brasil e a renovação da proposta “Saúde para Todos”. In: **Conferência Regional Tendências futuras e renovação da meta saúde para todos**. Rio de Janeiro: UERJ. 1998. Série de Estudos em Saúde Coletiva, n. 175.

PAIM, J. S. **Saúde, política e reforma sanitária**. CEPS Centro de Estudos e Projetos em Saúde. Salvador: Instituto de Saúde Coletiva-ISC. 2002.

ROUQUAYROL, M. Z; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6. ed. Porto Alegre: MEDSI. 2006.

## **Disciplina 2 – Gestão da Vigilância à Saúde**

### **Objetivo**

O objetivo é proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias à gestão das vigilâncias do campo da saúde para contribuir para maior efetividade de suas práticas. Assim, se espera que ao final, o aluno seja capaz de compreender as especificidades das vigilâncias e suas implicações para a Gestão em Saúde e de intervir, contribuindo para implementar projetos de mudança para aprimoramento dessas práticas. E, especificamente:

- Definir e discriminar (distinguir) as vigilâncias do campo da saúde;
- Compreender a historicidade das vigilâncias do campo da saúde, correlacionando recentes políticas de saúde e fatos sanitários com a organização das vigilâncias;
- Identificar a relação entre as vigilâncias e a Promoção da Saúde;
- Caracterizar a organização das vigilâncias, no nível nacional, e compreender a necessidade de ação cooperativa para redução das externalidades negativas do seu âmbito;
- Dominar os conceitos comuns a todas as vigilâncias (risco e território) e as formas de operacionalização desses conceitos;
- Compreender o processo de trabalho das vigilâncias (meios, instrumentos, agentes) e elencar os seus requerimentos; e
- Dominar alguns processos da gestão das vigilâncias (financiamento, planejamento e programação das ações) após o Pacto 2006 e seus desdobramentos, e desvendar fontes para outros aportes.
- Mobilizar recursos para estruturar e aperfeiçoar o funcionamento dos componentes das vigilâncias nas três esferas de governo.

### **Ementa**

As vigilâncias, suas definições, seus processos de construção no campo da saúde e suas configurações institucionais nas três esferas de governo. Os principais conceitos unificadores do campo das vigilâncias (risco e território). O processo de trabalho nas Vigilâncias: as atividades e as finalidades desse processo de trabalho; os objetos e os sujeitos do trabalho; os meios de trabalho (aqui entra a relação dos sistemas de informação utilizados pelas vigilâncias). A articulação das vigilâncias com a Promoção da Saúde e

com o Cuidado (às pessoas). As vigilâncias e seus sistemas nacionais no contexto do SUS: aspectos relacionados à política e gestão.

#### **Referências Básicas**

DE SETA, Marismary Horsth; PEPE, Vera Lúcia Edais; OLIVEIRA, Gisele O'Dwyer de. (Org.). **Gestão e Vigilância Sanitária: modos atuais do pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MEDRONHO, Roberto A. **Epidemiologia**. São Paulo: Atheneu, 2006.

#### **Referências Complementares**

BREILH, J. **Epidemiologia crítica: ciência emancipadora e interculturalidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Orgs.). **A vigilância da saúde para a promoção da saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 141-159, 2003.

FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MIRANDA, A. C.; BARCELLOS C, MOREIRA J. C.; MONKEN M. (Orgs.). **Território, ambiente e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 163, 2007.

ROZENFELD, Suely (Org.) **Fundamentos da vigilância sanitária**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; 2000.

### **Disciplina 3 – Organização e Funcionamento do SUS**

#### **Objetivo**

O objetivo consiste em proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para compreender o processo de gestão em saúde e particularmente em serviços de saúde, tomando por referência o arcabouço, as diretrizes de organização e o funcionamento do SUS. Considera o contexto da administração pública e os principais modelos jurídico-institucionais aplicáveis a serviços e sistemas de saúde. Localiza as características e desafios para a gestão das organizações de saúde, tomando-as como de natureza particular e fundadas na qualificação profissional. Desenvolve capacidades para a abordagem gerencial por problemas, valorizando os desafios assistenciais e administrativos dos serviços de saúde. Destaca abordagem da qualidade para a gestão da clínica e do cuidado assistencial.

#### **Ementa**

Princípios da gestão em saúde. Administração pública em saúde e modelos aplicáveis a serviços de saúde. Características das organizações de saúde. Modelos gerenciais em saúde. Planejamento de serviços de saúde. Contratos de gestão em saúde. Desenvolvimento de atitudes gerenciais voltadas para a liderança, a negociação, a resolução de conflitos e a comunicação.

#### **Referências Básicas**

GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarak; LOBATO, Ienara V. C.; NORONHA, José, C.; CARVALHO, Antônio Ivo. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008

#### **Referências Complementares**

ABRUCIO, F. L. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **RAP – Revista Brasileira de Administração Pública**, v. 1, p. 77-87, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas. In: **Diretrizes para a programação**

**pactuada e integrada da assistência à saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 148 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol. 5).

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Política nacional de promoção da saúde.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 60 p. (Série B. Textos Básicos de Saúde, vol. 7).

CAMPOS, F. E.; CHERCHIGLIA, M. L.; GIRARDI, S. N. Gestão, profissões de saúde e controle social. In: **Cadernos da 11ª Conferência Nacional de Saúde**, Brasília-DF, p. 83-99, 2000

CECÍLIO, Luiz Carlos de Oliveira; MERHY, Emerson Elias; “A Integralidade do Cuidado como Eixo da Gestão Hospitalar”. In: PINHEIRO, Roseni; MATOS, Ruben. (Orgs.). **Integralidade.** CEPESC IMS.

DUSSAULT, Gilles. A Gestão dos Serviços Públicos de Saúde: características e exigências. **Rev. Administração Pública**, FGV, abr./jun.1992.

SCHOUT, Denise; NOVAES, Hillegonda Maria Dutilh. Do registro ao indicador: gestão da produção da informação assistencial nos hospitais. **Ciênc. Saúde Coletiva**, jul./ago. 2007, vol. 12, n. 4, p. 935-944. ISBN 1413-8123.

TRAVASSOS C, Martins M. **Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde.** Cad. de Saúde Pública 2004; 20: S190-S198.

#### **Disciplina 4 – Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde**

##### **Objetivo**

O objetivo consiste em proporcionar o desenvolvimento das capacidades necessárias para desenhar e organizar redes de ações e serviços de saúde capazes de responder às necessidades sanitárias que se apresentam em diferentes escalas geográficas, assim como identificar as ferramentas do planejamento e programação regional e local correspondentes.

##### **Ementa**

Planejamento e Programação em Saúde: desenvolvimento do planejamento em saúde, processos de planejamento e programação, processo de diagnóstico, desenho de planos, avaliação e planejamento. Sistemas de Saúde e Organização de Serviços: sistemas de saúde e sistemas de proteção social, tipologias de sistemas de saúde, sistemas de saúde e organização de serviços, o conceito de redes de atenção, as reformas dos anos 1990 e as novas formas de organização. A Organização de Redes de Atenção à Saúde: conceitos fundamentais, funções e perfis assistenciais, articulação entre os níveis, definição de perfis, regulação, organização de linhas de cuidado, alocação de investimentos em redes de serviços, constituição dos mecanismos de gestão das redes. O diagnóstico de situação em sistemas locais: precauções iniciais do diagnóstico, diagnóstico de situação como identificação de problemas, o início do diagnóstico de situação em sistemas locais, diagnóstico da estrutura de sistema de serviços, diagnóstico de desempenho, diagnóstico dos arranjos institucionais. Identificação de problemas e definição de estratégias de intervenção: identificação de problemas e eleição de prioridades, formulação de hipóteses e identificação de causas, elaboração de estratégias de intervenção, tradução de estratégias de intervenção em planos de ação.

##### **Referencias Básicas**

BARRENECHEA, J. J.; TRUJILLO URBE, E. **Salud para todos en el año 2000:** implicaciones para la planificación y administración de los sistemas de salud. Medellín: Organización Panamericana de la Salud, 1987.

TESTA, M. **Pensamento estratégico e lógica da programação.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

##### **Referências Complementares**

CHORNY, A. H. **Planificación en salud**: viejas ideas en nuevos ropajes. Cuadernos Medico Sociales, vol. 73, p. 23-44, 1993.

\_\_\_\_\_. **Gerencia estratégica de servicios de salud**. Rosario: Instituto de la Salud Juan Lazarte, 1996.

GIOVANELLA, L. Planejamento estratégico em saúde: uma discussão da abordagem de Mário Testa. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 2, p. 129-153, jun. 1990.

HARTZ, Z.; CONTANDRIOPOULOS, A. P. Integralidade da atenção e integração dos serviços de saúde: desafios para avaliar a implantação de um sistema sem muros. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, p. S331-S336, 2004. Suplemento 2.

RICO, A.; SALTMAN, R.; BOERMA, W. **Primary health care in the driver's seat**: organizational reform in European primary care. Oxford: Oxford University Press, 2005.

## **Disciplina 5 – Gestão Logística em Saúde**

### **Objetivo**

Dotar os alunos de conhecimentos necessários para a adoção de estratégias e instrumentos para o abastecimento de estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Objetivamente, apresenta a racionalização na utilização de materiais/insumos médicos e medicamentos, através da construção do planejamento para o abastecimento; a gestão e acompanhamento/controlar das informações para a tomada de decisão rápida, precisa e eficaz; a logística dos materiais/insumos médicos e medicamentos existentes na relação das empresas fornecedoras com os estabelecimentos de saúde e destes com o cliente/usuário (sistema produtivo) dos materiais/insumos médicos e medicamentos; e a discussão do uso racional destes produtos com relação à segurança dos usuários. Proporcionar saberes e informações sobre as técnicas do gerenciamento e da manutenção de prédios, instalações e equipamentos dos estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Sob este aspecto as práticas de Gestão de Ambientes de Saúde têm sido deficitárias, entre outras razões, por nem sempre estarem articuladas ao planejamento, projeto e execução desses estabelecimentos. A preocupação maior é concentrada na execução de obras e na aquisição de equipamentos, sendo que a manutenção, até por uma questão cultural, é negligenciada, ocorrendo uma descontinuidade no atendimento e uma baixa qualidade na prestação de serviços. Em função da desarticulação mencionada entre a especificação, o projeto, a aquisição (construção), a implementação, o uso, propriamente dito, e a manutenção de prédios, instalações e equipamentos médico-hospitalares, propomos o desenvolvimento de uma abordagem educacional que privilegie a transmissão de informação capaz de agregar esses conhecimentos para tomada de decisões. Além disso, a partir da construção do modelo de intervenção para gestão de seu ambiente, cada estabelecimento de saúde específico terá a capacidade de reproduzir e adaptar o referido modelo às outras unidades de saúde do Sistema Público, que terão a coerência de sua categorização e sua realidade local.

### **Ementa**

Cadeia de Suprimentos. Conceito. Aspectos Operacionais da Cadeia de Suprimentos. Seleção de materiais/insumos. Aquisição. Sistemática de compra e seleção de fornecedores em estabelecimentos de saúde do Sistema Público. Armazenagem: localização. Manuseio e Acondicionamento de produtos. Distribuição: tipos de redes de suprimentos (responsabilização e envolvimento do cliente/usuário). Uso Racional dos produtos. Gestão da Cadeia de Suprimentos. Níveis de Serviço. Definição de “O Ambiente Hospitalar”. Sistemas Funcionais Prediais Presentes. Definição dos Parques de Equipamentos. Categorização das Unidades de Saúde. Ações de Gerenciamento.

### **Referências Básicas**

CALIL, S. J. TEIXEIRA, M. S. **Gerenciamento de Manutenção de Equipamentos Hospitalares**. São Paulo: Editora Fundação Petrópolis, 1998.

BARBIERI, José Carlos; MACHLINE, Claude. **Logística Hospitalar**. São Paulo. Saraiva, 2006.

DAF/SCTIE/MS – Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Ministério da Saúde. **Assistência farmacêutica na atenção básica**: instruções técnicas para sua organização/Ministério da Saúde, Secretaria. Brasília, DF, Ministério da Saúde/Brasil. 2006.

DAF/SCTIE/MS – Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos/Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/ Ministério da Saúde. **Aquisição de medicamentos para assistência farmacêutica no SUS**: orientações básicas. Brasília, DF, Ministério da Saúde. 2006.

KARMAN, J. et al. **Manutenção Hospitalar Preditiva**. São Paulo: Ed. Pini Ltda, 1994.

NETO, Gonzalo Vecina; FILHO, Wilson Reinhart. **Gestão de Recursos Materiais e de Medicamentos**, vol. 12. Série Saúde & Cidadania. São Paulo. Editora Fundação Petrópolis Ltda, 1998.

#### **Referências Complementares**

AZEVEDO NETO, Francisco de Paula Bueno. **Desenvolvimento de Tecnologia de Gestão para Ambientes Hospitalares**: o caso do Instituto Fernandes Figueira – Fiocruz. (Dissertação de Mestrado em Ciência e Tecnologia em Saúde) Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. FIOCRUZ, 2004. Disponível em: <<http://bvssp.icict.fiocruz.br/pdf/azevedonfpbm.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

BERMUDEZ, J. A. Z.; OLIVEIRA, M. A. et al. **O Acordo TRIPS da OMC e os desafios para a Saúde Pública**. Acesso a Medicamentos: Derecho Fundamental, Papel del Estado. J. A. Z. Bermudez, M. A. Oliveira and A. Esher. Rio de Janeiro, ENSP/OMS: 69-90. 2004.

BRASIL/CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Assistência Farmacêutica no SUS**. Brasília. 2007.

CONSÓRCIO BRASILEIRO DE ACREDITAÇÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE. **Manual de padrões de acreditação hospitalar**. Rio de Janeiro, UERJ; O consórcio, 2000. 236 p.

CUNHA, Fernando Lopes de Souza da. A aplicação da aliança logística: estudo de caso em hospitais da Universidade Federal do Ceará. **Revista Ciência e Administração**, vol. 9, n. 2, p. 132-151, dez. 2003. Fortaleza, 2003.

CARVALHO, Francisco Edinaldo Lira de; PIGNOLATI, Gisele Medeiros; CAMPOS, Antônio Jorge Cunha. A Aplicação das metodologias ABC e XYZ na gestão logística de sistemas de saúde. **Revista Gestão da Produção**: uma visão sobre as organizações da Amazônia, p. 137-151. Manaus: ABREPO, 2006.

INFANTE, Maria; SANTOS, Maria Angélica Borges dos. A organização do abastecimento do hospital público a partir da cadeia produtiva: uma abordagem logística para a área de saúde. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, julho-agosto, v. 12, n. 4, p. 945-954. Rio de Janeiro. Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 2007.

MARIN, N., V. L. Luiza, et al. (Eds.) **Assistência Farmacêutica para Gerentes Municipais**. Rio de Janeiro, OPAS/OMS. 2003.

SANTOS, Machado dos, S. C. "ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA: um componente essencial da atenção à saúde." **Cadernos CONASS n. 7**. 2001.

SEAP – **Manual de Obras Públicas/Edificações/Manutenção**. Brasília, 1997.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura. **Manual para elaboração de projetos de edifícios de saúde na Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1996. 120p.

## 10.5. Área de Concentração: Gestão de Políticas Agrícolas

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 45 horas e quatro disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord.	Disciplina	Carga Horária
1	Contextualização da Economia Rural	30
2	Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil	45
3	Agricultura brasileira e políticas agrícolas	30
4	Gestão de Projetos e Avaliação de Projetos	45
5	Gestão Estratégica	30
6	Governança Institucional	30
–	<b>TOTAL DE HORAS/AULA</b>	<b>210</b>

### 10.5.1 Ementas e Referências em Gestão de Políticas Agrícolas

#### Disciplina 1 – Contextualização da Economia Rural

##### Objetivo

A disciplina busca dotar o educando da compreensão das realidades agrárias analisando a diversificação da economia rural no contexto das políticas de investimento e direcionadas para o desenvolvimento regional-local

##### Ementa

Contextualização da Economia Rural no contexto brasileiro e caso Nordeste; Orientação para o Desenvolvimento Rural; Agentes e as organizações intervenientes; Diversificação como objetivo das Políticas Públicas; Perspectivas de futuro No contexto da estratégia “Brasil 2020”, situação específica de Nordeste

##### Referências Básicas

BARROS, Vítor Coelho (2004), Desenvolvimento Rural, intervenção pública, 1996-2002. Editora Terramar. ISBN: 9789727103614;  
FIGUEIREDO, Elisabete (coord.), (2011), O rural plural: olha presente, imaginar o futuro. Castro Verde. ISBN: 9789898448064;  
COVAS, António. Ruralidades(2009), Universidade de Aveiro 2007-2009. ISBN: 9789729341618.  
JORDÃO, Maria Fernanda dos Santos, (2007), O setor rural como componente no processo de desenvolvimento dos países do sul. Lisboa: ISEG 2007.

#### Disciplina 2 – Gestão e Avaliação de Projetos

##### Objetivo

A disciplina aborda técnicas e conceitos de avaliação de projetos no setor privado e público, articulada às principais demandas e soluções para a avaliação de concessões e parcerias no contexto institucional brasileiro e sua gestão de projetos e programas de desenvolvimento rural, assim como as consequências e resultados destas ações junto à sociedade.

##### Ementa:

Desenvolvimento de projetos e organizações. Mecanismos de acompanhamento e gerenciamento de projetos. Implantação, previsão e simulações de projetos. Através dos seguintes tópicos: Introdução e Histórico; Benefícios dos gerenciamentos de projetos. O contexto da gestão de projetos: Fases e ciclo de vida dos projetos; gerenciamento de *stakeholders*; PMI – *Project Management Institute*. Os Processos da gestão de projetos: Conceitos de processos de gerenciamento de projetos; processos e ciclo de vida de projetos. Áreas do conhecimento: Gestão de Integração; Início de um projeto; Gestão do escopo; Gestão de prazos; Gestão de Custos; Gestão da Qualidade; Gestão de recursos humanos; Gestão da comunicação; Gestão do Risco. Estrutura para gerenciamentos de projetos e níveis de maturidade.

#### **Referências Básicas**

- KEELING, Ralph. Gestão de Projetos: Uma Abordagem Geral – Saraiva, 2009.
- MAXIMIANO, Antônio César. Administração de projetos: transformando ideias em resultados, São Paulo: Atlas, 1997.
- VALERIANO, Dalton. Gerência em projetos: pesquisa, desenvolvimento e engenharia. São Paulo: Makron, 1998.
- PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE - PMI  
<<http://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards.aspx>> acessado em 06/03/2011.
- OPENPROJECT<<https://www.openproject.org/>> acessado em 06/03/2011.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Ronaldo. Avaliação de projetos sociais: Unicamp, 2002.
- RICO, Elizabeth Melo. Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VIEIRA, Evaldo A. As políticas sociais e os direitos: avanços e retrocessos. In: As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil. Avanços e retrocessos. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 53. 1997.

### **Disciplina 3 – Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil**

#### **Objetivo**

A disciplina aborda a implementação de políticas públicas de investimento governamental, através da análise e avaliação das ações de desenvolvimento rural implementadas em nível regional e local.

#### **Ementa:**

Contextualização da Economia Rural no contexto brasileiro e caso Nordeste; orientação para o desenvolvimento rural; agentes e as organizações intervenientes; diversificação com objetivos das políticas públicas; perspectivas de futuro no contexto da estratégia “Brasil 2020”, situação específica do Nordeste.

#### **Referências Básicas**

- CASTRO, Antônio Barros de. Agricultura e desenvolvimento no Brasil. In: Sete ensaios sobre a economia brasileira. 3.ed., Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.
- DELGADO, G. da Costa. Capital financeiro e agricultura no Brasil. Campinas, Icone/UNICAMP, 1985.
- GRAZIANO, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- WILKINSON, John. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo/Salvador: Hucitec/CEPA-Ba, 1986.

#### **Referências complementar**

- CORADINI, Odacir Luiz. Complementariedade, antagonismo e articulação. In: CORADINI & FREDERICQ. Agricultura, cooperativas e multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GIULIANI, Gian Mario. A renda da terra: um impasse na teoria. Revista Raízes. Campina Grande, 4(4-5).
- GOODMAN, David. Economia e sociedade rurais a partir de 1945. In: BACHA et al. A transição incompleta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GRAZIANO, José. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- \_\_\_\_\_. O que é questão agrária. 16.ed., São Paulo: Brasiliense, 1990. (Col. Primeiros Passos, nº 18.)
- GRAZIANO, José et al. Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978.
- GRAZIANO NETO, Francisco. Questão agrária e ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. A crise agrária. 2.ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- GUIMARÃES, Odilon. Destinos ligados. Revista Globo rural. São Paulo: 6(72), out/91.
- KAGEYAMA, Ângela et al. O novo padrão agrícola brasileiro. Campinas: UNICAMP, 1987 (mimeo).
- LACERDA, Guilherme N. Capitalismo e produção familiar na agricultura brasileira. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- LORENA, Carlos. A reforma agrária no Brasil. Revista Reforma agrária. Campinas: ABRA, 18, nov/88-mar/89.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. Economia agrícola. Petrópolis, Vozes, 1982.
- RESENDE, Gervásio C. de. Crise externa e agricultura. Rio de Janeiro: FASE, 1988.
- REYDON, Bastiaan P. & HERBERS, Raul G. Política governamental para a agropecuária na Amazônia e degradação do meio ambiente. Revista Reforma agrária. Campinas, ABRA, 19(1), abr-jun/89.
- ROSA, Sueli L. Couto. A Amazônia e a reforma agrária. Revista Reforma agrária. Campinas: ABRA, 19(1), abr-jun/89.
- SERVILHA, Valdemar. A agricultura e a acumulação de capital no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977 (Dissertação de mestrado).
- SILVA, José Gomes da. Reforma agrária na Constituição de 1988: uma avaliação crítica. Revista Reforma agrária. Campinas, ABRA, 18 (2), ago-nov/88.
- SZMRECSANYI, Tamás. Análise da economia agrícola e da estrutura fundiária. Dissertação (mimeo).
- VEIGA, José Eli. O que é reforma agrária. 13.ed., São Paulo: Brasiliense, 1990 (Coleção Primeiros Passos, nº 33).
- WANDERLEY, M. Nazaré. Capitalismo e propriedade fundiária. In: ARAÚJO et al. Reflexões sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

#### **Disciplina 4 – Agricultura brasileira e políticas agrícolas**

##### **Objetivo**

Aborda a política de Agricultura no desenvolvimento econômico do país para o crescimento da agricultura e os seus impactos na economia brasileira. Análise da política agrícola brasileira em período recente: instrumentos de intervenção (política de agricultura familiar e agronegócio, política de crédito rural, compra direta, preços mínimos, programas de desenvolvimento, pesquisa e novos instrumentos).

**Ementa:** Padrões históricos de desenvolvimento rural; Políticas agrícolas; Políticas agrárias; Desenvolvimento rural sustentável; Metodologias de diagnóstico, planejamento e comunicação rural. **Aspectos teóricos e históricos das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil:** Aspectos conceituais de políticas públicas, de

desenvolvimento rural e de rural e ruralidade; Aspectos conceituais de políticas de desenvolvimento rural no Brasil: formas de intervenção do Estado, evolução históricas, modelos e dinâmicas; Aspectos históricos do desenvolvimento territorial do Brasil e as desigualdades regionais do desenvolvimento; Perspectivas para o desenvolvimento rural no Brasil; e Evolução histórica e dimensões sociais, econômicas, políticas e ecológicas do desenvolvimento rural sustentável; Políticas de desenvolvimento territorial no Brasil nos tempos atuais:

**Repensando as políticas agrícolas e agrárias no Brasil:** evolução recente, contextualização, gastos públicos e perspectivas; Nova dinâmica do espaço rural brasileiro e as políticas públicas de desenvolvimento rural; Insegurança alimentar mundial e as políticas de segurança alimentar no Brasil; Histórico e pressupostos filosóficos e metodológicos da Extensão Rural no Brasil; e Estratégias de desenvolvimento rural para a agricultura patronal e/ou agricultura familiar (cooperativismo, associativismo e políticas de apoio à comercialização); **Evolução e instrumentos das políticas agrícolas e agrárias no Brasil:** Evolução histórica dos principais instrumentos de política agrícola praticados pelo Estado brasileiro (crédito, Pronaf, seguro rural, preços mínimos, pesquisa agropecuária, comercialização, biotecnologia); Evolução e principais instrumentos de Reforma Agrária no Brasil nos dias atuais: assentamentos e crédito fundiário

#### **Referências Básicas**

##### **Estado e mercado**

HENRY, J. F. The ideology of the laissez faire program, *Journal of Economic Issues*, Vol. XLII, No.1, 2008.

GRAY, J. False Dawn: the delusions of global capitalism, Ed. Granta, cap. 4, 1998.

GILPIN, R. Economia política das relações internacionais, cap. 12, 2002.

##### **Fundamentos da política agrícola**

DE JANVRY, A., Why do governments do what they do? The case of food price policy.- COX, G., P. Lowe and M. Winter. The State and the Farmer: perspectives on agricultural policy, in *Agriculture: people and policies*, pg 1-19. 1986.

TIMMER, W. et al. Food Policy analysis, cap. 6, 1983.

##### **Estado e agricultura**

WISE, T. A. The Limited Promise of Agricultural Trade Liberalization, Working Group on Development and Environment in the Americas, discussion paper 19, 2008.

DAVIS, C. Food fights over free trade: how international institutions promote agricultural trade liberalization, ed. Princeton University Press. 2003.

##### **Formas de intervenção do Estado na agricultura**

FONSECA, R. B. A Reforma das Políticas Agrícolas dos Países Desenvolvidos, Tese de Doutorado, IE UNICAMP. 1994.

HILL, B.E. The common agricultural policy: past present and future, ed. Methuen, London. 1984.

HURT, D. Problems of plenty: the American farmer in the twentieth century, ed. Ivan R. Dee, Chicago/USA. Cap 3, 2002.

##### **Reforma da PAC e o novo ambiente competitivo**

JOSLING, T.E. & H.W.M. Agricultural Policy Reform: politics and process in the EC and USA, ed. Harvester Wheatsheaf, London/UK 1990.

LOWE, P et al. Setting the next agenda: British and French approaches to the second pillar of the Common Agricultural Policy *Journal of Rural Studies* vol 18(1) 17, 2002.

##### **Política agrícola brasileira**

LEITE, S. (org) Políticas públicas e agricultura no Brasil, Ed. UFRRJ, 2001.

COELHO, C. N. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931? 2001) Revista de Política Agrícola – MAPA, 2001.

## **Disciplina 5 – Gestão Estratégica**

### **Objetivo**

A disciplina promove a visão da gestão estratégica dos processos, através da análise e alinhamentos dos instrumentos administrativos, organizacionais na implementação de programas e projetos agrícolas familiares orientados por resultados.

### **Ementa:**

Conceitos e evolução do processo de gestão estratégica. Análise do ambiente externo e interno. Teoria Baseada em Recursos e Capacidades, Missão e objetivos organizacionais. Perspectiva dos múltiplos *stakeholders*. Estratégias corporativas e ao nível de negócio. Estratégias de produção. Estrutura organizacional formal e informal. Controle estratégico. Sistemas de medição de desempenho organizacional.

### **Referências Básicas**

CERTO, S. C.; PETER, J. P.; MARCONDES, R.; CESAR, A. M. R. Administração estratégica: Planejamento e implantação da estratégia. 3 ed. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2010.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. Safári de Estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

WRIGHT, P.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. Administração estratégica: Conceitos. São Paulo: Atlas, 2000.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. S. Administração estratégica e vantagem competitiva. São Paulo: Pearson Prentice-Hall, 2007.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. Administração estratégica: Competitividade e globalização. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; QUINN, J. B.; GHOSHAL, S. O processo da estratégia: Conceitos, contextos e casos selecionados. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

PAIVA, E. L.; CARVALHO Jr., J. M.; FENSTERSEIFER, J. E. Estratégia de produção e de operações. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

## **Disciplina 6 – Governança Institucional**

### **Objetivos:**

A disciplina aborda técnicas e conceitos de governança aplicado aos setores privado e público, articulada às principais demandas e soluções para a avaliação de concessões e parcerias no contexto institucional brasileiro e sua gestão de projetos e programas de desenvolvimento.

**Ementa:** Princípios filosóficos da Governança. Governança Pública: visão sistêmica e Interdisciplinar. Governança pública e Democrática. Governança e governabilidade. Estado e Governo. Governança democrática e desenvolvimento. Visão holística da relação entre governança pública e desenvolvimento.

### **Referências Básicas:**

CAIDEN, Gerald; CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do conceito de Desenvolvimento. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

FURTADO, Celso. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MATIAS PEREIRA, J. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2008

FREITAS, C.A.S. A implementação do Governance Performance and Results Act na administração pública dos EUA. Revista do Serviço Público. RSP/ENAP. 50 (3), jul-set, 1999, pp.93-122

Glaser, Mark A. & Denhardt, Robert B. Local government performance through the eyes of citizens. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*. Fort Lauderdale, nº 1, vol.12, Spring 2000, pp. 1-10

SILVA, Christian Luiz da (org). *Desenvolvimento Sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SLOMSKI, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005

SLOMSKI, Valmor et al. *Governança corporativa e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2008.

## 10.6. Área de Concentração: Logística e infraestrutura

O módulo específico é composto por duas disciplinas de 45 horas e quatro disciplinas de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord	Disciplina	Carga Horária
1	Logística empresarial	30
2	Transportes custos logísticos	30
3	Gestão patrimonial e da infraestrutura	30
4	Gestão de estoques e armazenagem	45
5	Análise de dados e otimização logística	45
6	Sistemas de informação e gestão por processos	30
–	<b>TOTAL DE HORAS/AULA</b>	<b>210</b>

### 10.6.1 Ementas e Referências em Logística e infraestrutura

#### Disciplina 1 – Logística empresarial

##### Objetivos:

Introduzir os conceitos logísticos para que se possa ter uma compreensão global do que representa logística e quais são as missões desta na empresa. Distinguir os conceitos da cadeia de suprimentos, logística e transportes.

##### Ementa:

A disciplina aborda essencialmente a logística empresarial, embora mantenha uma visão integrada com as demais áreas empresariais. A disciplina enfoca como eixo básico: a) a introdução de novos conceitos da logística empresarial como diferencial competitivo; b) os conceitos e as principais decisões envolvidas nas diferentes etapas do fluxo de materiais bem como o sistema de informações que permite o controle destes fluxos; c) o relacionamento empresarial de redes de organizações, o Supply Chain Management, traduzidos pelas parcerias empresariais que permitem resultados ampliados aos participantes.

##### Referências Básicas:

- BALLOU, R. H. (1993) Logística empresarial. Editora Atlas. São Paulo.
- NOVAES, A. G. (2001) Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Editora Campus. Rio de Janeiro.
- BALLOU, R. H. (2005) Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. Ed Bookman. São Paulo.
- BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby. Gestão da Cadeia de Suprimentos e Logística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- TAYLOR, D. A. (2005) Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial. Ed. Addison Wesley. São Paulo.
- LAURINDO, Alisson M.; TEIXEIRA, Alex V. A logística na Administração Pública: Conceitos e Métodos. 1. ed. Curitiba, Intersaberes, 2014.

## **Disciplina 2 – Transportes e custos logísticos**

### **Objetivos:**

A disciplina promove a visão dos custos logísticos com foco para a administração pública, trabalhando questões relacionadas à composição dos custos logísticos em transporte, estoques e gerenciamento dos pedidos.

### **Ementa:**

Operadores de modal único, transportadoras especializadas, operadores intermodais e intermediários. Fatores econômicos. Estruturas de custos. Estratégias de formação de preços. Departamento de transportes. Custos no processo logístico, comparação, identificação e relevância dos custos da logística nos custos totais dos produtos e dos serviços. Relações custo/volume/lucro. Ponto de equilíbrio. Custo total e a prática das trocas compensatórias (*trade-off*).

### **Referências Básicas:**

CAIXETA-FILHO, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira. Gestão Logística do Transporte de Cargas. ATLAS, 2011.

VALENTE, Amir Mattar; PASSAGLIA, Eunice; CRUZ, Jorge Alcides; Mello, José Carlos; CARVALHO, Névio Antônio; MAYERLE, Sérgio; SANTOS, Sílvio dos. Qualidade e Produtividade nos Transportes. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2008.

VIEIRA, José C. F. Metodologia para o Cálculo de Custos no Transporte Rodoviário de Cargas e Implicações. Instituto Militar de Engenharia – Rio de Janeiro – RJ, 1986. Dissertação de Mestrado.

MARTINS, Elizeu: Contabilidade de custos. 9 ed. São Paulo : Atlas. 2003.

PEREZ JR. et. al. Gestão Estratégica de Custos. 2 ed. São Paulo: Atlas 2001.

VICECONTI, Paulo Eduardo Vilchez; NEVES, Silvério das. Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo. 5.ed. São Paulo: Frase, 1998.

## **Disciplina 3 – Gestão patrimonial e da infraestrutura**

### **Objetivos:**

Capacitar os servidores a gerir de forma eficaz o patrimônio público, oferecendo uma visão prático-teórica de todas as etapas do ciclo de vida dos bens materiais, desde sua entrada, vida útil, depreciação, até o descarte.

**Ementa:** Visão logística da Gestão de Materiais na empresa. Gestão de Materiais: Objetivos, Funções e Fundamentos. Atividades de Compra e seus Instrumentos. Gestão de Estoque: Previsão, Níveis de Controle, Custos e Avaliações e Classificações. Curva ABC. Armazenamento, Movimentação e Distribuição. Controle patrimonial (cadastro de bens móveis e imóveis); Fiscalização de Patrimônio.

### **Referências Básicas:**

LAURINDO, Alisson M.; TEIXEIRA, Alex V. A logística na Administração Pública: Conceitos e Métodos. 1. ed. Curitiba, Intersaberes, 2014.

BALLOU, R. H. (1993) Logística empresarial. Editora Atlas. São Paulo.

NOVAES, A. G. (2001) Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: Estratégia, Operação e Avaliação. Editora Campus. Rio de Janeiro.

ROSSINI Alexassandro Marco. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo, Thompson Learning, 2005.

CAMPOS, Vicente Falconi, Gerenciamento de rotina de trabalho do dia-a-dia, INDG. São Paulo : Atlas, 2002.

LAUDON, K. C.; LAUDON, J.P. Gerenciamento de Sistemas de Informação: 3 ed. Rio de Janeiro; LTC,9 (s.d.)

#### **Disciplina 4 – Gestão de estoques e armazenagem**

##### **Objetivos:**

Capacitar os participantes quanto à gestão de estoques, movimentação e armazenagem de materiais através de análise de arranjo físico e otimização da operação interna de materiais.

##### **Ementa:**

Gestão de estoques nas cadeias de suprimentos. Integração de cadeias de suprimentos. Planejamento do arranjo físico e dos fluxos internos. Tipos de produção e tipos de arranjo físico. Planejamento do sistema de movimentação e armazenagem de materiais. Recebimento de materiais, estocagem e abastecimento interno. Planejamento, programação e controle de operações. Sistemas de embalagem e acondicionamento de matérias-primas e produtos acabados.

##### **Referências Básicas:**

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de suprimentos. Bookman:Porto Alegre, 2006.

BOWERSOX, Donald J. et al. Gestão logística da cadeia de suprimentos. 4. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gestão da cadeia de suprimento: Estratégia, planejamento e operações. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

JACOBS, F. Robert; CHASE, Richard B. Administração de operações e da cadeia de suprimento. 13. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

KRAJEWSKY, Lee; RITZMAN, Larry; MALHORTA, Manoj. Administração de Produção e Operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SLACK, N., CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RUSSO, Clovis P. Armazenagem, Controle e Distribuição. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

REIS, João Gilberto M. Gestão Estratégica de armazenamento. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2015.

#### **Disciplina 5 – Análise de dados e otimização logística**

##### **Objetivos:**

Fornecer conhecimentos básicos de estatística e pesquisa operacional. Capacitar os alunos quanto à aplicação destes recursos para tratar problemas relacionados à gestão logística.

##### **Ementa:**

Estatística descritiva e amostragem; Intervalo de confiança e distribuições amostrais; Testes de hipóteses; Regressão linear; Modelagem matemática de problemas. Programação linear e linear inteira; Problemas de transporte, transbordo e designação. Otimização em redes. Sistemas de Filas e otimização. Introdução à simulação de sistemas.

##### **Referências Básicas:**

ARENALES, Marcos; ARMENTANO, Vinícius; MORABITO, Reinaldo; YANASSE, Horacio. Pesquisa Operacional. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2007.

HILLIER, Frederick S.; LIEBERMAN, Gerald J. Introdução à Pesquisa Operacional. Porto Alegre: McGrawHill, 2010.

LACHTERMACHER, Gerson. Pesquisa Operacional na tomada de decisões. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MONTGOMERY, Douglas C; RUNGER, George C. Estatística Aplicada e Probabilidade para Engenheiros. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LARSON, Ron; FARBER, Betsy. Estatística Aplicada. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

## **Disciplina 6 – Sistemas de informação e gestão por processos**

### **Objetivos:**

Apresentar conceitos relativos aos Sistemas de Informação (SI) e à Tecnologia da Informação (TI) aplicados na gestão logística. Capacitar os participantes a entender o potencial da TI, especificar suas necessidades de SI, avaliar alternativas de aplicações de TI e utilizar de forma eficaz a TI em Logística. Apresentar conceitos da gestão por processos como instrumento de melhoria nos processos de gestão pública. Capacitar os participantes a compreenderem processos, mapeá-los e melhorá-los com apoio de ferramentas de TI.

### **Ementa:**

Conceitos básicos de tecnologia da informação e classificação dos sistemas de informação; Requisitos de sistemas de informação; Impactos estratégicos da TI, fatores críticos de sucesso e alinhamento estratégico entre TI e negócio; A TI na cadeia e sistema de valor; Avaliação da eficácia da TI; Seleção, aquisição e implantação de softwares e sistemas de informação; Gestão por processos como ferramenta de transformação. Utilização da gestão por processos no desenvolvimento de sistemas.

### **Referências Básicas:**

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. Sistemas de informações gerenciais. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

RAINER JR, R. Kelly; CEGIELSKY, Casey G. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TURBAN, E. Tecnologia da informação para gestão, 3.ed., Editora Bookman, 2004.

KRAJEWSKY, Lee; RITZMAN, Larry; MALHORTA, Manoj. Administração de Produção e Operações. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

SLACK, N., CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção. 3° ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SORDI, Jose Osvaldo. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BALDAM, Roquemar; VALLE, Rogerio; ROZENFELD, Henrique. Gerenciamento de Processos de Negócio: BPM. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

ARAUJO, Luis C. G.; GARCIA, Adriana A. MARTINES, Simone. Gestão de processos: Melhores resultados e excelência operacional. São Paulo: Atlas, 2011.

# 11. CORPO DOCENTE

O corpo docente será formado por professores e profissionais com titulação de Especialistas, Mestre e Doutores. Seguindo a resolução CES N° 3 de outubro de 1999 e o contido no disposto na lei N° 9.131/95 e no parecer CES 617/99.

## DISTRIBUIÇÃO PROFESSORES

Nº	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	MÓDULO	DOCENTE	TÍTULO	LATTES	IES
1	Estado, Governo e Mercado	30	BÁSICO	Napiê Galvê de Araujo	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9202481007183948">http://lattes.cnpq.br/9202481007183948</a>	UFERSA
2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30	BÁSICO	Ludimilla C. S. F. Oliveira	Doutora	<a href="http://lattes.cnpq.br/2217661943948945">http://lattes.cnpq.br/2217661943948945</a>	UFERSA
3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30	BÁSICO	Angelo M. Silva	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5105554142306869">http://lattes.cnpq.br/5105554142306869</a>	UFERSA
4	Políticas Públicas	30	BÁSICO	Kaio Cesar Fernandes	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9740792920379789">http://lattes.cnpq.br/9740792920379789</a>	UFERSA
5	Planejamento Estratégico Governamental	30	BÁSICO	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5520433082870690">http://lattes.cnpq.br/5520433082870690</a>	UFERSA
6	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30	BÁSICO	Leonardo A. Rocha	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/1760530300831377">http://lattes.cnpq.br/1760530300831377</a>	UFERSA
7	Cultura e Mudança Organizacional	30	GESTÃO PÚBLICA	Ana Lucia Brenner Barreto Miranda	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/0960240460829374">http://lattes.cnpq.br/0960240460829374</a>	UFERSA
8	Comportamento Organizacional	30	GESTÃO PÚBLICA	Angelo M. Silva	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5105554142306869">http://lattes.cnpq.br/5105554142306869</a>	UFERSA
9	Redes Públicas de Cooperação local	30	GESTÃO PÚBLICA	Monikely de Oliveira Silva	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/0034233122382052">http://lattes.cnpq.br/0034233122382052</a>	UFERSA
10	Gestão Operacional	45	GESTÃO PÚBLICA	Joana Karolyni C. Peixoto	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/4202619375037418">http://lattes.cnpq.br/4202619375037418</a>	UFERSA
11	Gestão Logística	30	GESTÃO PÚBLICA	Éric Amaral Ferreira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9832987391302132">http://lattes.cnpq.br/9832987391302132</a>	UFERSA
12	Plano Plurianual e Orçamento Público	45	GESTÃO PÚBLICA	Dimas Barreto Queiroz	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/1286586781177803">http://lattes.cnpq.br/1286586781177803</a>	UFPB
13	Plano Diretor e Gestão Urbana	30	G.P. MUNICIPAL	Ludimilla C. S. F. Oliveira	Doutora	<a href="http://lattes.cnpq.br/2217661943948945">http://lattes.cnpq.br/2217661943948945</a>	UFERSA
14	Gestão Tributária	30	G.P. MUNICIPAL	Dimas Barreto Queiroz	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/1286586781177803">http://lattes.cnpq.br/1286586781177803</a>	UFPB
15	Gestão de Redes Públicas e Cooperação	30	G.P. MUNICIPAL	Ángelo M. Silva	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5105554142306869">http://lattes.cnpq.br/5105554142306869</a>	UFERSA

16	Gestão Democrática e Participativa	30	G.P. MUNICIPAL	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5520433082870690">http://lattes.cnpq.br/5520433082870690</a>	UFERSA
17	Gestão Logística	30	G.P. MUNICIPAL	Eric Amaral Ferreira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9832987391302132">http://lattes.cnpq.br/9832987391302132</a>	UFERSA
18	Elaboração e Avaliação de Projetos	30	G.P. MUNICIPAL	Augusto Cezar da C. S. Filho	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/1674341274374869">http://lattes.cnpq.br/1674341274374869</a>	UFERSA
19	Processos Administrativos	30	G.P. MUNICIPAL	Ana Lucia Brenner Barreto Miranda	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/0960240460829374">http://lattes.cnpq.br/0960240460829374</a>	UFERSA
20	Políticas de Saúde: fundamentos e diretrizes do SUS	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Kaio Cesar Fernandes	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9740792920379789">http://lattes.cnpq.br/9740792920379789</a>	UFERSA
21	Gestão da Vigilância à Saúde	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Wanderley Filgueira de Marcedo	Especialista	<a href="http://lattes.cnpq.br/3527983201519904">http://lattes.cnpq.br/3527983201519904</a>	UERN
22	Organização e Funcionamento do SUS	60	G. SAÚDE PÚBLICA	Wanderley Filgueira de Marcedo	Especialista	<a href="http://lattes.cnpq.br/3527983201519904">http://lattes.cnpq.br/3527983201519904</a>	UERN
23	Gestão dos Sistemas e Serviços de Saúde	60	G. SAÚDE PÚBLICA	Mara Jales	Doutora	<a href="http://lattes.cnpq.br/5751389406996394">http://lattes.cnpq.br/5751389406996394</a>	UFERSA
24	Gestão Logística em Saúde	30	G. SAÚDE PÚBLICA	Eric Amaral Ferreira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9832987391302132">http://lattes.cnpq.br/9832987391302132</a>	UFERSA
25	<b>Economia Rural</b>	<b>30</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Napiê Galvê de Araujo	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9202481007183948">http://lattes.cnpq.br/9202481007183948</a>	UFERSA
26	<b>Instituições e ambiente institucional agrícola no Brasil</b>	<b>30</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Carlos Alano Soares de Almeida	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/4505702122537041">http://lattes.cnpq.br/4505702122537041</a>	UFERSA
27	<b>Agricultura brasileira e políticas agrícolas</b>	<b>60</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Josivan Barbosa	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9553871594940016">http://lattes.cnpq.br/9553871594940016</a>	UFERSA
28	<b>Gestão de Projetos e Avaliação de Projetos</b>	<b>30</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Denison Murilo de Oliveira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/2279248413493503">http://lattes.cnpq.br/2279248413493503</a>	UFERSA
29	<b>Gestão Estratégica</b>	<b>30</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Fernando P. S. de Oliveira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5520433082870690">http://lattes.cnpq.br/5520433082870690</a>	UFERSA
30	<b>Governança Institucional</b>	<b>30</b>	G. POLÍTICAS AGRÍCOLAS	Marcos Fernando Medeiros	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/4056958461629209">http://lattes.cnpq.br/4056958461629209</a>	UFRN
31	Logística Empresarial	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Cristiane de Mesquita Tabosa	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/6244100789896604">http://lattes.cnpq.br/6244100789896604</a>	UFERSA
32	Transportes e Custos Logísticos	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Eric Amaral Ferreira	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/9832987391302132">http://lattes.cnpq.br/9832987391302132</a>	UFERSA
33	Gestão Patrimonial e da Infraestrutura	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	John Eloi Bezerra	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/8222655709570604">http://lattes.cnpq.br/8222655709570604</a>	UFERSA
34	Gestão de estoques e armazenagem	30	G. LOGISTICA E DE INFRA	Thomas Edson E.Goncalo	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/8349582193500007">http://lattes.cnpq.br/8349582193500007</a>	UFERSA

35	Análise de dados e otimização logística	45	G.LOGISTICA E DE INFRA	Joana Karolyni C. Peixoto	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/4202619375037418">http://lattes.cnpq.br/4202619375037418</a>	UFERSA
36	Sistemas de informação e gestão por processos	45	G. LOGISTICA E DE INFRA	Marcílio Luis Viana Correia	Mestre	<a href="http://lattes.cnpq.br/5399444237394802">http://lattes.cnpq.br/5399444237394802</a>	UFERSA
37	Introdução a educação a distância - (caso modalidade EaD)	30	COMPLEMENTAR	NeaD	À DEFINIR		NeaD /UFERSA
38	Metodologia da Pesquisa	30	COMPLEMENTAR	Ângelo M. Silva	Doutor	<a href="http://lattes.cnpq.br/5105554142306869">http://lattes.cnpq.br/5105554142306869</a>	UFERSA
39	Trabalho de Conclusão de Curso	30	COMPLEMENTAR	Todos	Doutor/Mestre		Todos
	Carga horária Disciplinas	390					
	Carga horária complementar	60					
	<b>Carga horária Total presencial</b>	<b>450</b>					
	Carga horária Disciplinas	390					
	Carga horária complementar Ead	90					
	<b>Carga horária Total EAD</b>	<b>480</b>					

## 12. Metodologia

O Curso de Especialização em Gestão Pública poderá ser ofertado presencialmente e a distância, no qual se pode fazer uso das ferramentas e instrumentos da Educação a Distância (EaD), através da UAB<sup>1</sup>/NeaD<sup>2</sup>/UFERSA e suas plataformas (SIGAA, MOODLE) e que não deve reduzir as questões metodológicas tradicionais de gerenciamento, mas como possibilidade de emprego da EaD na amplitude da prática docente e no processo formativo dos estudantes.

Explica-se, no entanto, que não existe uma metodologia de EaD e menos ainda um “modelo” único de oferta de cursos a modalidade a distância. Cada instituição vem construindo suas experiências adaptando-a forma tradicional de interação administrativas educacional formal, dando-lhe uma “cara” própria institucional, calcada na racionalidade da realidade tecnológica local, na trajetória da instituição, nos profissionais e sua infraestrutura disponível para dar suporte a tais práticas, se for o caso.

Por isso, nesse projeto não cabe definir aspectos procedimentais burocráticos da administração da educação à distância de organização do curso. No entanto, podemos garantir aqui são aspectos gerais do uso da EaD, em sua dimensão instrumental e da

1 Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB: denominação representativa genérica para a rede nacional voltada para pesquisa e novas metodologias de ensino para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada) instituída pelo Decreto 3.800, de 8 de junho de 2006.

2 Pólo de Apoio Presencial: estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais; fonte: DEAD/CAPES, 2009.

gestão burocrática institucional que garanta a governança e qualidade na formação dos estudantes desse curso de especialização oferecidos pela UFERSA.

No desenvolvimento do curso, serão também realizados eventos científicos e seminários temáticos profissionais destinados a discussões das áreas de concentração com agentes públicos, alunos, pesquisadores e os professores das disciplinas, orientações, avaliações de aprendizagem e apresentações de TCC.

Portanto, se está vivenciando um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da administração da educação não dão mais conta da complexidade do fenômeno e da prática educativa.

O paradigma positivista precisa ser totalmente substituído por outro ou outros. Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos.

Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantem as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem concebe e elabora o material didático a quem cuida para que esse material chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (designer instrucional), do editor ao artista gráfico (web designer).

A EaD deve ser pensada, então, e implementada pela “instituição ensinante”, numa perspectiva sistêmica (Figura 3). A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico. Alguns atores são importantes neste processo. A seguir, exemplificamos alguns deles:

- O estudante: aluno matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos Textos de Apoio;
- Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Tutores/Orientadores: é importante definir o perfil dos tutores, bem como sua função no curso. A equipe de elaboração do projeto sugere bacharéis em Administração e nas áreas dos Módulos Específicos, preferencialmente com titulação mínima de Mestrado, com a função de acompanhar, apoiar e avaliar os cursistas em sua caminhada. Podem ser os próprios professores do curso, ou o professor “especialista”, responsável pela oferta da disciplina formar uma equipe de orientadores, sob sua supervisão;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

A figura 03 abaixo esquematiza a estrutura administrativo-pedagógica do Curso de Especialização em Gestão Pública:

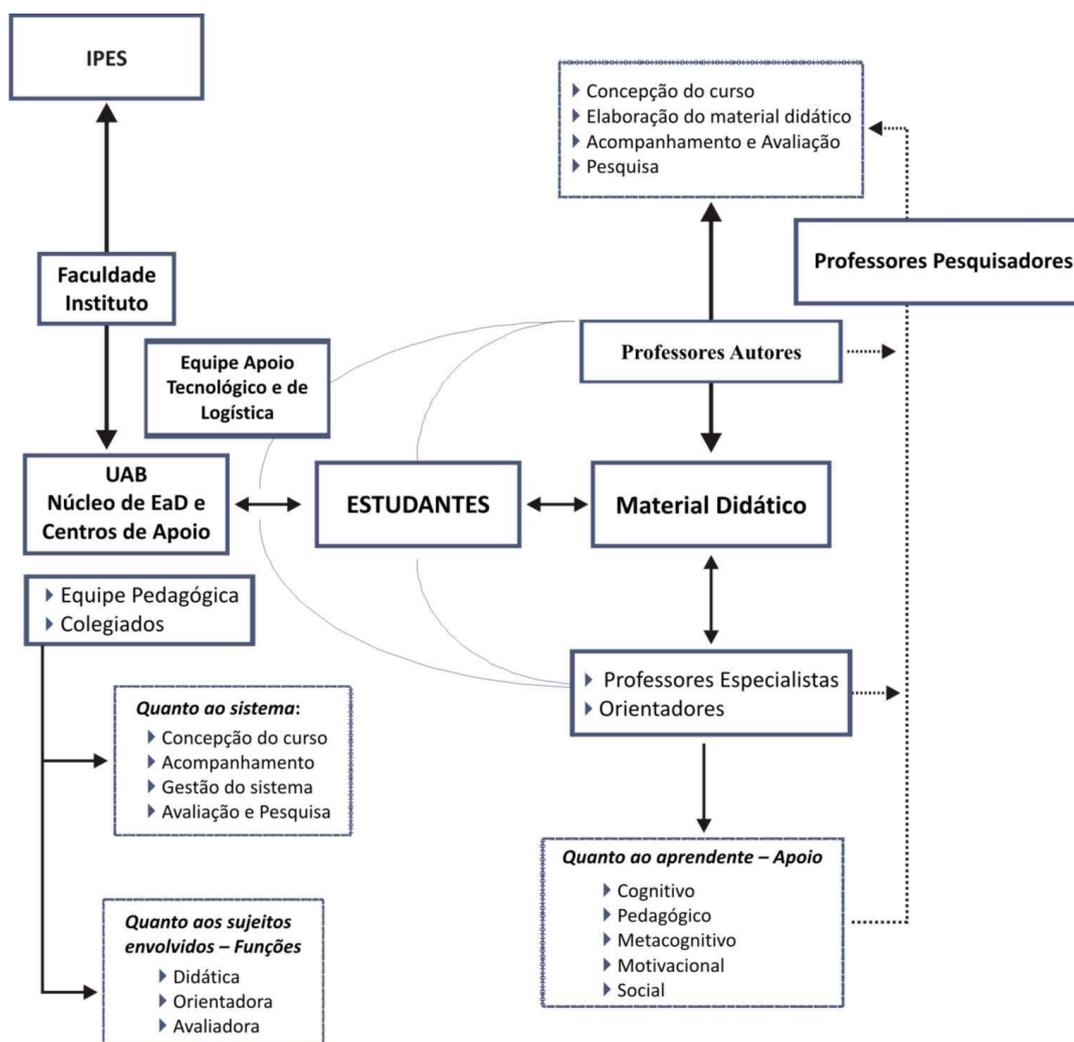


Figura 3: Componentes da ação formativa no curso de Especialização em Gestão Pública – a distância. Fonte: adaptada de Preti (1996).

Assim organizada, a “instituição ensinante” poderá oferecer um saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando à educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- A estrutura organizativa: composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial;
- A comunicação: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos; e
- O trabalho cooperativo: somos frutos de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e

construtiva, deve se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

### 12.2. Equipe Multidisciplinar de suporte a modalidade EaD

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta pelo corpo docente, tutores, monitores e pessoal de apoio técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para alimentação, manutenção e produção das atividades de TIC utilizadas no curso. A saber:

- Professores “especialistas”: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Tutor a distância: orientador acadêmico com formação superior adequada que será responsável pelo atendimento dos estudantes via meios instrumentos tecnológicos de comunicação (AVEA, telefone, e-mail, teleconferência, chats, fóruns etc.);
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático, se for o caso;

#### 12.2.1. Programa de Formação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos na modalidade EaD ocorrerá com a realização dos seguintes cursos oferecidos pelo UAB/NEAD/UFERSA, Sugestão de cursos:

- Introdução a Educação a Distância – Curso para pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material auto instrucional da UAB/NeaD/UFERSA e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso.
- Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem - AVEA utilizado.
- Formação de Tutores – formar tutores, de modo a propiciar-lhes a ampliação de conhecimento teórico e prático sobre sua atuação adequada às exigências da legislação e às necessidades dos cursos de pós-graduação UAB/NeaD/UFERSA nas dimensões pedagógicas, administrativas e tecnológicas locais.

# 13. Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A instituição, através do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais e Nead – Núcleo de Educação a Distância da UFERSA núcleo descentralizador das políticas da EaD da UAB disponibilizará aos estudantes a infraestrutura capaz de suportar as práticas e técnica didático-pedagógica, laboratório de computação e biblioteca, para as atividades em EaD, que dão suporte para os estudos durante o curso, numa eventual disponibilidade do curso na modalidade a distância. As infraestruturas serão:

- Sala de aulas para realização do curso presencial as sextas-feiras e sábados (sala 12 do DACS);
- Laboratórios e estúdios de EaD do NEAD/ UAB/FERSA;
- Biblioteca central;
- Prédio PROPPG, a sala da secretaria suportará tanto o mestrado profissional em administração pública – PROFIAP, quanto o Curso de especialização em Gestão Pública.

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas (áreas de concentração) de cada área para oferta de curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, publicações, defesa de artigos/TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica e profissional na esfera pública.

No caso de oferta de curso presencial, os encontros serão realizados as sextas-feiras e sábados durante o período de 18 meses perfazendo 3 semestres conforme distribuição dos quadros abaixo. No entanto, devido à natureza esporádica dos cursos de pós-graduação *lato sensu* a data de início e fim pode ser ajustada, sempre respeitando o calendário acadêmico da UFERSA.

Quadro de distribuição da carga horária 450 horas, encontros presenciais, duração por aula e semestres do curso presencial.

<b>Carga Horária Total</b>	450			
<b>Semanas</b>	77			
	<b>INÍCIO</b>	<b>TÉRMINO</b>	<b>Quantidade de Semanas</b>	<b>Quantidade de Meses</b>
<b>1º MÓDULO - Básico e Complementar</b>	01/jul/16	02/mar/17	43	10
<b>2º MÓDULO - Área de Concentração</b>	02/ago/18	03/mar/19	34	8
	<b>TOTAL</b>		<b>77</b>	<b>18</b>
	<b>SEXTAS-FEIRAS</b>	<b>SÁBADOS</b>		
<b>HORAS/AULA POR SEMANA</b>	4	8		
<b>NÚMERO/AULA DE SEMANAS</b>	34	43		
<b>HORAS TOTAIS</b>	136	344		
<b>TOTAL</b>	<b>450</b>			

# 14. Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Gestão Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação dos conteúdos; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema gestão educacional e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais regionalmente.

## 14.1. Avaliação Institucional

A Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFERSA disponibiliza a toda comunidade acadêmica institucional o formulário para Avaliação Institucional referente ao ano corrente. O documento deve ser respondido pelos professores, técnicos-administrativos e estudantes.

A CPA/UFERSA realiza tal avaliação através de um questionário que está estruturado de modo a atender as 10 dimensões exigidas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que analisa as Instituições de Ensino Superior, os cursos e o desempenho acadêmico dos estudantes.

As informações obtidas na Avaliação Institucional são encaminhadas à administração central da Universidade e utilizadas para orientação institucional de políticas públicas, além de compor o banco de dados Institucional, no qual reúne informações e as avaliações dos cursos para gerar o Indicador de Desempenho da Universidade.

“É fundamental que a avaliação seja a mais precisa possível, pois a partir desses dados obtidos na consulta à comunidade acadêmica será gerado um relatório que deverá ser encaminhado ao Ministério da Educação – MEC”, defende o professor Alexandre Oliveira, presidente da CPA. (Portal UFERSA, 2015)

Todo esse sistema de acompanhamento e monitoramento institucional pode proporcionar, também, a pós-graduação, um processo de melhoria contínua alinhada aos interesses da comunidade e institucionais dentro dos preceitos de desenvolvimento científicos e tecnológicos do *Lato Sensu e Stricto* para uma IPES abordadas por Newton Sucupira (1965) da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

## 14.2. Processo de Orientação e Avaliação de Aprendizagem

São processos, não há como serem separados, pois a avaliação é realizada pelo sujeito que acompanha e orienta o estudante em seu estudo e aprendizagem.

O orientador deve participar da discussão, com os professores responsáveis pelas disciplinas, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem e defesa de TCC/artigos

No desenvolvimento do curso, o orientador é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada aluno sob sua orientação. Além disso, o orientador deve estimular motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas científicas.

O orientador deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo educacional.

Esse processo se dará transversalmente durante todo o curso e objetivamente em duas disciplinas elencadas no PCC: Metodologia científica e Trabalho de Conclusão de Curso. No qual proporcionará 60 horas aula capazes de gerar condições para a construção científica integrada ao arcabouço teórico e prático abordado, tanto em sua área básica, como em sua área de concentração específica de formação em gestão pública.

# 15. Orçamento

O orçamento do projeto é apresentado como forma de parametrizar os custos per-capta para sua oferta do curso pela UFERSA. Tais valores, balizarão os montantes a serem pactuados entre as partes conveniadas para o possível oferecimento de turmas. Norteando assim, os ressarcimentos da UFERSA, taxa de administração Fundação Guimarães Duque e custeio do curso oferecido.

<b>A- Material de Consumo</b>				
<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Sub-total</b>
Tonner para impressora	und	10	R\$ 100,00	R\$ 1.000,00
Material de expediente	verba	1	R\$ 1.130,00	R\$ 1.130,00
Copos descartáveis	pacote	20	R\$ 5,00	R\$ 100,00
Garraão de água	und	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
Softwares (Stata e Gerenciamento de Projetos)	und	1	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
<b>Despesa Total com Material de Consumo =</b>				<b>R\$ 17.350,00</b>
<b>B – Material Permanente</b>				
<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Sub-total</b>
Livros	und	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
Equipamentos de informática	und	5	R\$ 2.000,00	R\$ 10.000,00
Móveis	und	3	R\$ 1.000,00	R\$ 3.000,00
<b>Despesa Total com Material Permanente =</b>				<b>R\$ 16.000,00</b>
<b>C - Serviços de Terceiros</b>				
<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Sub-total</b>
Fotocópia e encadernação	und	1	R\$ 450,00	R\$ 450,00
Serviços gráficos	und	3	R\$ 1.300,00	R\$ 3.900,00
Coffee Break	und	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Auxílio deslocamento	und	15	R\$ 150,00	R\$ 2.250,00
Diárias	und	40	R\$ 150,00	R\$ 6.000,00
Passagens aéreas divulgação trabalhos científicos (congressos, workshopping, feiras e visitas técnicas)	und	5	R\$ 1.500,00	R\$ 7.500,00
Locação de espaço para encerramento do curso	und	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00

<b>Despesa Total com Serviços de Terceiros =</b>				<b>R\$ 23.600,00</b>
<b>D – Pessoal</b>				
<b>Especificação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Sub-total</b>
Horas/aula ministradas por docente	und	480	R\$ 160,00	R\$ 76.800,00
Coordenação do Curso	mês	18	R\$ 1.500,00	R\$ 27.000,00
Secretária Geral	mês	18	R\$ 900,00	R\$ 16.200,00
<b>Sub-total =</b>				<b>R\$ 120.000,00</b>
Obrigações Sociais (20% das despesas com pessoal - Ex: INSS)				R\$ 20.760,00
<b>Despesa Total com Pessoal =</b>				<b>R\$ 140.760,00</b>
<b>E – Receitas</b>				
<b>Quantidade de Alunos Regularmente Matriculados</b>	<b>Número de Meses</b>	<b>Mensalidade</b>	<b>Sub-total</b>	
50	18	R\$ 366,67	<b>R\$ 330.000,00</b>	
<b>F – Impostos e Taxas Diversos</b>				
<b>Especificação</b>				<b>Total</b>
Despesa com taxa de administração (Fundação Guimarães Duque) (9%)				R\$ 29.700,00
Contrapartida UFERSA (% 10)				R\$ 33.000,00
Impostos = 10% das Receitas				R\$ 33.000,00
<b>Despesa Total com Impostos e Taxas Diversos =</b>				<b>R\$ 95.700,00</b>
<b>G – Reserva Técnica</b>				
<b>Especificação</b>				<b>Total</b>
Despesa com Reserva Técnica				<b>R\$ 36.590,00</b>
<b>H – Resumo das Despesas</b>				
<b>Especificação</b>				<b>Sub-total</b>
Material de Consumo				R\$ 17.350,00
Material Permanente				R\$ 16.000,00
Serviços de Terceiros				R\$ 23.600,00
Pessoal				R\$ 140.760,00
Impostos e Taxas Diversos				R\$ 95.700,00
Reserva Técnica				R\$ 36.590,00
<b>Total de Despesas</b>				<b>R\$ 330.000,00</b>
<b>Número de Alunos</b>	<b>50</b>		<b>Remuneração por Hora/Aula</b>	<b>160</b>
<b>Valor do Curso</b>	<b>6600</b>		<b>Remuneração por hora/TCC</b>	<b>160</b>
<b>Período do Curso (meses)</b>	<b>18</b>		<b>VIÁVEL</b>	
<b>Mensalidade</b>	<b>366,67</b>			

# 16. Regulamento do Curso de Pós-graduação Lato sensu em Gestão Pública

## TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### CAPÍTULO I DA NORMATIZAÇÃO

**Art. 1º** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública é regido por este Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido/UFERSA e pela Resolução CNE/CES nº 01, de 08 de julho de 2007.

## TÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO CAPÍTULO I DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

**Art. 2º** A estrutura organizacional do Curso de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública será composta por:

- I. Um Colegiado de Curso composto por cinco membros indicados pela Assembleia departamental mais um discente matriculado no curso e eleito por seus pares – como órgão consultivo e deliberativo;
- II. Coordenações das áreas do Curso: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública da infraestrutura e logística – como órgão executivo.

### CAPÍTULO II DO COLEGIADO

**Art. 3º** O colegiado do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Gestão Pública será composto por 05 (cinco) docentes vinculados ao Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* e a Universidade Federal Rural do Semi-Árido, mais 01 (um) discente matriculado no curso e eleito por seus pares.

§ 1º Os 05 (cinco) membros docentes do Colegiado do Curso serão indicados pela Assembleia do Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais.

§ 2º O Colegiado do Curso será presidido pelo Coordenador do curso e, na sua ausência, pelo Vice-coordenador.

§ 3º O quórum para realização das reuniões do Colegiado do Curso é metade mais um de seus membros.

§ 4º As deliberações do Colegiado do Curso terão que ser aprovadas pela maioria dos membros presentes na reunião, observado o parágrafo anterior, sendo que, no caso de empate, o Coordenador terá o voto de qualidade.

**Art. 4º** São atribuições do Colegiado do Curso:

**I** – Apreciar e deliberar, com base na legislação pertinente, as indicações de professor(es) realizadas pelo Coordenador do Curso de cada área para, isoladamente ou em comissão, cumprir(em) com atividades concernentes a:

- a) Indicar seu Coordenador e Vice-coordenador dentre seus membros;
- b) Seleção de candidatos;
- c) Aproveitamento de estudos;
- d) Orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso;
- e) Definição de critérios e procedimentos para a concessão de bolsas, quando essas existirem;
- f) Estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e de avaliação do curso.

**II** – Decidir sobre o aproveitamento de disciplinas já realizadas pelos alunos em outro(s) curso(s) de pós-graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido ou de outra Instituição de Ensino Superior;

**III** – Apreciar e deliberar a respeito das decisões para o cumprimento do inciso I deste artigo;

**IV** – Decidir sobre o desligamento de discente do Curso;

**V** – Zelar pelo cumprimento do Regimento Geral da UFERSA, do Regulamento Específico do curso e pelo cumprimento das demais normas exigidas pelo Ministério da Educação;

**VI** – Apreciar e deliberar sobre o Relatório Final do curso elaborado pela Coordenação e cada área: Gestão Pública, Saúde Pública, Políticas Agrárias, Gestão pública Municipal e Gestão da infraestrutura e logística

**VII** – Homologar a Banca Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso;

**VIII** – Homologar o edital de seleção encaminhado pelo Coordenador de cada área.

### **CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO**

**Art. 5º** A coordenação do Curso é o órgão que assegura a organização e o funcionamento do Colegiado e, ao mesmo tempo, responde pela execução de suas decisões e aplicação de suas diretrizes.

§ 1º O Coordenador e o Vice-coordenador deverão possuir a titulação mínima de mestre, pertencer ao quadro permanente da UFERSA e ter disponibilidade para cumprir as exigências do curso.

§ 2º Na ausência ou impedimento do Coordenador, o Vice-coordenador assumirá, automaticamente, todas as funções do Coordenador.

§ 3º Na hipótese de ausência, na UFERSA, do Coordenador e do Vice-coordenador do Curso, devidamente justificadas, em virtude de outras atividades acadêmicas ou administrativas, assumirá a Coordenação do Curso, o docente mais

antigo da UFERSA vinculado ao curso, para atender aos expedientes meramente administrativos.

**Art. 6º** Compete ao Coordenador do Curso:

**I** – Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;

**II** – Indicar os docentes para o cumprimento do disposto no inciso I do artigo 13º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

**III** – Cumprir e fazer cumprir o Regimento Geral e o Estatuto da UFERSA, o Regulamento específico do curso e as deliberações do Colegiado do curso e dos órgãos da administração superior da UFERSA.

**IV** – Autorizar a realização das receitas e despesas do curso, bem como, decidir sobre o destino dos bens adquiridos com recursos do curso, em consonância com o Regulamento Geral, Regulamento Específico do curso e de acordo com as normas da Administração Superior da UFERSA.

**V** - Elaborar o Edital de seleção de candidatos a discentes do curso;

**VI** – Elaborar e submeter à apreciação e deliberação do Colegiado do curso, o relatório que trata o artigo 9º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da UFERSA.

**VII** – Remeter à PROPPG toda documentação comprobatória de que o discente cumpriu todas as exigências do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* para a expedição do Certificado de Conclusão do Curso, respeitando a área de formação;

**VIII** – Comunicar à Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPPG os desligamentos de docentes e de discentes do Curso de Pós-graduação no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a finalização do desligamento.

#### **CAPÍTULO IV DA SECRETARIA**

**Art. 7º** A Secretaria do Curso de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública é o órgão de apoio administrativo, incumbido das funções burocráticas dos cursos.

**Parágrafo Único** – A secretaria vincula as Coordenações das 5 áreas do curso: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em infraestrutura e logística.

**Art. 8º** Compete ao responsável pela secretaria, as seguintes atribuições:

**I** - Instruir os requerimentos dos candidatos à inscrição e à matrícula;

**II** – Manter, em arquivo, os documentos de inscrição dos candidatos à admissão nas áreas de Especialidade em Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em infraestrutura e logística, e de matrícula dos discentes;

**III** – Manter, em arquivo, os documentos de interesse das áreas vinculadas ao curso;

**IV** – Manter, atualizado, os dados cadastrais dos docentes e dos discentes do curso;

**V** – Secretariar, com elaboração de ata, as reuniões do Colegiado do curso e as apresentações e defesas dos trabalhos de conclusão em cada área do curso.

**Parágrafo único** – Todos os documentos emitidos pela Secretaria serão assinados pelo coordenador do curso e/ou coordenadores de em cada área, caso a oferta: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas e Gestão Pública Municipal e Gestão pública em infraestrutura e logística, ou por seu substituto legal, sem prejuízo do disposto no artigo 5º, § 3º.

**TÍTULO III  
DO FUNCIONAMENTO DO CURSO  
CAPÍTULO III  
DA ADMISSÃO**

**Seção I  
Da Inscrição e Seleção dos Candidatos**

**Art. 9º** O processo seletivo de candidatos a discentes ao Curso de Especialização em Gestão Pública e em cada área se inicia com a publicação do Edital de Seleção pela PROPPG. No qual deve conter informações relativas a modalidade, ao número de turmas e de alunos por turma, períodos de inscrição e de realização do curso em sua respectiva área, se o mesmo será gratuito ou pago, qual(is) o(s) dia(s) da semana e o(s) turno(s) do(s) dia(s) em que as aulas serão ministradas, o local de realização das aulas, bem como, outras informações que a Coordenação do curso e a PROPPG julgarem necessárias.

**Art. 10** Para a inscrição dos candidatos, à seleção, no curso de Especialização em Gestão Pública, serão exigidos:

- I** – Cópia autenticada do diploma ou documento equivalente que comprove que o candidato concluiu um curso superior.
- II** – Curriculum Vitae ou Lattes, com documentação comprobatória;
- III** – Cópia autenticada do histórico escolar de graduação;
- IV** – Formulário de inscrição devidamente preenchido;
- V** – Cópia do documento oficial de identidade e do CPF;
- VI** – Comprovante de quitação eleitoral e militar;
- VII** – Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- VIII**- 02 (duas) fotos 3x4 recentes.

**Parágrafo Único** – Também será aceita a inscrição de candidato graduando, que comprove ter defendido o trabalho de Conclusão de Curso antes do início das aulas do Curso e área escolhida pelo discente.

**Art. 11** A inscrição, para seleção, no Curso de Especialização em Gestão Pública será aberta aos concluintes e graduados da área de Ciências Sociais e áreas afins, como também para graduados em outras áreas, desde que comprovem experiência na área objeto do curso, conforme o calendário acadêmico estabelecido pelo colegiado do curso.

**Art. 12** De posse dos documentos dos candidatos, o colegiado do curso e coordenador por área selecionará os discentes através da análise curricular e entrevista.

## **Seção II Da Matrícula**

**Art. 13** Os candidatos classificados na seleção deverão entregar, na Secretaria do Curso de Pós-graduação *Lato sensu* em Gestão Pública, conforme o formulário de matrícula preenchido dentro do prazo fixado pela Coordenação.

§ 1º A matrícula poderá ser realizada por procurador legalmente constituído para tal, e de posse de procuração particular com firma reconhecida.

§ 2º A falta de efetivação da matrícula no prazo fixado caracteriza desistência do candidato em se matricular no Curso; conseqüentemente, a vaga será disponibilizada para o candidato que ficou na suplência.

§ 3º É vedado o trancamento de matrícula, seja isoladamente ou no conjunto de disciplinas.

§ 4º Os candidatos selecionados na forma do disposto no parágrafo único do artigo 10.º deste Regulamento Específico, deverão, no ato da matrícula, satisfazer à exigência da apresentação do certificado ou diploma de conclusão do curso de graduação, registro de nascimento, RG e CPF, quitação eleitoral e militar e 1 (uma) fotografia 3x4.

## **CAPÍTULO IV DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO**

### **Seção I Da Organização Curricular**

**Art. 14** No projeto do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública consta o elenco de disciplinas do seu currículo pleno composto pelo Núcleo Básico, Complementar e área de concentração: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão pública em infraestrutura e logística.

§ 1º Para cada disciplina será especificado o nome da disciplina, a ementa, Departamento, Professor responsável e carga horária total exigida, caso curso presencial.

§ 2º Para cada disciplina oferecida na modalidade EaD, não serão exigidos carga horária mínima, respeitando o regulamento para modalidade conforme regulamento da CNE.

§ 3º O Plano de ensino de cada disciplina deverá ser divulgado para os discentes no início da disciplina, no qual constarão as informações apresentadas no parágrafo anterior, além de ementa, conteúdo programático, metodologia de ensino, modalidade, forma de avaliação dos discentes, bibliografia recomendada e carga horária, caso curso presencial.

### **Seção II De Verificação do Rendimento Acadêmico**

**Art. 15** O rendimento acadêmico do discente em cada disciplina será aferido pelo docente responsável pela disciplina, mediante a aplicação de provas, trabalhos

escritos, seminários e, ou, outras formas de verificação de aprendizagem, sendo a média final da disciplina expressa na forma de nota.

§ 1º A média final de cada disciplina deverá ser expressa na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), utilizando o arredondamento para uma casa decimal.

§ 2º Será considerado aprovado em uma disciplina, o discente que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete) e que frequentar pelo menos 75% das aulas ministradas na disciplina, caso modalidade presencial.

§ 3º Não haverá recuperação em nenhuma disciplina.

### **Seção III** **Do Trabalho de Conclusão de Curso**

**Art. 16** Para a obtenção do Certificado de especialista em Gestão Pública, a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a forma de artigo científico enviado ou monografia e com a participação máxima de 01 (um) aluno por trabalho, é requisito obrigatório.

**Art. 17** O curso ocorrerá em um período de 18 (dezoito) meses. A defesa do trabalho de conclusão de curso deverá ocorrer no máximo em até 150 (cento e cinquenta) dias a partir da última disciplina ministrada.

§ 2º O prazo para defesa do Trabalho de Conclusão de Curso poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias, por solicitação do candidato, devidamente justificado, com anuência do Orientador.

**Parágrafo Único** - O discente que, por qualquer razão, não apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso em conformidade com as normas e prazos estabelecidos neste Regulamento Específico e no Regulamento Geral da UFERSA, não terá direito ao certificado de especialização, fazendo jus, no entanto, a uma declaração de aperfeiçoamento, emitida pela coordenação do curso, desde que tenha integralizado no mínimo os créditos previstos de 450 horas: Básico, Complementar e Área de Concentração.

**Art. 18** O Trabalho de Conclusão de Curso deverá evidenciar domínio do tema escolhido e será apresentado e defendido pelo candidato a uma Comissão Examinadora em sessão pública.

**Parágrafo Único** – Os Trabalhos de Conclusão de Curso deverão, obrigatoriamente, contemplar temas afetos à área temática das áreas do curso: Administração pública, ou seja, abordando as temáticas das áreas: Gestão Pública, Saúde Pública, Gestão de Políticas Agrícolas, Gestão Pública Municipal e Gestão em Infraestrutura e logística.

**Art. 19** Para a solicitação de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, o discente deverá estar regularmente matriculado no Curso e integralizado a carga horária, mínima de 450h, exigida pelo curso e está a, no máximo, 24 meses matriculado no Curso.

**Art. 20** O candidato ao Certificado de Especialista em Gestão Pública deverá, até 20 (vinte) dias, antes da defesa, protocolar na secretaria o encaminhamento de um

exemplar impresso do Trabalho de Conclusão do Curso que, da mesma forma, deverá disponibilizar um exemplar a cada componente da Banca Examinadora.

**Art. 21** A Comissão Examinadora será composta pelo orientador do aluno(a), que a presidirá, ou, em caso de impedimento, um representante por ele indicado, com igual titulação acadêmica e por mais dois examinadores.

§ 1º Para cada Comissão Examinadora deverá haver, no mínimo, um membro suplente.

§ 2º A Composição da Comissão de que trata o *caput* deste artigo deverá ser homologada pelo Colegiado do curso, sendo exigida a titulação mínima de mestre para todos os componentes da Comissão Examinadora, seja titulares ou suplentes.

**Art. 22** Ao final da defesa, cada examinador atribuirá uma nota variando de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal, sendo que será considerado aprovado o candidato que obtiver média aritmética maior ou igual a 7,0 (sete).

**Art. 23** Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela Comissão Examinadora e realizada as devidas correções sugeridas pelos examinadores, o candidato deverá encaminhar à Coordenação do Curso 02 (duas) cópias impressas e encadernadas da versão final corrigida e 02 (duas) cópias em versão eletrônica (arquivo no formato “PDF” gravado em CD, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data de sua aprovação).

#### **Seção IV** **Do aproveitamento de Estudos**

**Art. 24** Considera-se aproveitamento de estudos, para os fins previstos neste Regulamento Específico, a equivalência de disciplina(s) já cursada(s) nos últimos 05 (cinco) anos pelo aluno em cursos de Pós-Graduação *Lato ou Stricto Sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação, com disciplina(s) da Estrutura Curricular do Curso.

§ 1º Entende-se por disciplina já cursada aquela em que o aluno logrou aprovação, com média final igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 2º A disciplina, objeto do aproveitamento, de estudos deve ter carga horária igual ou superior à disciplina da estrutura curricular e o seu conteúdo programático deve se assemelhar, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) ao conteúdo programático da disciplina.

§ 3º No tocante à(s) disciplina(s) cursada(s) em outras Instituições de Ensino Superior, no histórico escolar do aluno, deverão ser observadas as seguintes normas:

**I** – Serão computados os critérios ou horas-aula equivalentes, sendo que a unidade básica para avaliação da intensidade e duração das disciplinas é o crédito,

equivalendo 01 (um) crédito a 15 (quinze) horas-aula, caso o curso presencial, seja aula teórica ou prática.

**II** – Será atribuído o conceito APROVADO, como também, a data de homologação do aproveitamento de estudos pelo Colegiado do Curso;

**III** – Será feita menção à Instituição de Ensino Superior onde cada disciplina foi cursada, como também ao ano em que o discente cursou a disciplina.

§ 4.º A equivalência será feita com base no parecer de um docente ministrante da disciplina equivalente no curso, designado pelo Coordenador, mas a decisão final sobre o aproveitamento de estudos será do Colegiado do Curso.

§ 5.º Em caso excepcional, o discente poderá requerer o aproveitamento de estudos em disciplinas que cursou a mais de 05 (cinco) anos, desde que o mesmo obtenha nota igual ou maior que 7,0 (sete vírgula zero) em uma prova de conhecimentos elaborada pelo docente referido no parágrafo anterior, sobre o conteúdo da disciplina objeto do aproveitamento, sem prejuízo ao disposto nos parágrafos anteriores.

#### **Seção IV**

##### **Da expedição do Certificado de Conclusão de Curso**

**Art. 25** Somente será conferido o Certificado de Conclusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* ao discente que:

**I** – Não apresentar pendência com o curso ou com qualquer outra instância da UFERSA;

**II** – Lograr aprovação em todas as disciplinas;

**III** – Tiver o Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, conforme a exigência do Regulamento Específico do curso Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão pública.

**Art. 26** De acordo com o artigo 9.º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, o Coordenador do curso encaminhará à PROPPG o Relatório Final do Curso, contendo os nomes e históricos escolares dos discentes aptos a receberem o Certificado de Conclusão do Curso com o Certificado de Especialista em Gestão Pública em suas respectivas áreas de especialidades apresentadas no verso do certificado conforme regulamento do CNE vigente.

**Parágrafo Único** – Os Certificados de Conclusão expedidos pela Divisão de Registro Escolar devem mencionar a área de conhecimento específica do curso e serem acompanhados do respectivo Histórico Escolar, no qual devem constar no verso, obrigatoriamente, a saber:

**I** – Relação das disciplinas, carga horária, nota obtida pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

**II** – Período em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

**III** – Título do Trabalho de Conclusão do Curso e nota obtida;

**IV** – Declaração da UFERSA de que o curso cumpriu todas as disposições da legislação vigente no País.

## **CAPÍTULO IV DOS CORPOS DOCENTE E DISCENTE**

### **Seção I Do Corpo Docente**

**Art. 27** O Corpo Docente do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública da UFERSA deverá ser constituído por profissionais de nível superior, qualificados na(s) área(s) de conhecimento(s) dos cursos que participam, sendo que 50% (cinquenta por cento) destes, pelo menos, deverão apresentar titulação de mestre ou de doutor obtido em curso de Pós-graduação *Stricto sensu* reconhecido pelo Ministério da Educação.

**Art. 28** Na composição do curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* em Gestão Pública, admitir-se-á a participação de profissionais não pertencentes ao quadro permanente da UFERSA, desde que estes não ministrem mais do que 50% da carga horária total do Curso.

**Parágrafo Único** – O percentual referido no *caput* deste artigo poderá ser de até 75%, quando na UFERSA não tiver em quantidade suficiente com formação específica na área do conhecimento específica do Curso.

**Art. 29** A substituição de membro do corpo docente será permitida desde que sejam atendidas as exigências dos artigos 35º, 36º e 37º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

**Parágrafo Único** – A substituição será feita com base em justificativa do Coordenador de área, após ter sido aprovada no Colegiado do curso, no Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais e na PROPPG.

### **Seção II Do Orientador**

**Art. 30** O orientador, escolhido pelo aluno e com aprovação da Coordenação de área e curso deverá supervisionar os estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, que terá o formato de artigo científico ou monografia, do candidato ao título de Especialista.

§ 1º O orientando deverá apresentar à Coordenação de área do curso o plano de trabalho para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso em até 06 (seis) meses, contados a partir da data de sua matrícula no curso.

§ 2º O orientador deverá ser membro do corpo docente e credenciado na PROPPG da UFERSA. Ser portador, no mínimo, do título de Mestre, conferido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação/MEC.

§ 3º Em casos excepcionais, devidamente justificados pela Coordenação do curso, poderá ser indicado um Co-orientador, destinado a um único aluno, aprovado pelo

Colegiado do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública, desde que preencha as exigências do §2º deste artigo.

§ 4º O orientador que se ausentar do País por um período igual ou superior a 06 (seis) meses, será automaticamente substituído, caso não indique um novo orientador que possa substituí-lo (nos termos deste Regulamento) neste impedimento.

**Art. 31** Compete ao orientador supervisionar, orientar a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, estudos, pesquisas e outras atividades relacionadas à vida acadêmica do orientando.

### **Seção III Do Corpo Docente**

**Art. 32** O corpo docente de que trata este Regulamento Específico será regido pelas normas dispostas no Estatuto e no Regimento Geral da UFERSA.

**Art. 33** Além dos casos previstos no Regimento Geral da UFERSA, será desligado do Curso o docente que:

**I** – Não integralizar a carga horária do Curso nos prazos previstos nos parágrafos 3º e 5º do artigo 2º do Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

**II** – For reprovado na apresentação do Trabalho Final de Conclusão de Curso.

## **TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 34** A PROPPG é o órgão responsável pela supervisão e acompanhamento do Curso Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da UFERSA, sempre zelando pelo bom funcionamento do Curso de acordo com o Regimento Geral da UFERSA, o Regulamento Geral e com as normas vigentes no País.

§ 1º A PROPPG poderá baixar normas e instruções à coordenação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública para racionalização dos seus serviços e rotinas administrativas, visando aperfeiçoar as atividades de coordenação, supervisão e divulgação das áreas de formação específicas oferecidas.

§ 2º Sempre que for necessário, a PROPPG poderá convocar o coordenador do curso de áreas de concentração para participar de reuniões com o objetivo de tratar de assuntos de interesse do curso.

**Art. 35** A área de formação do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública não terá vigência permanente, necessitando, pois, para o funcionamento de uma nova turma de parecer da PROPPG e PROPLAN.

**Art. 36** O curso de que trata este Regulamento Específico somente poderá ser objeto de divulgação e publicidade, após a aprovação de sua realização pela PROPPG e pelos Conselhos Superiores da UFERSA.

**Art. 37** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública será regido pelo disposto neste Regulamento Específico e pelo Regulamento Geral dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
**4ª Reunião Ordinária de 2016**

## **2º PONTO**

Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à criação do curso de graduação de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas, e sobre o número de vagas para ingresso neste curso, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 004/2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**PARECER CONSEPE/UFERSA Nº 004/2016**

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, em sua **3ª Reunião Ordinária de 2016**, realizada no dia 20 de abril de 2016, considerando o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas, encaminhado pelo Memorando Eletrônico Nº 119/2016-PROGRAD, e o Artigo 51, incisos VI e XV, do Regimento Geral da UFERSA, aprova e propõe ao Conselho Universitário:

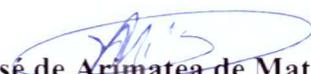
A criação do curso de graduação **Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas**, no Câmpus Caraúbas, com oferta de 80 vagas anuais, sendo 40 vagas para ingresso no primeiro semestre letivo e 40 vagas para ingresso no segundo semestre letivo.

O Projeto Pedagógico foi aprovado com a seguinte ressalva:

1. Substituir a nomenclatura “disciplinas eletivas” por “disciplinas optativas”.

Encaminhe-se este Parecer ao Conselho Universitário para deliberação.

Mossoró-RN, 20 de abril de 2016.

  
**José de Arimatea de Matos**  
Presidente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

### **PARECER**

Trata-se da proposta de criação do Curso de Licenciatura em Letras- Português no campus Caraúbas, conforme MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 - CARAÚBAS. Com relação a essa proposta observa-se o que segue:

1- A ampliação do número de cursos na modalidade licenciatura está em consonância com as metas 2.1.1 (ampliação em 25% do número de vagas para as licenciaturas presenciais) e 2.2.1 (implantação de 03 cursos de licenciatura) do PDI 2015-2019 da UFERSA.

2- Se efetuada em conjunto com todo o Plano de oferecimento de vagas das licenciaturas do campus Caraúbas, conforme anexo do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016 - CARAÚBAS, mantém os parâmetros básicos da pactuação efetuada com o MEC em 2010 (ata de pactuação anexa). Cumpre notar que para o completo atendimento da referida pactuação as citadas vagas nos cursos de engenharia (240) devem ser também implementadas em sua totalidade.

3- Com relação à infraestrutura e recursos necessários, não foi apresentada a distribuição final pretendida de vagas de servidores (docentes e técnicos administrativos) para todos os cursos do campus, o que entendemos ser necessário para a devida apreciação da proposta.

4- O PPC ora encaminhado junto com a proposta de criação do curso de Letras-Português foi analisado e revisado pelo Setor Pedagógico da PROGRAD e pelo Comitê de Graduação, sendo que as alterações sugeridas nessas instâncias foram satisfatoriamente contempladas.

5- Considerando a RESOLUÇÃO CNE Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e respectivos prazos de implantação (documento e síntese anexas), sugere-se que no prazo de três meses o referido PPC seja revisado e adequado a essas diretrizes, sem prejuízo de sua aprovação no formato atual, considerando que apenas no segundo semestre de 2016 poderá ser solicitada junto à SERES a autorização para esse curso.

6- Quanto à justificativa para a escolha da modalidade e da área do curso, esta é apresentada de forma detalhada no anexo do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 89/2016.

Considerando os pontos apresentados acima, emitimos parecer FAVORÁVEL à criação do Curso de Licenciatura em Letras- Português no campus Caraúbas, com a ressalva da definição de distribuição geral de vagas de servidores apontada no item “3”.

Mossoró, 12 de abril de 2016.

Augusto Carlos Pavão

Pró-Reitor de Graduação

**Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Pró-Reitoria de Graduação  
Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura  
Plena em Letras/Português e suas respectivas  
Literaturas**



**CARAÚBAS-RN**

**2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**  
**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM**  
**LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS**

**LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS  
LITERATURAS**

**Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em  
Letras/Português e suas respectivas literaturas, elaborado  
com o objetivo de sua oferta pela Universidade Federal  
Rural do Semi-Árido, no contexto de sua política de  
expansão e formação de professores de línguas.**

**CARAÚBAS-RN**

**2015**

**Catálogo na Fonte**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO****Reitor:**

Prof. Dr. José de Arimatea de Matos

**Vice-Reitor:**

Prof. Dr. Francisco Odolberto de Araújo

**Chefe de Gabinete:**

Ma. Márcia de Jesus Xavier

**Assessor Especial:**

Thiago Henrique Gomes Duarte Marques

**Pró-Reitor de Planejamento:**

Me. George Bezerra Ribeiro

**Pró-Reitora de Administração:**

Ma. Anakléa Melo Silveira da Cruz Costa

**Pró-Reitor de Graduação:**

Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão

**Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:**

Prof. Dr. Rui Sales Júnior

**Pró-Reitor de Extensão e Cultura:**

Prof. Dr. Luís Augusto Vieira Cordeiro

**Pró-Reitor de Assuntos Comunitários:**

Prof. Dr. Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura

**Pró-Reitora de Gestão de Pessoas:**

Ma. Keliane de Oliveira Cavalcante

**Diretora do *Campus* de Caraúbas:**

Profª. Drª. Edna Lúcia da Rocha Linhares

**Diretoria da Divisão de Registo Escolar**

Joana D'Arc Veras de Aquino

**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS  
LITERATURAS**

**PROFESSORES/AS:**

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elaine Cristina Forte Ferreira  
Prof<sup>ª</sup>. Ma. Monaliza Rios Silva  
Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto  
Prof. Me. Pedro Pone  
Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

O processo de construção da proposta do curso foi viabilizado por uma comissão e contou com a cooperação dos (as) seguintes colaboradores (as):

**COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
LETRAS/ PORTUGUÊS, DESIGNADA PELA PORTARIA UFERSA/GAB nº 1.480/2014 e  
1.541/2014:**

Presidente: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Elaine Cristina Forte Ferreira  
Membro: Prof<sup>ª</sup>. Ma. Monaliza Rios Silva  
Membro: Prof. Me. Pedro Fernandes Oliveira Neto  
Membro: Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone  
Membro: Prof. Dr. Vicente de Lima Neto

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	08
1.1. Histórico da UFERSA .....	08
1.2. Segmentos da Educação Superior na UFERSA – <i>Campus</i> Caraúbas .....	09
1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas .....	12
1.4. Justificativa .....	17
<b>2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b> .....	21
2.1. Dados da Instituição Proponente .....	21
2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente .....	21
2.3. Dados do Responsável pelo Projeto .....	21
2.4. Dados de Identificação do Curso .....	21
<b>3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO</b> .....	22
3.1. Concepção do Curso .....	22
3.2. Fundamentação Teórico- Metodológica .....	24
3.3. Fundamentação Legal .....	27
<b>4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA</b> .....	29
4.1. Coordenador do Curso .....	29
4.2. Conselho de Curso .....	29
4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE) .....	31
<b>5. OBJETIVOS</b> .....	32
<b>6. PERFIL DO EGRESSO</b> .....	35
6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas .....	36
6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno .....	37
<b>7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO</b> .....	38
7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária .....	38

7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS .....	42
<b>8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES .....</b>	<b>47</b>
<b>9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>93</b>
9.1 Avaliação de aprendizagem .....	93
9.2. Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso .....	95
9.3 Avaliação do Curso .....	96
9.3.1. Avaliação Externa .....	96
9.3.2. Avaliação Interna .....	96
9.3.3. Participação do Corpo Discente na Avaliação do Curso.....	97
<b>10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO .....</b>	<b>98</b>
10.1. Participação do Corpo Discente nas Atividades Acadêmicas .....	98
10.2. Prática como Componente Curricular .....	99
10.3. Estágio Curricular Supervisionado .....	100
10.4. Trabalho de Conclusão de Curso .....	100
10.5. Áreas de formação .....	100
10.6. Atividades Complementares .....	103
<b>11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA .....</b>	<b>106</b>
11.1. Biblioteca .....	106
11.2. Laboratório de Informática .....	107
11.3 Sala do NUPEX.....	107
<b>12. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO .....</b>	<b>108</b>
<b>13. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>110</b>
Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares .....	110

## 1. INTRODUÇÃO

---

---

### 1.1. Histórico da UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA foi criada em 01 de agosto de 2005, pela Lei nº 11.155, por transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM, instituição dedicada à educação superior, criada pela Prefeitura Municipal de Mossoró, através do Decreto nº 03/67, de 18 de abril de 1967 e incorporada à rede federal de ensino superior, como autarquia em regime especial por meio do Decreto nº 1.036, de 21/10/1969.

#### 1.1.1 Inserção regional

Geograficamente situada nas mesoregiões Oeste e Central do estado do Rio Grande do Norte, áreas de clima semiárido, a UFERSA, por meio das atividades inerentes à educação superior, busca contribuir para o desenvolvimento regional através da construção de alternativas e soluções para os problemas enfrentados na região, sobretudo aqueles que afetam a população e o ecossistema caatinga, assumindo, assim, o compromisso com a formação de profissionais, capazes de atender as demandas do mercado de trabalho da região. Para isto, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação enfatizam uma formação voltada para as necessidades de crescimento e sustentabilidade da região do semiárido, mas ressaltando uma formação que contemple a produção de conhecimentos e de tecnologias integradas às necessidades da Região e do País. Neste sentido, procura refletir nos seus projetos de cursos o compromisso com o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aponta para a necessidade de formar profissionais capazes de interferir nas organizações de modo a torná-las competitivas no cenário econômico e social e político da região.

Assim, entre os principais papéis da Universidade, enquanto espaço de construção coletiva do conhecimento e de formação superior, destaca-se a disponibilização de profissionais críticos e conscientes de suas condições de cidadãos, para a sociedade, capazes de assumir responsabilidades e se comprometer com as demandas locais e com o contexto em que está inserido. O comprometimento com a inserção regional da Universidade se constitui a partir da criação dos cursos e propostas curriculares capazes de atender as especificidades e necessidades locais, além da elaboração de projetos de pesquisa e extensão que dialoguem com diferentes esferas da comunidade, potencializando o desenvolvimento regional.

### 1.1.2 Missão da Universidade

A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semiárida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade.

### 1.1.3 Objetivos institucionais

A UFERSA tem como objetivos definidos em seu Estatuto: ministrar ensino superior visando o desenvolvimento político, científico, social, ambiental e econômico do indivíduo e da sociedade; promover o trabalho de pesquisa e investigação científica, com vistas à produção e difusão do conhecimento e estabelecer diálogo permanente com a sociedade, de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase a região semiárida brasileira.

## 1.2. Segmentos da Educação Superior na UFERSA - *Campus Caraúbas*

As instituições de educação superior sempre desempenharam papéis importantes em cultivar conhecimento e colocá-lo em benefício da sociedade. Em épocas e sociedades diferentes, estas atividades de produção de conhecimento englobaram desde a educação tradicional nas profissões liberais até o desenvolvimento de pesquisa avançada nas ciências básicas e suas aplicações.

Durante o processo histórico da universidade brasileira muitas lutas foram travadas em prol da reformulação dos paradigmas de ensino ofertados nesse âmbito. Aspirando uma instituição capaz de expressar multiplicidade de pensamentos, que amplie seu escopo de atuação passando a envolver não só os segmentos sociais já tradicionalmente privilegiados, mas a sociedade na sua totalidade, a universidade, necessariamente, deve (re)visitar seus processos de pesquisa, ensino e extensão, valorizando os saberes do senso comum, confrontados criticamente com o próprio saber científico, comprometendo a comunidade acadêmica com as demandas sociais e com o impacto de suas ações transformadoras em relação a tais demandas.

A pesquisa acadêmica é um dos três pilares da atividade universitária, junto com o ensino e a extensão, que visa a produzir conhecimento para uma disciplina acadêmica, bem

como, investigações relacionadas à prática dos processos de ensino-aprendizagem. Ela pode ser desenvolvida por pesquisadores/docentes, estudantes universitários e pesquisadores independentes. Levy (1996) define a pesquisa como o resultado da aprendizagem construída pelo indivíduo e/ou pela sociedade na qual esta se desenvolve. A pesquisa também pode ser conceituada como um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente.

Na Ufersa – *Campus* Caraúbas, a pesquisa objetiva produzir, estimular e incentivar a investigação científica, de forma articulada com o ensino e a extensão, visando à produção do conhecimento e o desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, com o propósito fundamental de resgatar seu caráter público e sua função social. Vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Ufersa, o *Campus* Caraúbas atualmente conta com treze projetos de pesquisa, sendo onze deles internos e dois financiados.

No caso da extensão universitária, esta é estabelecida por uma política que, em nível nacional, define procedimentos e diretrizes que devem estar presentes em todas as ações do gênero. Segundo essas diretrizes, aprovadas pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), pode-se dizer que extensão universitária é um: “[...] processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade”. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Assim, na Ufersa – *Campus* Caraúbas, a extensão universitária endossa essa perspectiva definida pelo FORPROEX e a tem como um processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico, articulada de forma indissolúvel à pesquisa e ao ensino cujo objetivo é estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais, e, em particular, os regionais e locais; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; contribuir para a autonomia dos segmentos beneficiados por esta atividade; e promover o intercâmbio técnico-científico e gerencial das atividades afins. No *Campus* Caraúbas estão em pleno funcionamento dezesseis programas e treze projetos de extensão.

Pautando-se em paradigmas democráticos e transformadores, percebe-se a necessidade da reformulação do antigo currículo da universidade brasileira. Esse currículo é organizado a partir da tríade ensino-pesquisa-extensão que funciona como eixo norteador na

formação do estudante, apontando para uma perspectiva na qual o ensino de graduação vai além da mera transmissão e transforma-se em um período de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser reconhecido como sujeito crítico e participativo.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96, em seu artigo 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, em se tratando de educação escolar/acadêmica, esta deve estar vinculada ao mundo do trabalho e à prática social. No entanto, a forma como esta educação tem sido posta em prática ao longo da história tem apresentado tendências diversas.

Em se tratando da Educação que pauta as ações da UFERSA – *Campus* Caraúbas tem-se a prática de uma educação ampla, que busca ultrapassar os limites da instituição, alcançando aspectos e espaços físicos externos à universidade, o que possibilita o exercício de um ensino contextualizado, capaz de efetivar a formação integral dos seus estudantes, abrangendo tanto os aspectos técnico-científicos quanto os humanos. Desse modo, faz-se crucial a utilização de uma metodologia ativa que prioriza a participação do discente na aquisição/construção/reconstrução do conhecimento, e que considere a articulação entre os conhecimentos teóricos e práticos.

Prima-se, também, pela interação constante entre os diversos saberes em que a interdisciplinaridade é a palavra de ordem. Assim, adota-se a construção de um conhecimento articulado que rompe com os limites entre os componentes curriculares para se efetivar um amplo exercício ou exercício pluralista da cognição.

Alinhando-se a isso, o processo avaliativo é visto, neste *Campus*, como processo contínuo de pesquisas, cujo intuito maior é desenvolver e interpretar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos estudantes para, a partir disso, vislumbrar ações de intervenção. Tal postura evidencia que a avaliação não é um fim em si mesma, mas um meio que permite verificar até que ponto o ensino prestado tem sido eficaz e assim, sendo necessário, reformular o trabalho pedagógico com a adoção de procedimentos que possibilitem sanar as deficiências identificadas. Sendo assim, a UFERSA – *Campus* Caraúbas adota três modalidades de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa) que aplicadas em momentos distintos do processo de ensino-aprendizagem permitem o alcance dos objetivos traçados, contribuindo para a excelência do ensino prestado na instituição. Para apoiar na avaliação do processo de ensino-aprendizagem e em outras questões didático-pedagógica, o referido

*Campus* conta com o setor pedagógico, que está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, PROGRAD, UFRSA.

O setor pedagógico da UFRSA – *Campus* Caraúbas tem como função precípua prestar assessoria didático-pedagógica àqueles envolvidos no processo ensino-aprendizagem desta instituição, de modo que a excelência no trabalho educativo seja alcançada. Para tanto, desenvolve ações diversas as quais buscam a articulação entre docentes, estudantes, corpo técnico-administrativo e comunidade. Este setor parte da premissa de que o trabalho educativo necessita, enquanto prática intelectual e social, da articulação das dimensões do saber, do saber-fazer e da reflexão crítica de seus objetivos e do processo pedagógico como um todo. Partindo dessa premissa, o referido setor visa minimizar as fragilidades que o *Campus* possa apresentar no que concerne aos aspectos didático-pedagógicos, corroborando para a construção da dimensão ética, ressignificação de valores, conhecimento e da identidade social da comunidade acadêmica, consolidada pelo conhecimento produzido.

### **1.3. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e respectivas Literaturas**

No Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, o aluno estuda a língua, as literaturas e as culturas de Língua Portuguesa, com ênfase na brasileira e na portuguesa. O profissional formado em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá lecionar como professor de Língua Portuguesa como língua materna, bem como suas respectivas Literaturas nos Ensinos Fundamental e Médio.

No Brasil, esse quadro ainda apresenta uma taxa considerável de pessoas excluídas do ambiente escolar. Dados do Instituto Paulo Montenegro, instituição que criou, ao lado da ONG Ação Educativa, o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF), mostram que, em 2011, o Brasil possuía 27% da população classificada como analfabeta funcional, ou seja, são pessoas que ainda não possuem condição para inserção plena na cultura letrada, já que, embora saibam ler e escrever, possuem um nível rudimentar de interpretação de textos. São, portanto, praticamente 54 milhões de pessoas no país que não reúnem condições de lerem e compreenderem textos de média extensão, por exemplo, realizando pequenas inferências. Portanto, a formação de professores de línguas – engajados com uma proposta que vise a dar novos rumos à educação brasileira – faz-se necessária.

A Língua Portuguesa é a língua oficial do Brasil e de outros países, dentre os quais citamos: Portugal, Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste; somem-se a estes países um Estado-Nação e uma cidade em que se observam o

uso da Língua Portuguesa: Nova Goa (ou Índia Portuguesa ou Estado da Índia), que inclui vários territórios, e a cidade de Macau, na China.

Uma vez que uma língua é institucionalizada, esta assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração no sistema sociocultural. Pelo seu caráter de sistema simbólico, a Língua Portuguesa, como qualquer língua, funciona como meio para acesso ao conhecimento e, portanto, às diferentes formas de pensar, de criar, de sentir, de agir e de conceber a realidade.

Seu domínio, assim, propicia ao indivíduo uma formação mais abrangente e mais solidária. Tendo em vista a importância e a necessidade do conhecimento dessa língua na sociedade brasileira, faz-se necessário investir, em primeiro lugar, na formação do professor para atuar nessa área. É na escola que uma língua passa a ser sistematizada e estudada, desde a Educação Infantil, pela Educação Básica, até a Educação Superior, em que o uso da variante padrão insere o sujeito na competitividade do mercado de trabalho e na formação plena do ser humano. Portanto, cabe ao docente do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas estimular o aprendizado de uma língua tão necessária para o respeito e a equidade social.

Acredita-se que o processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa, principalmente em relação às competências leitura/escrita/oralidade, pode auxiliar a reduzir um quadro alarmante de baixo grau de letramento funcional no Brasil, fato constatado no último Censo de 2010. O estudo e a pesquisa na Língua Portuguesa e nas suas Literaturas visa a oferecer caminhos para que os estudantes desenvolvam estratégias de ensino-aprendizagem cujo interesse esteja pautado na intervenção junto a comunidade inserida, aumentando, assim, seu letramento e permitindo que a visão de mundo seja ampliada. Desta forma, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas poderá ajudar também a formar cidadãos mais conscientes e aptos a lidar com diferentes linguagens, interagindo de várias formas com diferentes textualidades e discursividades.

Ademais, a Língua Portuguesa assume a condição de ser parte indissolúvel do conjunto de conhecimentos essenciais que permitem ao aprendiz aproximar-se de outras culturas, as quais, conseqüentemente, propiciam sua integração num mundo globalizado. Dessa maneira, um letramento básico e consolidado permitirá suplantar a carência de profissionais qualificados para as mais diversas áreas de atuação. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas assume, diante das necessidades

efetivamente constatadas pelos dados oficiais, o caráter estratégico em corrigir uma lacuna, que é a formação de profissionais qualificados nesta área.

Portanto, a Língua Portuguesa e suas Literaturas, enquanto veículo de comunicação humana, perpassa todas as áreas do conhecimento. Sua sistematização, através do ensino, não pode desconsiderar seu papel abrangente, devendo abordá-la em suas diversas modalidades de manifestação, contemplando-a em seu viés estético (literaturas), suas diversidades internas decorrentes de fatores geográficos, históricos, discursivos, linguísticos, culturais, econômicos, políticos, psicológicos e sociais. Sua natural inerência a todas as atividades comunicacionais humanas torna-a ponto comum a todos os espaços de interação e de integração, devendo estar, portanto, ao alcance de todos e a serviço da experiência social (BRASIL, 1998).

Considerando o processo de globalização e seu impacto na sociedade, a educação tem sofrido mudanças e, conseqüentemente, tem sido amplamente repensada pelos órgãos oficiais. *A Nova Proposta da Educação Superior* – elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003, e instalada pelo Ministro da Educação em 29/04/2003 – pretende “analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados”.

Das diretrizes traçadas por essa Comissão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SINAES), apoiadas em pressupostos acadêmicos e políticos, pode-se pensar na importância do Curso de Licenciatura em Letras para a concretização dessas metas na medida em que o profissional/educador dessa área do conhecimento tem um efetivo compromisso com “a transformação na Educação Superior Brasileira para corresponder mais diretamente aos anseios da sociedade por um país democrático, cujos cidadãos participem ativamente na definição dos projetos de seu desenvolvimento”, bem como com a “preservação dos valores acadêmicos fundamentais, como a liberdade e pluralidade de ideias, que se manifestam no cultivo da reflexão filosófica, das letras e artes e do conhecimento científico”.

O avanço tecnológico e as novas formas de comunicação decorrentes disso passam a exigir a formação de educadores, cujo potencial transcenda às competências técnicas específicas de sua profissão. Daí a necessidade de acrescentar à formação do licenciando, um direcionamento crítico-reflexivo que lhe amplie as possibilidades criadoras e a capacidade de articular saberes diversos, sem que se contraponha ao conhecimento técnico, mas que a ele se integre.

Visando a oferecer uma formação de qualidade, os ingressantes no Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA – *Campus* Caraúbas – serão instruídos para o exercício de aprendizagem e ensino, sob uma perspectiva articuladora dos conhecimentos didático-pedagógicos, linguísticos, literários e sócio-históricos-culturais. Para isso, o projeto de criação do referido curso norteia-se pelas diretrizes instituídas pela Resolução CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, considerando, para o processo de formação dos futuros professores, o desenvolvimento das competências enumeradas no art. 6º, a saber:

- I – as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II – as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III – as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV – as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V – as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI – as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Alinhando-se a essas competências, os componentes curriculares formadores da Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas foram organizados de maneira a orientar os estudantes e futuros professores de forma a servir-lhes de fundamentação necessária para o exercício da docência em constante aprimoramento, a partir da orientação e do estímulo à adoção de uma postura investigativa, aberta e adaptável às mudanças e sensível à diversidade.

Esta Matriz Curricular, portanto, foi estruturada em diversos eixos temáticos, a saber: estudos linguísticos; estudos da educação, do ensino-aprendizagem e da cultura; estudos literários; estudos da tradução; estudos da Língua Brasileira de Sinais. Vale salientar que essa organização corrobora o desenvolvimento simultâneo das quatro habilidades linguísticas (compreensão oral, compreensão escrita, produção oral e produção escrita) dos estudantes e do desenvolvimento de práticas diversificadas de letramentos, propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998).

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se constitui como um dos elementos da “formação humanística” conforme registro no Projeto de

Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013. É também uma proposta de intervenção, junto à ampliação dos pilares da pluralidade de formação requerida para uma universidade, mérito já alcançado, desde a ampliação de interesses da instituição com a oferta da UFERSA – *Campus* Caraúbas de cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas. Ainda em sintonia com o PDI 2009-2013, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a ser um espaço de produção e difusão no campo da educação superior da região em que está situada, preparando profissionais qualificados, a fim de atender às demandas sociais necessárias.

A UFERSA – *Campus* Caraúbas, que tradicionalmente oferece cursos de formação em áreas predominantemente tecnológicas, abre, gradativamente, espaço para a formação humanística, buscando atuar em consonância com a missão a que se propõe no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2009-2013, no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e em seus outros documentos oficiais, que é a de:

- a) produzir e difundir conhecimentos no campo da Educação Superior, com ênfase para a região Semi-Árida brasileira;
- b) contribuir para o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva;
- c) ampliar o escopo de cursos oferecidos na instituição nos diversos *campi*, a partir de uma análise das demandas locais.

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Licenciatura Plena em Letras, apresentadas no Parecer CES 492/2001, o licenciando deverá desenvolver múltiplas competências e habilidades compatíveis com o campo de atuação docente, sob os aspectos teóricos e práticos, durante sua formação acadêmica. Sendo assim, a formação do professor de Língua Portuguesa e suas Literaturas deve, por isso, operar o redimensionamento de práticas de ensino tradicionais e ultrapassadas e, por isso, já ineficazes para os moldes educacionais requeridos pela contemporaneidade.

Os princípios da interdisciplinaridade que perpassam a proposta do Curso de Licenciatura Plena em Letras busca romper com a continuidade de um modelo de formação de professores, alheio às dificuldades da gestão do ensino e da aprendizagem e do saber produzido na universidade que não dialoga com o cotidiano escolar. A finalidade do curso é

formar professores capazes de identificar problemas na aprendizagem, as causas que os produzem e propor soluções que garantam a continuidade do processo de aprendizagem do licenciando.

Assim sendo, o Curso de Licenciatura supracitado ancora-se nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas. Considera-se, ainda, que o mercado de trabalho para o acadêmico do Curso de Licenciatura Plena em Letras apresenta características cada vez mais promissoras, em face, por exemplo, da multiplicação da rede escolar nos vários níveis de ensino, a ampliação dos *mass media* e a criação de um espaço cultural específico (academias, produção artístico-cultural-regional).

Nesse sentido, a formação do professor da Língua Portuguesa e de suas Literaturas se guia pelo redimensionamento das práticas de ensino tradicionais e se ancora nos recentes estudos sobre letramento e formação de professores de línguas ao considerar, em suas diretrizes, estrita atenção para os lugares no campo de trabalho, seja para a academia ou para a formação básica.

#### **1.4. Justificativa**

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com vistas a atender a um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e às exigências ditadas pela globalização, além de considerar as habilidades e as competências determinadas pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), conta com componentes curriculares que visam à formação do profissional de Letras para atuar na área específica, ou em áreas afins, atendendo com isso à interdisciplinaridade.

Para isso, são levados em consideração alguns aspectos: coerência do currículo com os objetivos do curso, coerência do currículo com o perfil desejado do egresso, coerência do currículo em face das Diretrizes Curriculares Nacionais, adequação da metodologia de ensino à concepção do curso, interrelação dos componentes curriculares na concepção e na execução do currículo, adequação, atualização e relevância da bibliografia e dimensionamento da carga horária dos componentes curriculares.

A busca pela coerência do currículo com os objetivos do curso pode ser visualizada na Matriz Curricular, que reúne um conjunto de componentes curriculares distribuídos ao longo dos semestres letivos. O currículo desta habilitação considera a formação básica na área de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, como

também na formação do professor que visa a oferecer subsídios ao exercício da profissão, de maneira a possibilitar ao egresso demonstração de competência técnica, de capacidade de estabelecer relações humanas e de ter posturas éticas compatíveis com as exigências do desempenho profissional de um educador.

Além disso, as atividades do curso procuram desenvolver no licenciando a consciência da necessidade de uma contínua busca de aperfeiçoamento em sua área de atuação, com vistas a garantir tanto a sua formação continuada como a oportunidade de inserção no mercado de trabalho cada vez mais seletivo e tecnológico (PPC/UFERSA-Caraúbas, 2013).

Ademais, tendo em vista a realidade do referido *campus*, explicitamos, neste documento, algumas razões pelas quais o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas acrescentaria na vivência das práticas acadêmicas na estrutura da UFERSA – *campus* Caraúbas. Sem subestimar o valor de nenhum dos cursos em questão, este documento se guia pelo equilíbrio e pela equidade das áreas com o intuito do fortalecimento da UFERSA - *campus* Caraúbas.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas na UFERSA – *campus* Caraúbas pode ser defendido a partir de cinco argumentos básicos:

- 1) O atendimento à demanda de professores de Português e Literaturas na região;
- 2) A atração de novos recursos para a universidade;
- 3) Os ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas;
- 4) A inserção da UFERSA/ Caraúbas no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona;
- 5) A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição.

Sendo assim, a Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, por exemplo, trará para a região onde está situada a UFERSA - *campus* Caraúbas e para a instituição alguns investimentos garantidos pela esfera federal para a formação de professores. Além disso, há a questão da ampla demanda para região em Letras/Português e suas respectivas literaturas, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim.

Considerando que o licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contamos, portanto, com um amplo leque de atuação deste professor no mercado de trabalho disponível na região. Desta feita, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas, juntamente

com as outras duas Licenciaturas em Inglês e em LIBRAS, pode alavancar mais recursos para a universidade, a partir de investimentos direcionados especificamente às licenciaturas. Em seguida, elencamos algumas possibilidades que contribuirão para o crescimento da região do médio oeste potiguar, com a implementação deste Curso.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Este plano consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

O PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, que é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
  - Contribuir para a valorização do magistério;
  - Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
  - Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e de participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.
- Este programa é uma das principais armas que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, para as da microrregião.

O PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras: o programa tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica Ensino Fundamental e Ensino Médio no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Inglês e em LIBRAS, o corpo docente já conta, atualmente, com três doutorandos, sendo dois em Linguística e um em Literatura. A

previsão é que, em dois anos, dos doze professores que estão no quadro atualmente, tenhamos sete doutores em Linguística, Literatura e em Educação, o que possibilita, a médio prazo, a abertura do PROFLETRAS no *campus* Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e, conseqüentemente, tende a melhorar o ensino de língua no Estado.

Ademais, alguns Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores: um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação de um curso de Letras/Português e Literaturas, será mais viável desenvolver projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para Ensino Médio em preparação para o ENEM, cursos de formação de professores e realização de cursos de Produção e Escrita de Textos com vistas a atender a demanda dos cursos do C e T, dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/LIBRAS, Letras/INGLÊS) estão entre as prioridades.

## 2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

### 2.1. Dados da Instituição Proponente:

<b>Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas Literaturas</b>			
<b>Instituição Proponente:</b> Universidade Federal Rural do Semi-Árido			
<b>CNPJ:</b> 24529265000140			
<b>Endereço:</b> RN 233, Km 01, Sítio Esperança II, Zona Rural de Caraúbas/RN			
<b>Cidade:</b> Caraúbas	<b>UF:</b> RN	<b>CEP:</b> 59.780-000	<b>Telefone:</b> (84) 3337-2676

### 2.2. Dados do Responsável pela Instituição Proponente:

<b>Dirigente da Instituição:</b> Prof. Dr. José de Arimatea de Matos (REITOR)	
<b>RG:</b> 398.291 SSP/PB - 2ª via	<b>CPF:</b> 188.805.334-87
<b>Telefone:</b> (84) 3317-8225	<b>E-mail:</b> reitor@ufersa.edu.br / jamatos@ufersa.edu.br

### 2.3. Dados do Responsável pelo Projeto:

<b>Pró-Reitor de Graduação:</b> Prof. Dr. Augusto Carlos Pavão	
<b>RG:</b> 17.257.256 SSP/SP	<b>CPF:</b> 116.323.908-92
<b>Telefone:</b> (84) 3317-8234	<b>E-mail:</b> augusto.pavao@ufersa.edu.br / prograd@ufersa.edu.br

### 2.4. Identificação do Curso:

<b>Curso:</b> Letras
<b>Modalidade do Curso:</b> Licenciatura Plena
<b>Habilitação:</b> Português e Literaturas
<b>Título Acadêmico Conferido:</b> Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas
<b>Modalidade de Ensino:</b> Presencial
<b>Regime de Matrículas:</b> Crédito
<b>Carga Horária do Curso:</b> 2.990h
<b>Número de vagas anual:</b> 40 vagas
<b>Número de turmas:</b> 01 turma por semestre
<b>Turno de funcionamento:</b> Noturno
<b>Forma de ingresso:</b> SISU

### 3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO CURSO

---

---

#### 3.1. Concepção do Curso

Em face das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, a estrutura da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS procura resgatar a formação geral do acadêmico, atender ao Artigo 11 da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, e articula-se por eixos em torno dos quais se organizam dimensões a serem contempladas:

- I – eixo articulador dos diferentes âmbitos de conhecimento profissional;
- II – eixo articulador da interação e da comunicação, bem como do desenvolvimento da autonomia intelectual e profissional;
- III – eixo articulador entre disciplinaridade e interdisciplinaridade;
- IV – eixo articulador da formação comum com a formação específica;
- V – eixo articulador dos conhecimentos a serem ensinados e dos conhecimentos filosóficos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a ação educativa;
- VI – eixo articulador das dimensões teóricas e práticas.

O curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que tem como objeto de investigação a língua portuguesa, ampara-se numa concepção de linguagem sociointeracionista principalmente, que entende que a língua deve ser vista como uma atividade eminentemente social, histórica e interativa (BAKHTIN, [1929] 2009). A verdadeira substância da língua é constituída pela interação verbal, que se realiza através de enunciações variadas.

Esta perspectiva, que orienta a condução epistemológica de língua do curso, não invalida que sejam estudadas perspectivas outras, de maneira que o aluno entenda a construção teórica e histórica do conceito. É exatamente esta perspectiva, amparada numa abordagem russa do início do século XX, que constitui os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), documentos oficiais que regulam o ensino de língua no país.

Os procedimentos metodológicos adotados consideram as especificidades e a natureza de cada componente curricular, a realidade institucional em termos de recursos humanos e de estrutura física, não descuidando dos objetivos do curso e do perfil do professor que se tem a expectativa de formar.

Por ocasião da elaboração do currículo, buscou-se promover a interdisciplinaridade entre as áreas e subáreas que se interseccionam e se complementam. As atividades desenvolvidas ao longo do curso visam a uma interação constante, na medida em que privilegiam o diálogo entre os componentes curriculares da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, seja pela referência às teorias estudadas ou aos trabalhos práticos efetivados nos diversos componentes curriculares, caracterizando a busca pela flexibilização curricular.

A interdisciplinaridade é uma categoria que se define pela interrelação, pela busca da comunicação que supere a linearidade dos conteúdos disciplinares e a fragmentação do conhecimento em componentes curriculares (FAZENDA, 1993). O princípio da interdisciplinaridade na organização curricular do Curso de Letras busca construir uma visão dialética da realidade e dos contextos formais de educação, que são complexos e dinâmicos. Esta visão dialética e interdisciplinar organiza a aprendizagem, supera o isolamento dos componentes curriculares e reaproxima o cotidiano escolar do conhecimento produzido na universidade. A interdisciplinaridade no contexto das licenciaturas pode ser tomada em duas direções: na produção do conhecimento científico e nos processos de ensino.

Orientada para a produção do conhecimento científico serve para diminuir as distâncias que separam o conhecimento científico das outras formas de conhecimento (artístico, tecnológico, cultural, filosófico) e orientada para os processos de ensino contribui para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, ao entender a formação do professor não apenas como formação técnica e de conteúdos, mas enquanto formação humana e integral. Esta formação permite a observação crítica da realidade escolar e dos problemas da aprendizagem, possibilitando, por meio da abordagem interdisciplinar, entender o educando e a escola sob diferentes aspectos: sociais, econômicos, culturais e comunitários. Entender os aspectos que incidem sobre os processos de ensino e de aprendizagem é recuperar a finalidade da aprendizagem, que é tornar aquilo que se aprende significativo.

A interdisciplinaridade associada à gestão do ensino possibilita o diálogo e a partilha dos saberes, além de fazer da relação ensino-aprendizagem um momento de produção e de criação do conhecimento. O professor pesquisador, através da formação orientada pelo princípio interdisciplinar, consegue modificar velhas práticas e procedimentos inadequados em novas situações de aprendizagem (CALAZANS, 2002). Foram as categorias de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade encontradas na organização curricular da Educação Básica que exigiram repensar a formação de professores nas universidades, a que estava baseada no enfoque meramente disciplinar (BRASIL, CNE/CP Par. nº 9/2001, p.27).

A articulação dos componentes curriculares com a interdisciplinaridade no âmbito das licenciaturas passaram a ser realizadas através de eixos formadores que se comunicam entre si (BRASIL CNE/CP Par. nº 9/2001, p. 66). A partir deste parecer, a Resolução nº 1 CNE/CP de 18 de fevereiro de 2002 que “institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena” passou a tratar da interdisciplinaridade enquanto fundamento dos processos de ensino e de aprendizagem, permitindo a flexibilização das dimensões teóricas e práticas, dos conteúdos, da formação específica e da autonomia intelectual.

Resguardadas as limitações orçamentárias federais e institucionais para aquisição/atualização dos acervos bibliográficos das bibliotecas das instituições federais de ensino superior, as dificuldades financeiras dos estudantes (trabalhadores de curso noturno), a atualização bibliográfica acontece com o auxílio da biblioteca particular dos docentes. Acresce-se a possibilidade de acesso a bases de dados bibliográficos via *Internet* (Portal de Periódicos da CAPES, por exemplo), e na biblioteca (virtual) da UFERSA.

Tentou-se conciliar a carga horária mínima necessária para garantir a formação do profissional/educador, segundo o perfil delineado, e as exigências normativas determinadas pela Legislação Federal e Institucional, estabelecida na forma do Parecer CNE/CES nº 8/2007. A inclusão de componentes curriculares optativos objetiva complementar a formação do aluno e, em casos específicos, preencher eventuais lacunas decorrentes dos limites de carga horária impostos pela Legislação.

No que diz respeito às formas de acessibilidade e assistência aos discentes com necessidades especiais, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas baseia-se no Art. 2º, Inciso V, da Resolução CONSUNI/ UFERSA nº 005/2012, de 31 de outubro de 2012, que trata da criação da Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social.

### **3.2. Fundamentação Teórico-Methodológica**

A educação é um instrumento de transformação social, fundamento essencial para a construção de uma sociedade justa e igualitária (FREIRE, 1979; EMEDIATO, 1978). No Brasil, a educação é direito humano fundamental (tal qual o direito à vida, à liberdade e à igualdade) e tanto assim o é que, na Constituição Federal/1988 (Art. 205), é tida como instrumento que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa humana, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ademais, o Estado deve garantir o livre acesso e o direito de permanência de todos na escola. No entanto, no que diz respeito especificamente ao Ensino Superior, há uma grande dificuldade de obtenção de uma qualificação neste nível nas mais diversas áreas – tendo como justificativa, por exemplo, a distância dos grandes centros em relação às regiões mais periféricas, os custos que o estudo demanda e a constatação de que muitos jovens já se encontram empregados e não têm como conciliar suas atividades acadêmicas com as profissionais – além da evasão daqueles que, no Ensino Superior, já adentraram, registrados particularmente nos Cursos de Licenciatura no país e, em especial, na região Nordeste, evidentes em dados do INEP. Tudo isso demonstra que há alguns impeditivos para que novos profissionais de fato sejam habilitados.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA – *Campus* Caraúbas, em sua proposta a ser implantada a partir de 2015, orienta-se, basicamente, por diferentes princípios filosóficos, dada a especificidade da habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS e suas respectivas literaturas; tal posicionamento se pauta numa formação acadêmica que contemple ensino, pesquisa e extensão, e o desenvolvimento dos fazeres do professor de seu papel ético e político que o dimensiona como sujeito de sua história e de seu espaço social.

Desta forma, é que tal posicionamento põe em relevo as orientações dialéticas, no ensejo de abrir, o mais possível, perspectivas para um professor em constante renovação e com visão crítica, voltado para a formação de educador/pesquisador. Esta posição é desenvolvida a partir do foi estabelecido pelo PPI (2009-2013, p.17) da UFERSA, ou seja, “a formação do cidadão crítico, ético, criativo e politicamente comprometido com a sociedade, capaz de produzir, organizar e difundir o conhecimento”.

Seguindo os passos do Círculo de Mikhail Bakhtin até pressupostos teóricos sobre a linguagem, pelo viés da Análise do Discurso, da Pragmática (de orientações francesa, americana e britânica) e das Teorias da Enunciação, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se propõe a, sistematicamente, proporcionar ao licenciando uma articulação entre as diversas áreas de conhecimentos, capacitando-o a lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo com a linguagem verbal. Nesse âmbito, propomos a integração essencial entre teoria e prática, saberes necessários ao educador contemporâneo.

Tal perspectiva orienta-se, principalmente, por aquilo que Voloshinov (2006) chama de materialismo dialético, em seu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em oposição tanto a um objetivismo abstrato, quanto a um subjetivismo idealista. Esta perspectiva vê a língua não

como um produto acabado, e muito menos a literatura, que é a mais elaborada forma de uso da língua, mas como enunciação dialógica, em constante mudança, como produção e não como produto, manifestação dinâmica, pancrônica e discursiva, por meio da qual os sujeitos interagem, de acordo com as condições de produção inerentes ao meio.

Nessa articulação dialética estão inerentes, também, os princípios de interdisciplinaridade tal como definem os novos lugares estabelecidos pela leitura da Nova Pedagogia e tornado básicos e indispensáveis para a formação profissional desde quando da sua regulamentação, a partir da Lei de Diretrizes e Bases 9.692/71 e melhor aperfeiçoada na LDB 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Mesmo compreendendo a autonomia das universidades na criação de componentes curriculares e no estabelecimento do regime didático dos diferentes cursos (cf. a Lei 4.024/61 do CFE), este PPC toma ciência de que a organização e o funcionamento do Ensino Superior devem estar de alguma maneira articulados com o Ensino Básico (cf. a Lei 5.540/68 do CFE). “O ensino interdisciplinar nasce na proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim, uma ‘Nova Pedagogia’ cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica” (FAZENDA, 2011, p. 88).

Isto é, o currículo do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas se encontra articulado com o movimento de renovação atitudinal do professor. Não podemos esquecer, entretanto, que a língua, enquanto sistema sujeito a essas mudanças, é também código e é também estrutura, daí o porquê de o Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas orientar-se, ainda, por um viés que se presta a uma descrição daqueles fatos que, tanto nas línguas quanto nas literaturas, são praticamente imutáveis, ou cujas mudanças são tão lentas, que exigem descrição e análise, por um viés objetivista.

Diante dos problemas do ensino, pesquisa e do conhecimento científico, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas visa a uma formação em que esteja destituído o hiato entre formação profissional e formação acadêmica; tal como regulamentado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, quer permitir ao licenciando estar mais bem preparado para desenvolver suas atividades de educador. Esse interesse, registrado em itens como os objetivos deste documento, ou na construção do perfil do egresso, apresenta-se ainda enquanto uma das articulações possíveis que visam - além do bom funcionamento do curso, dentro dos padrões regulatórios nacionais - a reverter o quadro acima descrito de defasagem na formação do professor e na evasão do Ensino Superior, na extensão de atuação da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

Não é interesse para a formação do profissional do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas deter-se apenas à prática de sala de aula com aulas expositivas, discursivas, mas promover dentro da Matriz Curricular o fomento à construção da pesquisa e da extensão como elementos basilares para a colocação do licenciando no centro dos principais círculos de discussões acadêmicas em eventos nacionais e internacionais (congressos, colóquios, simpósios, publicações em periódicos, grupos de leitura, grupos de pesquisa) e com as realidades possíveis de seu campo de atuação (estágio, programas de iniciação a docência, cursos de extensão). Tal princípio metodológico integra a elaboração da autonomia intelectual e profissional do licenciando, compreendendo que a área de Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, como qualquer outra área do saber, deve priorizar os vários interesses emergentes dos estudantes.

Do ponto de vista da organização curricular, a interdisciplinaridade aqui se apresenta não como algo que visa a superar o valor individual de cada componente curricular, mas à criação de condições que dinamizem o processo de ensino-aprendizagem e a articulação entre os saberes específicos destes mesmos componentes curriculares. Postula-se, assim, que a metodologia mais propícia para este propósito seja aquela em que o licenciando está como ponto de partida e de chegada – novamente em sintonia com as propostas pelo PDI e PPI da UFERSA.

### **3.3. Fundamentação Legal**

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas tem como fundamentação legal os seguintes instrumentos normativos:

Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005;

Lei de Estágio nº 11.788, de 25 de setembro de 2008;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Parecer 492/01, de 3/4/2001 – Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras;

Parecer CNE/CP 28/2001, de 02/10/2001 – Duração e carga horária dos cursos de formação de professores;

Parecer CNE/CP 9/2001- Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002 – Diretrizes curriculares para formação de professores;

Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 – Duração e carga horária dos cursos de licenciatura;

Resolução CNE/CES 18/2002, de 13 de março de 2002 – Estabelece diretrizes curriculares para os cursos de Letras;

Resolução CNE/CP nº 1/2002 – Diretrizes Curriculares para Formação de Professores;

Resolução CNE/CES nº 8/2007, 04 de outubro de 2007 – Altera a Resolução CNE/CES nº 1/2002;

Parecer CNE/CES nº 83/2007; 29 de março de 2007 – Consulta sobre a estruturação do curso de Licenciatura em Letras;

Estatuto da UFERSA;

Regimento Geral da UFERSA;

PPI da UFERSA;

PDI da UFERSA.

## 4. ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

---

---

### 4.1. Coordenador do Curso

A organização acadêmico-administrativa é realizada pela Coordenação e pela Vice-Coordenação do Curso, pela Equipe Gestora e pela Direção da UFERSA – *Campus* Caraúbas. Com relação à atuação do Coordenador e do Vice-Coordenador, cabe a eles zelarem para que o Projeto Pedagógico do Curso seja executado da melhor maneira possível, buscando o bom andamento do curso.

Segundo o Estatuto da UFERSA (Art. 38), “A Coordenação de cada Curso de Graduação tem instância deliberativa nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador”. Também, é função irrevogável do Coordenador do Curso e, em sua ausência, de seu Vice-Coordenador (suplente) a participação no CONSEPE da UFERSA.

Cabe, portanto, ao Coordenador apresentar efetiva dedicação à administração e à condução do Curso. Sendo assim, a Coordenação do Curso deverá estar à disposição dos docentes e dos estudantes, sempre que necessário, para auxiliá-los nas questões didático-pedagógicas.

As atividades do Coordenador são desenvolvidas com o apoio de uma comissão permanente – o Conselho do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. No que se refere à formação do Coordenador do Curso, este deve ser Graduado no Curso de Letras, com titulação mínima de Mestre em Letras, Linguística ou Estudos Linguísticos.

### 4.2. Conselho do Curso

Este Conselho tem como objetivo geral viabilizar a Gestão Acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, que é constituído, segundo a Resolução Consepe/UFERSA nº 008/2010, de 21 de outubro de 2010, pela Coordenação e Vice-Coordenação do Curso em questão, representantes docentes, na proporção mínima de um docente por eixo/área de formação por representante do corpo docente, todos com direito a voz e voto. Cabe-lhe, ainda, a tarefa de delegar os membros que comporão o NDE do Curso.

Dentre outras, é competência deste Conselho:

- I – estabelecer o perfil profissional e a proposta pedagógica do curso;
- II – elaborar, analisar e avaliar o currículo do curso e suas alterações;
- III – analisar e avaliar os planos de ensino das disciplinas do curso, propondo alterações quando necessárias;
- IV – promover a interdisciplinaridade, a integração horizontal e vertical dos cursos, visando a garantir sua qualidade didático-pedagógica;
- V – fixar normas quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido pelos conselhos superiores;
- VI – elaborar proposta do calendário acadêmico anual do curso, encaminhando para a Unidade Acadêmica, que unificará as informações;
- VII – propor e/ou avaliar as atividades complementares necessárias para o bom funcionamento do curso;
- VIII – emitir parecer sobre processos de revalidação de diplomas de Cursos de Graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior;
- IX – deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Conselho de Curso.

Das decisões do Conselho do Curso cabe recurso ao Colegiado da UFERSA – *Campus* Caraúbas, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da ciência, pelo interessado, da decisão da qual se recorre.

O Conselho de Curso é um órgão deliberativo, em suas funções didático-pedagógicas, e consultivo, em suas funções de gestão. As Reuniões Ordinárias realizadas duas vezes por semestre letivo, seguindo o Art. 5º da Resolução 008/2010, havendo a possibilidade de Reuniões Extraordinárias, sempre que necessário. Deve haver registro em Ata de Reunião formulada pela Secretaria das Graduações.

Portanto, o objetivo maior deste Conselho é o de qualificar as informações colhidas nas rotinas pedagógicas, de modo a possibilitar o reencaminhamento do processo educativo. Cabe a este Conselho o acompanhamento mais próximo das atividades desenvolvidas, bem como a frequência, desempenho, postura do acadêmico e outros assuntos definidos pelos próprios professores.

### 4.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é responsável pela concepção, atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso e condução dos trabalhos de implantação da Proposta Curricular. Seguindo a Resolução Consepe/ UFERSA nº 009/2010, de 21 de outubro de 2010, o NDE contribui para a consolidação do perfil profissional do egresso, zela pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais e exerce as demais atribuições que lhe são explícita e implicitamente conferidas pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como legislação e regulamentos a que se subordine.

O NDE do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas será composto por seis (6) membros: o Coordenador do NDE, o Coordenador do Curso em questão e mais quatro (4) outros professores do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas. As Reuniões Ordinárias do NDE devem ser mensais. Quando necessário, Reuniões Extraordinárias são convocadas pelo Coordenador do NDE. O registro em Ata de Reunião é necessário e será formulado pela Secretaria de Graduações.

O NDE trabalhará com metas relacionadas à qualificação do PPC de Letras/Português e suas respectivas literaturas, no seu trabalho de análise, acompanhamento e supervisão, em articulação com a Coordenação do Curso e com o Conselho do Curso, de acordo com as normas que regem suas atribuições.

As metas, com vistas à avaliação e consolidação do PPC e da Matriz Curricular são estabelecidas e elaboradas com base em dados extraídos dos processos de auto-avaliação do Curso (questionários semestrais – Avaliação Interna), das Reuniões de Conselho de Curso e de conversas informais com docentes e estudantes do Curso. A tarefa de elaboração e/ou revisão de metas é realizada semestralmente, durante a Semana de Planejamento Acadêmico e durante o primeiro mês de cada semestre letivo, passando-se, então, à sua execução.

O NDE ainda conta, para coleta de dados, com a análise dos Planos de Ensino, das Atividades Externas das Disciplinas, das Visitas Técnicas e da Avaliação Interdisciplinar (as três últimas implantadas a partir da oficialização do NDE deste Curso), bem como dos resultados da avaliação do processo de ensino-aprendizagem. Essas metas se objetivam em um Plano de Melhorias para o Curso.

## 5. OBJETIVOS

---

---

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas busca formar professores competentes, em termos de (in)formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do egresso de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos.

Assim, não se pretende formar um professor de Língua Portuguesa e de suas Literaturas dissociado da Pesquisa, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A busca pela promoção de ações didáticas, articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura, procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas.

Sublinhe-se que, mesmo para o licenciado que não se dedicar ao ensino, ao atuar profissionalmente em atividades como revisão de textos, consultorias e assessorias em projetos de natureza pedagógica e assim por diante, sua prática vai lhe exigir conhecimentos de natureza teórica e pedagógica. Para atender a essa concepção integrada, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas propõe-se a:

- (i) oferecer uma formação sólida nas áreas de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;
- (ii) criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas da UFERSA - *Campus* Caraúbas tem como **objetivo geral** formar professores da área da Língua Portuguesa e de suas Literaturas competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador, envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante.

Como **objetivos específicos**, o referido curso, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o licenciado poderá exercer em sua profissão, pretende desenvolver no aluno:

- a capacidade de compreender os aspectos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral de uma língua, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo das linguagens, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;
- a capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros textuais, como motivadores do estudo da língua;
- a capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;
- a capacidade de serem mediadores entre o conhecimento e seus futuros estudantes considerando-se agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;
- o domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);
- a capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma estética: a Literatura;
- o domínio dos conhecimentos histórico e teórico necessários para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;
- o domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística e da Semiótica, por meio das quais se possa discutir a fundamentação desses conhecimentos;
- a capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;
- a capacidade de formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;
- o domínio de múltiplos interesses culturais, nas perspectivas da interdisciplinaridade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

Além desses, o Curso de Letras, com habilitação em PORTUGUÊS E LITERATURAS, tem os seguintes objetivos:

- formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino da Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional;

- construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros;
- integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural;
- valorizar a produção do conhecimento construído, através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética;
- desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens;
- estimular a produção científica dos estudantes;
- capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas.

## 6. PERFIL DO EGRESSO

---

---

O profissional graduado em Letras/ Português e Literaturas deve adquirir e se apropriar, durante todo o seu processo de formação acadêmica, de competências que o tornem apto a utilizar a língua portuguesa nos contextos que envolvam as modalidades oral e escrita da língua, e em suas mais diversas manifestações literárias. Além disso, este profissional precisa saber realizar reflexões aprimoradas acerca do ensino de língua e de literatura brasileira e portuguesa, e sobre a linguagem, tanto no nível funcional como no nível estrutural da língua. Para que essa reflexão seja profícua, esse aluno precisa considerar também as variedades sociais, históricas e culturais das línguas.

Considerando-se que: (i) o licenciado em Letras, conforme o Parecer CNE/CES 492/2001, deve ser interculturalmente competente, capaz de lidar de forma crítica com as linguagens, sobretudo a verbal, em suas modalidades oral e escrita, consciente da multiplicidade de variedades e registros; (ii) esse profissional deve ter o domínio das competências comunicativas da língua objeto de ensino, bem como da literatura dessa língua, tanto nos aspectos estruturais/formais, quanto nos aspectos contedísticos/ideológicos/culturais; (iii) esse educador deve ter capacidade crítica de refletir teoricamente sobre as linguagens, articulando-as ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão, além de sua relação com outras áreas de conhecimento; (iv) esse educador deve estar historicamente engajado em seu tempo, tendo habilidades com o uso de novas tecnologias, o egresso da área de Letras/Português e suas respectivas literaturas, em face da formação humanística recebida no curso, estará capacitado a exercer atividades junto à comunidade externa e interna à Universidade. Desta feita, tem-se em vista cumprir a missão social do Curso de Letras, que é a de colocar no mercado de trabalho educadores conscientes da importância de sua atuação como cidadãos éticos, críticos e formadores de leitores. Também se faz importante a formação de estudantes críticos e capazes de ler/interpretar para produzir com clareza e objetividade seus próprios textos, já que ler e escrever são faces da mesma moeda.

Nessa linha de raciocínio, pretende-se que o licenciado pleno da área de Letras/PORTUGÊS e respectivas literaturas contemple:

- a) capacidade de vivenciar experiências novas como professor/pesquisador;
- b) competência intelectual: domínio de repertórios linguísticos e metalinguísticos capazes de torná-lo apto a desenvolver suas funções, entre as quais ensino, pesquisa, revisão de textos, dentre outros;

- c) capacidade de analisar e interpretar textos dos mais variados gêneros, nas diversas modalidades de variedade linguística e registro, com ênfase na norma culta;
- d) capacidade de construir o conhecimento da linguagem, tanto do ponto de vista da estrutura (organização do texto, do parágrafo, da frase, da palavra), quanto de suas manifestações discursivas;
- e) habilidade de favorecer a abordagem crítico-reflexiva da linguagem literária, bem como das obras e autores mais representativos de língua portuguesa e de diferentes contextos sociohistóricos e culturais, enfatizando a produção literária local.
- f) capacidade de construir conhecimento através de diversos letramentos, principalmente o digital, que será discutido em toda a sua graduação, com ênfase na disciplina de Linguagem e Tecnologia, cuja ênfase será no uso de hipertextos.

Por considerar todos estes aspectos, a Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas Literaturas, na UFERSA, tem como propósito a formação de profissionais habilitados a atuarem na docência em Língua Portuguesa e nas Literaturas Brasileira e Portuguesa, além de estarem aptos também a prosseguir nos estudos especializados em Literatura, Linguística e Linguística Aplicada. De tal forma, ele será um profissional preparado tanto para a docência nos Ensinos Fundamental Médio, e se prosseguir com especialização, mestrado e doutorado, ele poderá atuar na carreira docente universitária. O aluno formado no Curso de Letras dessa instituição poderá, além disso, se inserir profissionalmente em vários campos vinculados ao conhecimento e à prática de modalidades textuais, como a crítica literária, a tradução, a edição e revisão de textos, a assessoria ou consultoria em todas estas áreas de atuação.

### **6.1. Competências, Atitudes e Habilidades do Licenciado Pleno em Letras/Português e suas respectivas literaturas**

Com base no perfil do licenciando em Letras/Português e suas respectivas literaturas delineado anteriormente, o licenciado que desejamos formar deverá estar capacitado a:

- a) ler, escrever, compreender e interpretar textos na Língua Portuguesa, que é objeto do estudo deste Curso, tendo, portanto, o desempenho integrado das competências comunicativas desta língua;
- b) estabelecer um diálogo voltado para a postura crítico-reflexiva do professor, perante a sociedade, aliada aos saberes docentes, com ênfase na Prática de Ensino da Língua Portuguesa e das suas respectivas Literaturas;

c) Atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas e ser capaz de despertar em seus estudantes a criticidade e o desejo por conhecer novas culturas.

## 6.2. Campo de Atuação do Licenciado Pleno

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular da Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores dos Ensinos Fundamental e Médio (CNE/CP 02/2002); a segunda, a de atender às estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA.

O licenciado em Letras/Português e suas respectivas literaturas terá como campo de atuação profissional:

- magistério regular dos Ensinos Fundamental (terceiro e quarto ciclos) e Médio;
- Ensino Instrumental da Língua Portuguesa;
- magistério regular do Ensino Superior, desde que associado à formação em Curso de Pós-Graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

Sendo assim, o licenciado estará habilitado a atuar como professor de Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas, em diversos níveis, a saber:

- **na educação básica**, promovida nos âmbitos público e privado e cuja oferta encontra-se em franca expansão no país, que requer a formação de professores comprometidos com os avanços educacionais e com a necessária melhoria dos padrões de qualidade da educação e das condições de oferta do ensino;
- **na educação superior**, desde que faça pós-graduação promovida por instituições de ensino da rede pública e/ou privada, igualmente em franca expansão no país, que requer a formação de um licenciado em Letras dedicado à educação em geral e que possa constituir a base necessária para a formação dos futuros docentes da educação superior, estabelecendo a ponte necessária entre o ensino de graduação e de pós-graduação.

## 7. MATRIZ CURRICULAR DO CURSO

A integralização curricular será cumprida no tempo regular de cinco anos e no máximo oito. A carga horária total do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas corresponde a 2.990 (duas mil novecentos e noventa) horas.

A proposta curricular, aqui apresentada, é motivada por duas razões: a primeira é a necessidade de se construir uma estrutura curricular de Letras/Português e suas respectivas literaturas, alinhada às regulamentações do Conselho Nacional de Educação para a formação de professores do Ensino Fundamental e Médio (CNE/CES 83/2007); a segunda, a de atender as estipulações previstas no PDI e PPI da UFERSA – *Campus* Caraúbas.

A organização curricular representa uma seleção de conteúdos organizados, de modo a atingir certas finalidades para, dessa forma, contemplar a aquisição de habilidades determinadas. Destinadas a promover o aprofundamento da reflexão acerca da Metodologia de Ensino e da Didática próprias dos conteúdos a serem ensinados pelo futuro professor de Português e Literaturas, busca-se, nas disciplinas de estágio supervisionado, promover: (i) práticas pedagógicas capazes preparar os estudantes para o exercício da docência no Ensino Fundamental e no Ensino Médio; (ii) a análise de materiais didáticos existentes no mercado e de suas aplicações; e (iii) a elaboração de materiais didáticos e paradidáticos que visam a subsidiar as atividades de estágio supervisionadas, bem como as atividades desenvolvidas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão do Curso (NUPEX).

### 7.1. Distribuição das Atividades/Carga Horária

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA
Eixo de Formação Básica	570h
Eixo de Formação Específica	1560h
Eixo de Formação Pedagógica	420h
Eletivas	240h
Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais	200h
<b>TOTAL</b>	<b>2.990h</b>

EIXO DE FORMAÇÃO BÁSICA	CARGA HORÁRIA
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h

Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h
Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e à Literatura	60h
<b>TOTAL</b>	<b>570h</b>

<b>EIXO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Inglês Instrumental	60h
Produção monográfica	60h
Trabalho Conclusão de Curso (TCC)	60h
Metodologia Científica	30h
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60h
Fonética e Fonologia	60h
Oralidade, letramentos e ensino	60h
Morfologia do Português	60h
Formação Histórica da Língua Portuguesa	60h
Linguística Textual	60h
Sociolinguística	60h
Semântica e Pragmática	60h
Sintaxe do Português	60h
Linguagem e Tecnologia	60h
Análise do Discurso	60h
Análise do Texto Literário	60h
Literatura Portuguesa I	60h
Literatura Brasileira I	60h

Literatura Portuguesa II	60h
Literatura Brasileira II	60h
Literatura Portuguesa III	60h
Literatura Brasileira III	60h
Língua Latina I	60h
Língua Latina II	60h
Literatura Latina	60h
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa	60h
Psicolinguística	30h
<b>TOTAL</b>	<b>1560h</b>

<b>EIXO DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	60h
Metodologia do Ensino de Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60h
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60h
Estágio Supervisionado em Literatura	60h
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	60h
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Médio	60h
<b>TOTAL</b>	<b>420h</b>

<b>COMPONENTES ELETIVOS</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Práticas Interdisciplinares na Educação	-----	60h
Concepções e Práticas na Educação de Jovens e Adultos	-----	60h
Introdução da Educação Brasileira	-----	60h
Educação e Cidadania	-----	60h
Educação para a Diversidade	-----	60h

Tecnologias e Educação	-----	60h
História da Educação Básica Brasileira	-----	60h
Educação Especial e Inclusão	-----	60h
Educação Popular: perspectivas paulofreireanas	-----	60h
Poesia Brasileira Contemporânea	-----	60h
Prosa Brasileira Contemporânea	-----	60h
Lírica e Modernidade	-----	60h
Literatura Comparada	-----	60h
Métodos de Crítica Literária	-----	60h
Introdução à Narratologia	-----	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa I	-	60h
Literaturas africanas em Língua Portuguesa II	-----	60h
Literatura Popular	-----	60h
Literatura Potiguar	-----	60h
Tópicos de Literatura Portuguesa	-----	60h
Literatura infanto-juvenil	-----	60h
Estilística	-----	60h
Teoria e Prática de Leitura	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada I	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística Aplicada II	-----	60h
Semiótica	-----	60h
Multimodalidade	-----	60h
Tópicos Especiais em Linguística	-----	60h
Tópicos em Gramática Normativa	-----	60h
Tópicos em Revisão Textual	-----	60h

Gêneros Discursivos	-----	60h
<b>MÍNIMO A CURSAR*</b>		<b>240h*</b>

\* No decorrer do curso serão cursados, obrigatoriamente, quatro componentes eletivos, totalizando 240 horas.

## 7.2. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas

### 1º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	CH TOTAL	CH SEMANAL
Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Teoria da Literatura I	60	04
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30	02
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	04
Inglês Instrumental	60	04
Metodologia Científica	30	02
<b>TOTAL</b>	<b>300h</b>	<b>20h</b>

### 2º SEMESTRE

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITO	CH TOTAL	CH SEMANAL
Linguística	Introdução aos Estudos Linguísticos	60	04
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação		60	04
Teoria da Literatura II	Teoria da Literatura I	60	04
Leitura e Produção de Textos Acadêmicos		60	04

Língua Latina I		60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**3º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Literatura Portuguesa I	Teoria da Literatura II	60	04
Literatura Brasileira I	Teoria da Literatura II	60	04
Língua Latina II		60	04
Fonética e Fonologia	Linguística	60	04
Análise do Texto Literário		60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**4º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Didática		60	04
Psicologia da Educação		60	04
Literatura Brasileira II	Literatura Brasileira I	60	04
Literatura Portuguesa II	Literatura Portuguesa I	60	04
Morfologia do Português	Fonética e Fonologia	60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**5º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Literatura Brasileira III	Literatura Brasileira II	60	04
Literatura Portuguesa III	Literatura Portuguesa II	60	04

Formação Histórica da Língua Portuguesa	Língua Latina II	60	04
Linguística Textual		60	04
Oralidade, Letramento(s) e ensino	Didática	60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**6º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa		60	04
Metodologia do Ensino de Literatura		60	04
Literatura Latina		60	04
Semântica e Pragmática		60	04
Introdução às literaturas africanas de língua portuguesa		60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**7º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Linguagem e Tecnologia		60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	Metodologia do Ensino de Literatura	60	04
Estágio Supervisionado de Observação em Língua	Metodologia do Ensino de Língua	60	04
Análise do Discurso		60	04
Sintaxe do Português		60	04
<b>TOTAL</b>		<b>300h</b>	<b>20h</b>

**8º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Pesquisa em Língua e Literatura	- Metodologia Científica - Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	60	04
Estágio Supervisionado em Literatura	Estágio Supervisionado de Observação em Literatura	60	04
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	Estágio Supervisionado de Observação em Língua	60	04
Sociolinguística	-----	60	04
Psicolinguística	-----	30	02
<b>TOTAL</b>		<b>270h</b>	<b>18h</b>

**9º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Médio	Estágio Supervisionado em Língua – Ensino Fundamental	60	04
Eletiva I		60	04
Eletiva II		60	04
Produção monográfica	Pesquisa em Língua e Literatura	60	04
<b>TOTAL</b>		<b>240h</b>	<b>20h</b>

**10º SEMESTRE**

<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>PRÉ-REQUISITO</b>	<b>CH TOTAL</b>	<b>CH SEMANAL</b>
TCC	Produção monográfica	60	04

Eletiva III	-----	60	04
Eletiva IV		60	04
<b>TOTAL</b>		<b>180h</b>	<b>12h</b>

**Carga Horária Distribuída**

Estágio Curricular Supervisionado – 300h

Componentes Eletivos – 240h

Conteúdos Curriculares de Natureza Científico-Cultural – 2.250h

Atividades Complementares – 200h

**Carga Horária Total do Curso – 2.990h**

## 8. EMENTÁRIO DE COMPONENTES CURRICULARES

- **COMPONENTES BÁSICOS:**

**INTRODUÇÃO À LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Relação LIBRAS/Português; Sistema de transcrição para LIBRAS. Ética nas questões de interpretação; o trabalho com a língua sinalizada; o trabalho com a escrita de sinais; leitura e escrita de sinais. Atividade prática: Prática da LIBRAS: alfabeto, números, semanas, calendário, cores, vocábulos iniciais, sinais de nome.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FELIPE, T. A. **A Estrutura Frasal na LSCB.** In: Anais do IV Encontro Nacional da ANPOLL, Recife, 1989.

FERREIRA BRITO, Lucinda. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: ArtMed, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARROTEIA, J. **O Papel da Marcação Não-Manual nas Sentenças Negativas em Língua de Sinais Brasileira (LSB).** Dissertação de Mestrado. UNICAMP. Campinas, 2005.

BAHAN, B. (1996) **Non-manual realization of agreement in American Sign Language.** Ph.D. Dissertation, Boston University, Boston, MA.

**ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h**

**EMENTA:** Estudo do Sistema Educacional Brasileiro e suas dimensões estadual e municipal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Política, organização e funcionamento da Educação Básica, numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da Educação Básica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. 1996.

LIBÂNEO, José Carlos *et al.* **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DOURADO, Luiz F.; PARO, Vitor H. (Org.). **Políticas Públicas & Educação Básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

KUENZER, Acácia; CALAZANS, M. Julieta; GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARTINS, Ângela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvania Simões (Org.). **Descentralização do Estado e Municipalização do Ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas**. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao Plano Nacional de Educação: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

**FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Conceitos e teorias sobre a realidade sociohistórica como orientadora da reflexão crítica. Evolução das correntes filosóficas e sua repercussão na Educação. Exame das principais tendências filosóficas contemporâneas da Educação do Brasil.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática da pedagogia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: E.P.U., 1983.

GODOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

SAVIANE, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez, 2000.

**DIDÁTICA** – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** O Papel da Educação, Pedagogia e Didática no processo educativo. A Didática, seu contexto histórico e a formação do Professor. As Tendências Pedagógicas, seus pressupostos, concepções e práticas. O Planejamento Educacional e sua ressignificação na prática docente. Pesquisas e Práticas de Ensino.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CANDAUI, Vera. **Didática** – questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2009.

LIBANEO, José Carlos. **Didática e Escola em uma Sociedade Complexa**. CEPED.

UFG. Goiás, 2011.

LOPES, Osima Antônia *et al.* **Repensando a Didática**. 5 ed, SP: Papirus, 1991.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CUNHA, Isabel da. **O Bom Professor e sua Prática**. Campinas, SP: Papirus, 6 ed., 1996.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Docente e Profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 77) São Paulo, SP: Cortez, 1994.

LIBANEO, José Carlos. **Adeus professor, Adeus professor?** Novas exigências educacionais e profissões docentes. Coleção: Questões de Nossa Época, v. 67. São Paulo: Cortez, 5 ed., 2001.

LUCKESI, Cirpiano L. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos (Org.). **Técnicas de Ensino: por que não?** Campinas, SP: Papirus, 2 ed., 1993.

#### **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** A contribuição da Psicologia para a Educação e para o processo de ensino e aprendizagem. Estudo das principais concepções teóricas da aprendizagem e interconexões no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural. As Abordagens Piagetiana e Vygotskyana.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COOL, César *et all.* **O Construtivismo na Sala de Aula**. São Paulo: Ática, 1996.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: teoria construtivista sociohistórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Modern , 2005.

PALACIOS, Jesús; MARCHESI, Álvaro. (Org.). **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. V. 2. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DAVIS, Claudia. **Psicologia da Educação**. São Paulo: Vozes, 1994.

FONTANA, Roseli e Cruz, Nazaré. **Psicologia e Trabalho Pedagógico**. São Paulo: Atual, 1997.

FRANCISCO FILHO, Geraldo. **A Psicologia no Contexto Educacional**. Campinas: Átomo, 2002.

PLACCO, V. M. S de S. (Org). **Aprendizagem do Adulto Professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

VIGOSTKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

#### **INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Histórico dos estudos linguísticos que precederam a Linguística. Caracterização do objeto de estudo da Linguística. Evolução dos estudos linguísticos. Fundamentos do Formalismo: perspectiva estrutural e gerativa.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PETTER, M. Linguagem, língua, linguística. In: FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística: objetos teóricos**. São Paulo: Contexto, 2003.  
 SAUSSURE, Ferdinand de. (1916). **Curso de Linguística Geral**. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1995.  
 WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BIDERMAN, Teresa. **Teorias Linguísticas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.  
 BORBA, F. S. **Introdução aos Estudos Linguísticos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.  
 CARVALHO, Castelar de. **Para Compreender Saussure**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.  
 FARACO, C. Estudos pré-saussureanos. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.  
 MARTIN, Robert. **Para Entender a Linguística**. São Paulo: Parábola, 2003.  
 MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. O estudo da gramática. In: \_\_\_\_\_. **Novo manual de sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2005.

#### **LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudos das correntes linguísticas funcionalistas: Linguística Aplicada, Linguística Funcional, Linguística da Enunciação, Análise do Discurso e Linguística Textual. Contribuições dessas perspectivas teóricas para o ensino.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto: 2012.  
 MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (Orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. v. 3. São Paulo: Cortez, 2004.  
 ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 3. ed. Campinas: Pontes, 2001.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA VAL, M. G. **Redação e Textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.  
 CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.  
 KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas e União da Vitória, PR: Kayganguê, 2005.  
 KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.  
 MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-Chave da Análise do Discurso**. Tradução Márcio Venício Barbosa. Belo Horizonte: EDUFMG, 1998.  
 NEVES, Maria H. de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

**TEORIA DA LITERATURA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Concepções de literatura. Os gêneros literários. Natureza do fenômeno literário. Historiografia e teoria literárias. O cânone na literatura. Introdução ao procedimentos de análise e interpretação do texto literário. O texto poético.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CULLER, J. **Introdução à Teoria Literária**. São Paulo: Beca Edições, 1999.  
 EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.  
 REIS, Carlos. **O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários**. Coimbra: Almedina, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Cultrix, 1990.  
 BAKTHIN, Mikhail. **Questões de literatura e estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.  
 BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.  
 CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 2000.  
 COSTA LIMA, Luis (Org.) **Teoria da literatura e suas fontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 2 volumes.

**TEORIA DA LITERATURA II – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Teoria da narrativa. O romance. As narrativas curtas. Metodologias, abordagens críticas e os princípios essenciais da análise interna do romance e das narrativas curtas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GOTLIB, Nadia Battella. **Teoria do conto**. São Paulo: Ática, 1991.  
 REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.  
 WATT, Ian. **A ascensão do romance**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARTHES, Roland *et ali*. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.  
 GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.  
 LUKÁCS, György. **A teoria do romance**. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2009.  
 MOISÉS, Massaud. **A análise literária**. São Paulo: Cultrix, 1984.  
 WOOD, James. **Como funciona a ficção**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

**PESQUISA APLICADA À LÍNGUA E À LITERATURA** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Concepções relacionadas à pesquisa científica. Elaboração de um projeto de pesquisa, observando a sua organização retórica. Procedimentos básicos para a sistematização da pesquisa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.  
 RUDIO, F.V. **Introdução ao Projeto de Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 1978.  
 SEVERINO, A Y. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CAVALCANTI, M.; MOITA LOPES, L. P. **Implementação da Pesquisa em Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro**. Trabalhos em Lingüística Aplicada. Campinas, n.17, pp. 143-144, jan./jun. 1991.  
 CARVALHO, M. (Org.) **Construindo o Saber**. 2 ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.  
 ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. São Paulo: Perspectiva, 1983.  
 FAZENDA, I. (Org.) **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. Campinas, SP: Papirus, 1995.  
 MACHADO, Anna R. (Coord.) **Planejar Gêneros Acadêmicos**. São Paulo: Parábola, 2005.

• **COMPONENTES ESPECÍFICOS:**

**INGLÊS INSTRUMENTAL** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Introdução à leitura de textos em inglês. Estratégias de leitura. Vocabulário e estruturas básicas abordadas de forma funcional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

**Cambridge English Mini Dictionary**. Cambridge University Press. 2010.  
 DIAS, R. **Reading Critically in English**. 3 ed. Belo Horizonte: EUFGM, 2002.  
 GADELHA, I. M. B. **Inglês Instrumental: leitura, conscientização e prática**. Teresina: EDUFPI, 2000.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GLENDINNING, Eric H.; POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Student's Book**. Oxford: OUP, 2009.  
 MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: estratégias de leitura: módulo I**. São Paulo: Texto Novo, 2001.  
**OXFORD ESCOLAR** para Estudantes Brasileiros de Inglês.  
 POHL, Alison. **Oxford English for Careers: Technology 1. Teacher's Resource Book**.

Oxford: OUP, 2009.

YORKEY, R. **Técnicas de Leitura em Inglês: ESP – English for Specific Purpose.** Estágio II. São Paulo: Texto Novo, 2002.

**PRODUÇÃO MONOGRÁFICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Análise e crítica de monografias que abrangem temas de Literatura, Linguística e temáticas culturais. Orientação bibliográfica e de produção científica do referencial teórico e metodológico da monografia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e resenhas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Orientação bibliográfica e de produção científica da introdução, considerações finais e seção analítica da monografia, além da parte revisional do trabalho acadêmico.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ANDRADE, Maria M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 4. ed. Atlas, 1989.

COSTA, Ana Rita Firmino. **Orientações Metodológicas para a Produção de Trabalhos Acadêmicos**. 4. ed. Maceió: UFAL, 2002.

CRUZ, Anamaria da Costa, MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos Acadêmicos, Dissertações e Teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)**. 2. ed. Niterói: Intertexto, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DEMO, Pedro. **Educação e Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: a prática de fichamentos, resumos e**

resenhas. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEVERINO, A J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

**METODOLOGIA CIENTÍFICA** – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

**EMENTA:** Conceitos básicos sobre ciência, método e pesquisa científica. Discurso acadêmico e tipos de metodologias de pesquisa em língua e literatura.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. **Metodologia Científica**. Ed. Atlas, 2007. BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Apresentação de relatórios técnico-científicos, NBR 10719. Rio de Janeiro, 1989.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: informação e documentação: referência: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

**LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS ACADÊMICOS** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Compreensão e produção de textos acadêmicos na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros. Elaboração de resenha, resumo e artigo científico.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo:

Parábola Editorial, 2010.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAZERMAN, Charles. Escrevendo bem, científica e retoricamente: consequências práticas para escritores da ciência e seus professores. In: \_\_\_\_\_. Organização: HOFFNAGEL, Judith Chambliss & DIONÍSIO, Ângela Paiva. **Gênero, agência e escrita**. São Paulo: Cortez, 2006. pp. 59-77.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas. Rio de Janeiro, 2000.

FONTANA, N. M.; PAVIANI, N. M. S.; PRESSANTO, I. M. P. **Práticas de linguagem**: gêneros discursivos e interação. Caxias do Sul, R.S: Educ, 2009.

MACHADO, Anna Rachel; LOUSADA, Eliane & ABREU-TARDELLI, Lílian Santos (Org.) Planejar gêneros acadêmicos. São Paulo: Parábola, 2005.

MARCUSCHI, L. M. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MACHADO, A. R. (Org.). **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004

\_\_\_\_\_. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004.

#### **FONÉTICA E FONOLOGIA** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Caracterização do objeto de estudo da Fonética e da Fonoologia. Estudo dos mecanismos envolvidos na produção da fala. Classificação articulatória dos sons da fala. Estudo da organização do sistema fonológico do Português Brasileiro. A transcrição fonética e a transcrição fonológica. Processos fonológicos.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CALLOU, Dinah e LEITE, Yone. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

MAIA, Eleonora M.. **No reino da fala**: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 1999.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**. São Paulo: Contexto, 1999.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BISOL, Leda (Org.) **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: Introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. São Paulo: Mercado de Letras, 2002.

CÂMARA JR., J. Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

\_\_\_\_\_. **Estrutura da língua portuguesa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1979.

MASSINI-CAGLIARI, G. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (orgs.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v.1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 105-146.

SILVA, A. H. P. **Língua Portuguesa I: fonética e fonologia**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

SOUZA, P. C.; SANTOS, R. S. Fonética. In: FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à linguística: princípios de análise**, v.2. São Paulo: Contexto, 2003. p.9-31.

**ORALIDADE, LETRAMENTOS E ENSINO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Oralidade e letramento e seus valores para a escola e para sociedade; a escrita como tecnologia e como sistema simbólico; o letramento numa perspectiva sociohistórica; letramento e ensino.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z. G. O. **Oralidade e Escrita: perspectivas para o ensino de língua materna**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, L. A.; DIONÍSIO, A. P. (Org.). **Fala e Escrita**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. (orgs.). **Multiletramentos na Escola**. São. Paulo: Parábola Editorial, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

KARWOSKI, Acir M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim S. (Org.). **Gêneros Textuais: reflexões e ensino**. Palmas; União da Vitória: Kaygangue, 2005.

ROJO, Roxane (Org). **A Prática de Linguagem em Sala de Aula: praticando os PCNs**. São Paulo: Mercado das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. **Letramentos Múltiplos, Escola e Inclusão Social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SOARES, M. **Letramento e Alfabetização: as muitas facetas**. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, jan./abr. 2004, p. 5-17.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros Oraís e Escritos na Escola**. Tradução e Organização: ROJO, R. H.R.; CORDEIRO, G. S. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2004.

**MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Modelos de análise morfológica. Morfema, alomorfe, palavra. Identificação e classificação de morfemas e alomorfes. Processos morfofonológicos. Formação e classe de palavras em diversas línguas. Articulação morfosintática.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- KEHDI, V. **Morfemas do português**. São Paulo: Ática, 2001.
- ROCHA, Luís Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- ROSA, M. C. **Introdução à Morfologia**. São Paulo: Contexto, 2006.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- BASÍLIO, M. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2001
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1998.
- KEHDI, V. **Formação de palavras do português**. São Paulo: Ática, 2002.
- MACAMBIRA, José Rebouças. **Estrutura morfossintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1987.
- MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia do português**. Campinas: Pontes, 2003.
- PETTER, M. M. T. Morfologia. In: FIORIN, J. L. (Org.). **Introdução à Linguística: princípios de análise**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 59-79.

**FORMAÇÃO HISTÓRICA DA LÍNGUA PORTUGUESA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudo da origem, da expansão e dos processos de mudança da Língua Portuguesa sob o ponto de vista diacrônico, bem como estudo dos aspectos relativos à expansão os processos de mudança fonológica, morfológica e lexical. História interna e externa da língua.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- COUTINHO, I. L. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 1996.
- SILVA NETO, S. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Tradução Celso Cunha. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

- CÂMARA JR.J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.
- CASTILHO, A. **Como, quando e onde nasce a língua portuguesa**. 2009. Disponível em: [http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto\\_9.pdf](http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/files/mlp/texto_9.pdf).
- HAUY, A. B. **História da língua portuguesa: séculos XII, XIII e XIV**. São Paulo: Ática, 1989.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MATTOS E SILVA, R. V. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto: 1990.

VASCONCELLOS, José Leite de. **Lições de filologia portuguesa**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1959.

**LINGUÍSTICA DE TEXTO** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Estudo dos processos e estratégias de textualização na construção do sentido do texto/discurso. Reconhecimento dos pressupostos da Linguística Textual. Ênfase nos conceitos de *coerência, coesão, referenciação, tópico discursivo, intertextualidade, gêneros e sequências* e suas contribuições por ensino com viés textual-discursivo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith C. Hoffnagel (orgs.); trad. De Judith C. Hoffnagel; revisão técnica de Ana Regina Vieira. São Paulo: Cortez, 2005.

BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Org.). **Linguística de texto e Análise da Conversação: panorama das pesquisas no Brasil**. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

CAVALCANTE, Mônica M.; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**SOCIOLINGUÍSTICA** – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h

**EMENTA:** O estudo da relação entre língua e sociedade com foco na variação e mudança linguística. Teoria da variação. Variáveis linguísticas e extralinguísticas. Fenômenos de variação e mudança linguística no português brasileiro. Variação e ensino. Língua e gênero. O tratamento quantitativo e a pesquisa sociolinguística.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALKMIN, Tânia. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001,

pp.21-47.
CALVET, Luis-Jean. <b>Sociolinguística: uma introdução crítica</b> . Trad. Marcos Macionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
MOLLICA, M. C. & BRAGA, M. L. <b>Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação</b> . Rio de Janeiro: Contexto, 2003.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BAGNO, Marcos. <b>Preconceito Linguístico: o que é, como se faz</b> . São Paulo: Loyola, 2001.
MICKAY, Sandra Lee; HORNBERGER, Nancy H. (Org.). <b>Sociolinguistics and Language Teaching</b> . Cambridge: CUP, 2001.
OLIVEIRA, Ivone Martins. <b>Preconceito e autoconceito: identidade e interação na sala de aula</b> . Campinas: Papyrus, 1994.
TARALLO, Fernando. <b>A Pesquisa Sociolinguística</b> . 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 2005.
WEINREICH, U; LABOV, W. HERZOG, M. I. <b>Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística</b> . Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

<b>SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Estudo dos princípios da análise pragmática, considerando as principais abordagens dos processos de produção e recepção de enunciados em contextos situacionais que levam à construção dos sentidos em aliança aos estudos das abordagens dos modelos e das teorias explicativas do significado, enfatizando as principais teorias semânticas, tendências atuais, métodos e procedimentos de análise.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ARMENGAUD, Françoise. <b>Pragmática</b>. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.</li> <li>• AUSTIN, J. L. <b>Quando Dizer é Fazer</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.</li> <li>• LEVINSON, S. <b>Pragmática</b>. São Paulo: Martins Fontes, 2007.</li> <li>• DUARTE, Paulo Mosânio. <b>Iniciação à Semântica</b>. Edições UFC, 2000.</li> <li>• GOMES, Claudete Pereira. <b>Tendências da Semântica Lingüística</b>. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.</li> <li>• GUIMARÃES, Eduardo. <b>História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil</b>. Campinas, SP: Pontes, 2004.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BURTON – ROBERTS, Noel. <b>The Limits to Debate: a revised theory of semantic preposition</b> . Cambridge: CUP, 1989.
DAVIS, Steven. (Org.). <b>Pragmatics: a reader</b> . Oxford: OUP, 1991.
FAUCONNIER, Giles. <b>Mental Spaces</b> . Cambridge: CUP, 1994.
LEECH, Geoffrey. <b>Principles of Pragmatics</b> . London: London, 1983.
MEY, Jacob. <b>An Introduction to Pragmatics</b> . Oxford: Blackwell, 1993.

ILARI, Rodolfo. <b>Introdução à Semântica:</b> brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. <b>Teoria Semântica 1.</b> Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
MARQUES, Maria Helena Duarte. <b>Iniciação à Semântica.</b> Rio de Janeiro. Zahar, 1980.
MÜLLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda Vailati e FOLTRAN, Maria José (orgs.) <b>Semântica Formal.</b> São Paulo: Contexto, 2003.
TAMBA-MECZ, Irene. <b>A Semântica.</b> Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
ILARI, Rodolfo. <b>Introdução à Semântica:</b> brincando com a gramática. São Paulo. Contexto, 2006.
KEMPSON, Ruth. <b>Teoria Semântica 1.</b> Col Presença. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

<b>SINTAXE DO PORTUGUÊS – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Estudo dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos da oração e do período em língua portuguesa: elementos constitutivos, relações e processos de construção, estrutura informacional.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BECHARA, E. <b>Gramática escolar da língua portuguesa.</b> Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. CASTILHO, Ataliba T. de. <b>Gramática do português brasileiro.</b> São Paulo: Contexto, 2010. PERINI, Mário A. <b>Gramática do português brasileiro.</b> São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
AZEREDO, José Carlos. <b>Iniciação à sintaxe do Português.</b> 5 <sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. BORBA, Francisco. S. <b>Uma gramática de valências para o português.</b> São Paulo: Ática, 1996. MACHADO, Maria da Conceição. <i>Fundamentos de sintaxe.</i> In.: COSTA, Catarina de Sena S. M. (org.). <b>Linguística e ensino de língua portuguesa:</b> sensibilidade cultural e interação didático-pedagógica. Teresina: EDUFPI, 2000. BERLINCK, Rosane de Andrade. <i>Sintaxe.</i> In. In. MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Cristina (orgs.). <b>Introdução à linguística I:</b> domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001. CARONE, Flávia de Barros. <b>Morfossintaxe.</b> São Paulo: Ática, 1988. VILELA, Mário. <b>Gramática de valências: teoria e aplicação.</b> Coimbra: Almedina, 1992. p. 43-199

<b>LINGUAGEM E TECNOLOGIA</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> Enfoque histórico das relações entre tecnologia, linguagem e sociedade e sua implicação na língua. Especificidades da interação e do funcionamento da linguagem nas interfaces hipermidiáticas e nos ambientes de comunicação mediada por computador. Ênfase nos conceitos de hipertexto, gêneros discursivos digitais e redes sociais da internet.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
CRYSTAL, D. <b>A revolução da linguagem</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edições, 2001.
PRIMO, A. <b>Interações em rede</b> . Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.
SANTAELLA, L. <b>Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura</b> . 3. ed. São Paulo: Paulus, [2003] 2008.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ARAÚJO, J.C. (Org.); ARAÚJO, N. M. S. (Org.). <b>EaD em Tela: docência, ensino e ferramentas digitais</b> . 1. ed. Campinas SP: Pontes Editores, 2013. v. 23. 246p.
ARAÚJO, J.C.; DIEB, M. H.; LIMA, S. de C. (Org.). <b>Línguas na web: links entre ensino e aprendizagem</b> . Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2010. v. 1. 320p.
BAUER, M.W., GASKELL, G. & ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões. In: <b>Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som – um manual prático</b> . Petrópolis: Vozes, 2003, p. 17-35.
FRAGOSO, S.; RECUERO, R.; AMARAL, A. <b>Métodos de pesquisa para internet</b> . Porto Alegre: Sulina, 2011
LÉVY, P. <b>Cibercultura</b> . São Paulo: Editora 34, 2000.
XAVIER, A. C. S. (Org.). <b>Hipertexto &amp; Cibercultura</b> . 1. ed. Catanduva: Rêspel, 2011. v. 1. 280p.

<b>ANÁLISE DO DISCURSO</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> Percorso histórico da noção de discurso como prática social. Fundamentos da Análise do Discurso, focalizando noções de sujeito do discurso, ideologia, formação discursiva, atos de fala e práticas discursivas. Procedimentos metodológicos em análises discursivas.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>
BRANDÃO, H. Nagamine. <b>Introdução à Análise do Discurso</b> . 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 1994.
FAIRCLOUGH, N. <b>Discurso e Mudança Social</b> . Brasília: UNB, 2001.
MAINGUENEAU, D. <b>Novas Tendências em Análise do Discurso</b> . Campinas: Unicamp, 1989.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>
FOUCAULT, M. <b>A Ordem do Discurso</b> . São Paulo: Loyola, 2003.
GREGOLIN, M.R.V. <b>Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos</b> . São Carlos: Claraluz, 2004.
MAINGUENEAU, D. <b>Gênese dos Discursos</b> . Curitiba: Criar Edições, 2004.
ORLANDI, E. <b>Análise do Discurso: princípios e procedimentos</b> . Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. **Semântica do Discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.  
 POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

**PSICOLINGUÍSTICA** – Créditos: 02 – CARGA HORÁRIA: 30h

**EMENTA:** Conceito, histórico, objeto de estudo e campo de atuação. Estudo dos modelos e teorias explicativas da aquisição, desenvolvimento, processamento e uso da linguagem. Aspectos psicossociais da aprendizagem de leitura, da fala e da escrita.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CORACINI, M. **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura**. São Paulo: Pontes, 2002.  
 MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à Linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2000, Volume 2.  
 KLEIMAN, A. **Texto e Leitor**: aspectos cognitivos da leitura. São Paulo: Pontes, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

MELO, Lélia Erbolado (Org.). **Tópicos de Psicolinguística Aplicada**. 3 ed. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 2005.  
 PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da criança**. São Paulo: Cultrix, 1976.  
 SLOBIN, Dan. **Psicolinguística**. São Paulo. Nacional, 1980.  
 TITONE, Renzo. **Psicolinguística Aplicada**: introdução psicológica à didática das línguas. São Paulo: Summus, 1983.  
 VYGOSTKY, Leontiev. **Pensamento e linguagem**. Lisboa: Antídoto, 1979.

**ANÁLISE DO TEXTO LITERÁRIO** – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** A especificidade do texto literário. O texto literário como forma de conhecimento. A especificidade dos gêneros literários. Metodologias e práticas de análise e interpretação textual.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

COHEN, Jean. **A estrutura da linguagem poética**. São Paulo: Cultrix, 1978.  
 LEITE, Lígia Chiappini Moraes. **O Foco Narrativo**. São Paulo: Ática, 1985.  
 SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almedina, 1973.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FIGUEIREDO, Eurídice (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF; Rio de Janeiro: EDUFF, 2005.  
 FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna**. SP; Duas Cidades, 1991.  
 KAYSER, Wolfgang. **Análise e interpretação da obra literária**. Coimbra: Arménio Amado, 1976.  
 POUND, Ezra. **ABC da literatura**. São Paulo: Cultrix, 1970.  
 PROENÇA FILHO, Domício. **A linguagem literária**. São Paulo: Ática, 2007.

--

**LITERATURA BRASILEIRA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h**

**EMENTA:** Estudo da literatura brasileira, compreendendo as origens e formação, o Barroco, o Arcadismo e o Romantismo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.  
 CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2012. Vols 1 e 2.  
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vols. 1, 2 e 3.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.  
 CANDIDO, Antonio. **Iniciação à Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.  
 CASTELLO, José Aderaldo; CANDIDO, Antonio. **Presença da Literatura Brasileira: das origens ao romantismo**. São Paulo: DIFEL, 1979. Vol 1.  
 ROMERO, Silvio. **Compêndio de história da Literatura Brasileira**. São Paulo: Imago, 2001. Vols 1 e 2.  
 MERQUIOR, José. **De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira**. São Paulo: E-Brasileira, 2014.

**LITERATURA BRASILEIRA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Realismo-Naturalismo: o romance realista naturalista e a poesia parnasiana. Simbolismo: a poesia simbolista. Pré-Modernismo: as tendências da literatura pré-modernista na prosa e na poesia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro sobre a azul, 2012. Vols 1 e 2.  
 COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 4.  
 CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. 3. Rio de janeiro: Ouro sobre azul; São Paulo: Duas cidades, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4. São Paulo: Duas cidades, 1992.  
 SODRÉ, Nelson Werneck. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

GUINSBURG, Jacob (Org.). **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 2005.  
 MOISÉS, Massaud. **História da Literatura Brasileira: realismo e simbolismo**. São Paulo: Cultrix, 1975.  
 RONCARI, Luiz. **Literatura Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1995.

### LITERATURA BRASILEIRA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA

**EMENTA:** O modernismo na Literatura Brasileira. A fase heróica do modernismo (1922-1930) A fase ideológica (1930-1940). A geração de 45. Tendências contemporâneas.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTINHO, Afrânio (Org.). **A Literatura no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2003. Vol. 5 e 6.  
 TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda européia e modernismo brasileiro**. São Paulo: José Olympio: Vozes, 2012.  
 HELENA, Lucia. **Modernismo brasileiro e vanguarda**. São Paulo: Ática, 1989.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, Mário de. **Aspectos da literatura brasileira**. São Paulo: Livraria Martins/INL, 1978.  
 BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.  
 CASTELLO, José Aderaldo. **Literatura Brasileira: origens e unidade**. São Paulo: Edusp, 1999.  
 MARTINS, Wilson. **A literatura brasileira: o modernismo**. São Paulo: Cultrix, 1967.  
 LAFETÁ, João Luís. **1930: A Crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

### LITERATURA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** A poesia trovadoresca. O teatro de vicentino. A épica e a lírica do classicismo. O Barroco e a sermãoística de Padre António Vieira. A poesia árcaica.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.  
 BERARDINELLI, Cleonice. **Estudos Camonianos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.  
 DIAS, Fernanda Aida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: idade média**. Lisboa: Verbo, 1998.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SPINA, Segismundo. **A lírica trovadoresca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2007.  
 ABDALA JUNIOR, Benjamin; PASCHOALIN, Maria Aparecida. **História social da literatura portuguesa**. São Paulo, Ática, 1990.  
 LOURENÇO, Eduardo. **Mitologia da saudade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.  
 BARATA, J. Oliveira. **História do Teatro Português**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

### **LITERATURA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Autores e estéticas do Romantismo. A prosa e a poesia realistas. O simbolismo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.  
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: romantismo**. Lisboa: Verbo, 1999.  
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica de Literatura Portuguesa: realismo e naturalismo**. Lisboa: Verbo, 1993.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FERREIRA, Alberto. **Perspectivas do romantismo português**. Lisboa: Litexa Editora, 2007.  
 GOMES, Álvaro Cardoso. **Poesia simbolista**. São Paulo: Global Editora, 1986.  
 MOISES, Massaud. **A Literatura Portuguesa em perspectiva: romantismo**. vol. 3, São Paulo: Atlas, 1992.  
 REIS, Carlos. **Estudos Queirosianos**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.  
 VECCHI, Carlos Alberto *et al.* **A literatura portuguesa em perspectiva: Romantismo e Realismo**, v. 3. São Paulo: Editora Atlas, 1994.

### **LITERATURA PORTUGUESA III – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** A Geração de Orpheu. O Presencismo. O Neorrealismo.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

LOPES, Óscar; SARAIVA, António José. **História da Literatura Portuguesa**. Lisboa: Porto Editora, 2010.  
 PEREIRA, José Carlos Seabra. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do fim-do-século ao modernismo**. Lisboa: Verbo, 1995.  
 REIS, Carlos; RIBEIRO, Maria Aparecida. **História Crítica da Literatura Portuguesa: do neo-realismo ao post-modernismo**. Lisboa: Verbo, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GOMES, Álvaro Cardoso. **A Literatura Portuguesa em perspectiva**. São Paulo, Editora Atlas, 1994.

HILÁRIO, Fernando. **Orpheu - percursos e ecos de um escândalo**. Lisboa: Editora da Universidade Fernando Pessoa, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. **Sentido e forma da poesia neo-realista**. Lisboa: Ulisseia, 2007.

REIS, Carlos. **Literatura Portuguesa Moderna e Contemporânea**. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

GUIMARÃES, Fernando. **O Modernismo Português e a sua Poética**. Porto: Lello Editores, 1999.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA  
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I:** Angola. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**. Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste:** identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

**LITERATURA LATINA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**
**EMENTA:**

Estudo dos representantes dos períodos Arcaico, Áureo e Imperial da literatura latina. Percepção da influência da literatura grega na formação da literatura dos intelectuais romanos. Estudo das epopeias, da poesia e do teatro clássicos.

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BRANDÃO, Junito de Souza. <b>Mitologia Grega</b> . Petrópolis: Vozes, 1989. Volumes I, II e III.
CARDOSO, Zélia de Almeida. <b>A literatura latina</b> . São Paulo, Martins Fontes; 2003.
NOVAK, Maria da Gloria e NERI, Maria Luiza (orgs.). <b>Poesia lírica latina</b> . 2ª ed. SP: Martins Fontes, 1992.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
AUERBACH, Erich. <b>Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental</b> . Tradução de George Bernard Sperber. 2ª Edição revisada. São Paulo: Perspectiva, 1976.
CALVINO, Ítalo. <b>Por que ler os clássicos</b> . Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993
CARPEAUX, Otto Maria. <b>História da literatura ocidental</b> . Rio de Janeiro: Alhambra, 1978. 10 v.
GAILLARD, Jacques. <b>Introdução à literatura latina. Das origens a Apuleio</b> . Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
KURY, Mário da Gama. <b>Dicionário de mitologia grega e romana</b> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

<b>LÍNGUA LATINA I – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b>
Noções básicas da língua latina: morfologia e sintaxe.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ALMEIDA, Napoleão Mendes de. <b>Gramática latina</b> . Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.
CARDOSO, Zélia de Almeida. <b>Iniciação ao latim</b> . São Paulo: Ática, 1989.
GARCIA, Janete Mellasso. <b>Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos</b> . Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. <b>Compêndio de gramática latina</b> . Porto: Porto Editora, 1996.
CART, A. <i>et al.</i> <b>Gramática Latina</b> . São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.
FARIA, Ernesto. <b>Gramática da Língua Latina</b> . Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

**LÍNGUA LATINA II** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Noções básicas da língua latina: técnicas de tradução de textos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. Rio de Janeiro: Saraiva, 1995.

CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo: Ática, 1989.

GARCIA, Janete Mellasso. **Língua latina: a teoria sintática na prática dos textos**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1997.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALMENDRA, M. A. & FIGUEIREDO, J. Nunes. **Compêndio de gramática latina**. Porto: Porto Editora, 1996.

CART, A. *et al.* **Gramática Latina**. São Paulo: T.A. Queiroz / Edusp. 1986.

FARIA, Ernesto. **Gramática da Língua Latina**. Brasília: MEC/FAE, 1995.

SPALDING, T. Orfeu. **Guia prático de tradução latina**. São Paulo: Cultrix, 1982.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário de Latim/Português**. Portugal: Porto, 1960.

**INTRODUÇÃO ÀS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA  
- CRÉDITOS 4 - CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudo das literaturas africanas de Língua Portuguesa. Temas, tópicos, contextos e formas destas literaturas. A formação dos sistemas literários: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, I: Angola**. Lisboa: Edições 70, 1981.

HAMILTON, Russell G. **Literatura africana, literatura necessária, II: Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe**. Lisboa: Edições 70, 1984.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABDALA JR., Benjamin. **Literatura, história e política**. São Paulo: Ateliê, 2007.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas**. Lisboa: Vega, 1994.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de expressão portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

LARANJEIRA, Pires. **De letra em riste: identidade, autonomia e outras questões nas literaturas de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe**. Porto: Afrontamento, 1992.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades**. São Paulo: Ática, 1985.

- **COMPONENTES PEDAGÓGICOS:**

**METODOLOGIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA**– Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** : Tratamento de questões teórico-metodológicas concernentes ao ensino de língua a partir de gêneros textuais.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ANTUNES, I. **Língua, texto e ensino** – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

**Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRANDÃO, H. N. **Gêneros do discurso na escola**. São Paulo, Cortez: 2000.

BUENO, L. Gêneros orais na escola: necessidades e dificuldades de um trabalho efetivo.

**Instrumento:** R. Est. Pesq. Educ., Juiz de Fora, v. 11, n. 1, jan./jun. 2009.

CRISTÓVÃO, V. L.; NASCIMENTO, E. L. **Gêneros textuais:** teoria e prática. Londrina/PR: Moriá, 2004

DIONÍSIO, A. P., MACHADO, A. M.; BEZERRA, M. A. (Org.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. **Gêneros textuais:** reflexões e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

RODRIGUES-BIASI, B. Tratamento dos gêneros textuais na escola. In: **Formação continuada de professores da rede pública** – 2ª fase/português nº 8. Fortaleza: Universidade Aberta do Nordeste, 2003.

<b>METODOLOGIA DO ENSINO DE LITERATURA</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> A literatura no contexto escolar. A leitura literária. Leitura e ensino da literatura. Ensino de Literatura e as novas tecnologias. A literatura no livro didático. Métodos e técnicas para abordagem e ensino do texto literário no ensino fundamental e médio.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BORDINI, Maria da Glória & AGUIAR, Vera Teixeira de. <i>Literatura: a formação do leitor: alternativas metodológicas</i> . 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993. TODOROV, Tzvetan. <i>A literatura em perigo</i> . Rio de Janeiro: Difel, 2009. PETIT, Michèle. <i>A arte de ler ou como resistir à adversidade</i> . São Paulo: Editora 34, 2010.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
CANDIDO, Antonio. <i>Vários escritos</i> . São Paulo: Duas Cidades, 1995. ECO, Umberto. <i>Sobre a literatura</i> . Rio de Janeiro: Record, 2003. BOSI, Alfredo. <i>Reflexões sobre a arte</i> . São Paulo: Ática, 2008. ZILBERMAN, Regina. <i>Fim do livro, fim dos leitores?</i> São Paulo: SENAC, 2001. JOUVE, Vicent. <i>A leitura</i> . São Paulo: EdUNESP, 2002.

<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LITERATURA</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> Reflexões sobre currículos e programas de ensino de leitura de Literatura para o Ensino Médio. Análise de livro e recursos didáticos. Reflexões sobre os materiais didáticos e o público-alvo. Reflexão sobre a legislação referente ao ensino leitura de Literatura. Vivência no ensino de Literatura. Estágio de Observação de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura e relatório.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BRASIL. <b>Orientações Curriculares para o Ensino Médio</b> . Vol. 1 - Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.  COSSON, Rildo. <b>Letramento Literário: teoria e prática</b> . São Paulo: Contexto, 2006.  SILVA, Ivanda Martins. A Literatura no Ensino Médio: quais os desafios do professor? In____: <b>Português no Ensino Médio e Formação do Professor</b> . São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
AMORIM, G. <b>Retratos da Leitura no Brasil</b> . São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-livro, 2008. SOARES, M. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, Regina; SILVA, Ezequiel Theodoro. (Org.). <b>Leitura – perspectivas interdisciplinares</b> . São Paulo: Ática, 1991.  _____. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins; BRANDÃO, Heliana Maria Brina. (Org.). <b>A Escolarização da Leitura Literária</b> . Belo Horizonte: Autentica, 1999.  ZILBERMAN, R. <b>A Leitura e o Ensino da Literatura</b> . São Paulo: Contexto, 1988.  _____; SILVA, E. T. <b>Literatura e Pedagogia: ponto e contraponto</b> . São Paulo: Global; Campinas, SP: ALB: Associação de leitura do Brasil, 2008.

<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE OBSERVAÇÃO EM LÍNGUA</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> Estudos das concepções de leitura e das produções oral e escrita: aspectos sócio-cognitivos, interacionais e linguísticos e suas implicações pedagógicas para a formação do leitor, para o desenvolvimento da prática pedagógica da leitura e das modalidades escrita e oral da língua, envolvendo a observação em sala de aula.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ANTUNES, I. <b>Muito além da gramática</b> . São Paulo: Parábola, 2007. NEVES, M. H. de M. (2003). <b>Que gramática estudar na escola?</b> SÃO PAULO: Contexto. SCHNEUWLY, B. & DOLZ, J. <b>Gêneros orais e escritos na escola</b> . São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
ANTUNES, I. <b>Língua, texto e ensino</b> – outra escola possível. São Paulo: Parábola 2009. ANTUNES, I. <b>Análise de textos: fundamentos e práticas</b> . São Paulo: Parábola 2010. KARWOSKI; B. GAYDECZKA; K. S. BRITO. (Orgs.) <b>Gêneros Textuais</b> - Reflexões e Ensino. Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue. 2005. p. 17-34. KLEIMAN, Ângela. Oficina de leitura – teoria & prática. Campinas-SP: Pontes, 1993. MARCUSCHI, L. A. <b>Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade</b> . In: DIONÍSIO, A. P; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (Orgs.) <b>Gêneros Textuais e Ensino</b> . Rio de Janeiro: Lucerna. 2002, p.19-36. NEVES, M.H. De M. <b>Texto e gramática</b> . São Paulo: Contexto, 2006. PERINI, Mário A. (1997). <b>Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem</b> . São Paulo: Ática.

<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LITERATURA</b> – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h
<b>EMENTA:</b> Reflexões sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Literatura para o Ensino Médio. Vivência no ensino de Literatura e a formação do leitor. Estágio de prática docente em regência de aulas em Escolas de Ensino Médio. Planejamento, execução e avaliação de aulas de Literatura, micro aulas e relatório
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
DIONÍSIO, Maria de Lourdes. Literatura, leitura e escola. Uma hipótese de trabalho para a construção do leitor cosmopolita. In PAIVA, Aparecida et. al. (Org.) <b>Leituras Literárias: discursos transitivos</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. KINCHELOE, Joe L. <b>A Formação do Professor como Compromisso Político: mapeando o pós-moderno</b> . Trad. de Nize Maria Campos Pellanda. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SANTOS, Fabiano dos; NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K. (Orgs.). <b>Mediação de Leitura: discussão e alternativas para a formação de leitores</b> . São Paulo: Global, 2009.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
AGUIAR, Vera Teixeira de (coord.). <b>Era uma Vez na Escola: formando educadores para formar leitores</b> . Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001. AZEVEDO, Ricardo. Razões para a formação de leitores. In: SOUZA, Renata Junqueira (org.). <b>Caminhos para a Formação do Leitor</b> . São Paulo: DCL, 2004.

PAIVA, Aparecida (org.). **Literatura e Letramento**: espaços, suportes e interfaces, o jogo do livro. Belo Horizonte: Autêntica/CEALE/FAE/UFMG, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA – ENSINO FUNDAMENTAL –**  
Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA**: Atuação docente nas séries finais do ensino fundamental, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental – língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF da Educação, 1998.

SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.

SOLÉ, I. **Estratégias de leitura**. Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: língua portuguesa. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, L. A. **Coisas que todo professor de português precisa saber**. São Paulo: Parábola, 2010.

KAUFMAN, A. M.; RODRIGUEZ, M. H. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM LÍNGUA – ENSINO MÉDIO –** Créditos: 04 –  
CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA**: Atuação docente nas séries do ensino médio, nas áreas de leitura, produção e análise linguística, escuta, produções escrita e oral, a partir da regência em aulas, a partir da regência em aulas, da participação na produção de material didático e na elaboração de avaliações.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). **Português no ensino médio e formação do professor**.

São Paulo: Parábola, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
FÁVERO, L. L. <b>Oralidade e escrita: perspectivas para o ensino de língua materna.</b> São Paulo: Cortez, 2000.
GERALDI, J. W. <b>Portos de passagem.</b> 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
MARCUSCHI, L. A. <b>Da fala para a escrita: atividades de retextualização.</b> São Paulo: Cortez, 2001.
OLIVEIRA, L. A. <b>Coisas que todo professor de português precisa saber.</b> São Paulo: Parábola, 2010.
SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. (Org.). <b>Gêneros orais e escritos na escola.</b> Tradução Roxane Rojo e Glaís Sales Cordeiro. São Paulo: Mercado das Letras, 2004.
SOLÉ, I. <b>Estratégias de leitura.</b> Tradução Cláudia Schilling. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

- **COMPONENTES ELETIVOS:**

<b>PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Conceitualização. Transdisciplinaridade e interdisciplinaridade na sala de aula. Planejamento interdisciplinar. Práticas interdisciplinares na sala de aula.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• FAZENDA, Ivani C. A. <b>Dicionário em Construção: interdisciplinaridade.</b> São Paulo: Cortez, 2002.</li> <li>• _____. <b>O que é interdisciplinaridade?</b> São Paulo: Cortez, 2008.</li> <li>• _____. <b>Práticas Interdisciplinares na Escola.</b> Ed. 3. São Paulo: Cortez, 1996.</li> </ul>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
CHARLOT, Bernard. <b>Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria.</b> Porto Alegre: Artemed, 2000.
DELORS, Jacques. <b>Educação: um tesouro a descobrir.</b> Ed.6. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2001.
FAZENDA, Ivani C. A. <b>Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetivação ou ideologia?</b> São Paulo: Loyola 5ª Ed. 2002.
LÜCK, Heloísa. <b>Pedagogia Interdisciplinar: fundamentos teóricos metodológicos.</b> Ed.14. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
MORIN, Edgar. <b>A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.</b> Ed.18. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
NOGUEIRA, Nilbo Ribeiro. <b>Pedagogia dos Projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências.</b> 7ª Ed. São Paulo: Érica, 2007.

<b>CONCEPÇÕES E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Função social da Educação de Jovens e Adultos. Fundamentos históricos da Educação de Jovens e Adultos. As condições sociais e o analfabetismo no Brasil. Concepção dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. O jovem e o adulto na perspectiva da realidade histórica. Os caminhos percorridos pela educação de jovens e adultos na educação brasileira, no sistema de ensino e nos movimentos sociais. Programas para a escolarização básica de jovens e adultos. Tendências e princípios pedagógicos aplicados à Educação de Jovens e Adultos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
DINIZ, Adriana Valéria Santos; SCOCUGLIA, Afonso Celso; PRESTES, Emília Trindade. <b>A Aprendizagem ao Longo da Vida e a Educação de Jovens e Adultos:</b> possibilidades e contribuições ao debate. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2010.
FREIRE, Paulo. <b>Educação como Prática da Liberdade.</b> Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2009.
MARQUES, Carlos Alberto. Rompendo paradigmas: as contribuições de Vygotsky, Paulo Freire e Foucault. IN: JESUS, Denise Meyrelles [et al.]. <b>Inclusão, Práticas Pedagógicas e Trajetórias de Pesquisa.</b> Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996.</b> São Paulo. Editora do Brasil, 1996.
MOLL, Jaqueline. <b>Educação de Jovens e Adultos.</b> São Paulo: Mediação, 2004.
PAIVA, ane. Tramando Concepções e Sentidos para Redizer o Direito à Educação de Jovens e Adultos. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006. Disponível em: < <a href="http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf">http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a12v1133.pdf</a> > Acesso em 26 maio 2011.
SOARES, Leôncio et al. <b>Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.</b> São Paulo: Autêntica, 2005.
SOUZA, João Francisco de. <b>Educação de Jovens e Adultos no Brasil e no Mundo.</b> São Paulo: Bagaço, 2004.

<b>INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Retrospectiva da Educação no Brasil: políticas e planos. A Constituição Federal e o redimensionamento da educação básica no texto da atual LDB. A concepção de educação profissional no conjunto das políticas públicas. A política de formação dos profissionais da educação básica. Recursos financeiros da educação.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BRASIL. <b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.</b> Lei nº. 9.394/96. Brasília: MEC, 1996.
CARNEIRO, M. A. <b>LDB Fácil Leitura Crítico-compreensiva:</b> artigo a artigo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: Estrutura e Sistema**. São Paulo: Cortez, 1995.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. **Plano Decenal de Educação para Todos**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. **Lei que dispõe sobre o fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério. Lei nº.9.424/96**. Brasília: MEC, 1996.

CHAGAS, V. **Educação Brasileira: O Ensino de 1º e 2º Graus Antes, Agora e Depois?** São Paulo: Saraiva, 1978.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. São Paulo: Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, O. O. **A Nova Lei de Educação: trajetória, limites e perspectivas**. 2 ed. São Paulo, 1997.

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Educação e Cidadania. Direitos Humanos e Direitos de Cidadania. A educação como elemento para conscientização. Formação Humana e Trabalho. Sociedade, Democracia, Ética e Estado. A educação em contextos globais e locais.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BUFFA, E. et al. **Educação e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1987.

CARVALHO, José Sérgio (Org.). **Educação, Cidadania e Direitos Humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIGUEIREDO, I. **Educar para a cidadania**. Porto: Edições Asa, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1981.

GADOTTI, M. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 1992.

LAFER, C. **A reconstrução dos Direitos Humanos**. São Paulo: Cia. Da Letras, 1988.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1983.

SACRISTÁN, J. G. **Educar e conviver na cultura global**. Porto: Edições Asa, 2003.

**EDUCAÇÃO PARA DIVERSIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Educação para minorias sociais e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade. Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FREITAS, Soraia Napoleão (Org.); KREBS, Ruy Jornada (Org.); RODRIGUES, David (Org.). **Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais**. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MAGALHÃES, António; STOER, Stephen. **A Escola para Todos e a Excelência Acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA, Disiane de Fátima Araújo da. **Portadores de Deficiência: inclusão de alunos nas classes comuns da rede regular de ensino abordagem de direitos e processos de efetivação**. 2 ed. Natal: EFETRÊS – D, 2006.

MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade**. Marília: ABPE, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Egler *et al.* **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

**TECNOLOGIAS E EDUCAÇÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do Professor. Educação à Distância. Recursos Tecnológicos e Ensino.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologia e Ensino Presencial e a Distância**. Campinas. São Paulo. Papirus. 2003.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. e BEHENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediações Pedagógicas**. São Paulo, Papirus, 2000.

PINTO, Manuel. **Novas Metodologias em Educação**. O currículo escolar e os media. Porto: Porto Editora.1995.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

MACHADO, Arlindo. **A arte do vídeo**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PARENTE, André. **Imagem e máquina**. 2 ed. Rio de Janeiro. Editora 34, 1996.

SANTAELLA, Lúcia. **A cultura das mídias**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SOUZA, Márcio Vieira de. **Mídia e conhecimento: a educação na era da informação**. 1998.

**HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Historiografia da educação. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AZEVEDO, Fernando de. **A Cultura Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1964.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio De janeiro: Paz e Terra, 2010.

RIBEIRO, M. L. de O. **História da Educação no Brasil**. 10 ed. Petrópolis: RJ: Vozes, 1978.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. **O Ensino Primário no Rio Grande do Norte: memória, educadores e lição sobre o ensinar (1939-1969)** Mossoró: Edições UERN, 2010.

GERMANO, José Welington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

LOURENÇO, Manuel Bergstron. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**. 9ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SAVIANE, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas-SP: autores Associados, 2007.

TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é Privilégio**. 4.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotados) na educação. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e Preconceitos na Escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, Maria Teresa. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1991.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das Pessoas com Deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

GARCIA. Maria Teresa e BEATON. Guillermo Arias. **Necessidades Educativas**

**Especiais:** desde o enfoque histórico- cultural. São Paulo: Linear, 2010.  
 KASSAR, Mônica de Carvalho M. **Deficiência Múltipla e Educação no Brasil:** discurso e silêncio na história de sujeitos. Campinas, Autores Associado MANZINI, Eduardo José (Org.). **Inclusão e Acessibilidade** – Marília: ABPE, 2006.s, 1999.  
 RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.** – São Paulo: Summus, 2006.  
 ROSA, Dalva E. Gonçalves; SOUZA, Vanilton Camilo de. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.  
 SASSAKI, Romeu. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, WVA, 2010.

**EDUCAÇÃO POPULAR: PERSPECTIVAS PAULO-FREIREANAS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Fundamentos da educação popular. Relações com a história e filosofia. Conceito de educação popular. A educação popular e educação pública: possibilidades da escola cidadã com Paulo Freire. As relações em educação popular, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação como Cultura.** Campinas, SP: Mercado e Letras, 2007.  
 FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.  
 FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 14. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.  
 FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.  
**Pedagogia da Esperança.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.  
**Cartas a Guiné Bissau.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.  
 GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 2010.

**POESIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudo das tendências atuais da poesia brasileira e das condições histórico-sociais que as têm gerado.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ALVES, Ida; PEDROSA, Celia. **Subjetividades em devir:** estudos de poesia moderna e

contemporânea. São Paulo: 7Letras, 2008.

NUNES, Benedito. **A clave do poético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BUENO, A. **Uma história da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: G. Ermakoff, 2007.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANDRADE, Fábio Cavalcante. **A transparência impossível: lírica e hermetismo na poesia brasileira atual**. Recife: O Autor, 2008.

CANDIDO, Antonio. **O estudo analítico do poema**. São Paulo: Humanitas, 2006.

CICERO, Antonio. **Poesia e filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

GULLAR, Ferreira. **Sobre arte sobre poesia**. Rio de Janeiro, 2006.

CYNTRÃO, Sylvia Helena. **Como ler o texto poético: caminhos contemporâneos**. Brasília: Plano editora, 2004.

#### **PROSA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA : 60h**

**EMENTA:** Estudo das tendências atuais da prosa brasileira e das condições sócio-históricas que as têm gerado.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PELLEGRINI, Tânia. **A imagem e a letra: aspectos da ficção brasileira contemporânea**. São Paulo: Mercado das Letras; FAPESP, 1999.

REZENDE, Beatriz. **Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Casa da Palavra, 2008.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2010.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Alfredo. **Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica**. São Paulo: Duas cidades; Ed 34: 2003.

SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

**LÍRICA E MODERNIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H**

**EMENTA:** O moderno texto poético. Tradição e Modernidade. Lírica e sociedade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ADORNO, Theodor. **Poesia Lírica e sociedade**. Lisboa: Angelus Novus, 2003.

FRIEDRICH, Hugo. **Estrutura da lírica moderna: da metade do século XIX a meados do século XX**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

HAMBURGER, Michael. **A verdade da poesia: tensões na poesia moderna desde Baudelaire**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

PAZ, Octavio. **O Arco e a Lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

NUNES, Benedito. **Hermenêutica e poesia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

POUND, Ezra. **A arte da poesia**. São Paulo: Cultrix, 1976.

PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

PAZ, Otávio. **Signos em rotação**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais da poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.

**LITERATURA COMPARADA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h**

**EMENTA:** Tendências teórico-críticas sobre a análise comparativa entre textos literários e outras linguagens. Relações entre os diversos códigos, abstraindo daí o mundo não-verbal: pintura, música, dança e filme.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

CARVALHAL, Tania. **Literatura Comparada**. São Paulo: Ática, 2006.

BRUNEL, P; PICHOS, CL; & ROUSSEAU, A.M. **Que é Literatura Comparada?** Trad. Célia Berrettini Curitiba: UFPR, 1983.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada**. São Paulo: Edusp, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

BARTHES, Roland; GENETTE, Gerard; BREMOND, Claude; TODOROV, Tzvetan *et al.* **Literatura e Semiologia**. Petrópolis: Vozes, 1972.  
 CUNHA, Eneida Leal & SOUZA, Eneida Maria de. Orgs. **Literatura Comparada: Ensaio**. Salvador: EDUFBA, 1996.  
 SOUZA, Eneida Maria de. **Traço Crítico**. Belo Horizonte: EDUFMG, 1993.  
 WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**MÉTODOS DE CRÍTICA LITERÁRIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Tipos de crítica (formalista, hermenêutica, estruturalista, fenomenológica, psicanalítica, estilística, sociológica, genética, poética, filosófica). Literatura e história. Literatura e memória. Literatura e estudos culturais. Técnicas de abordagem e de leitura do texto literário.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BERGEZ, Daniel *et al.* **Métodos Críticos para a Análise Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.  
 PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Texto. Crítica. Escritura**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.  
 RALLO, Elizabeth Ravox. **Métodos de Crítica Literária**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.  
 BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. Ensaio sobre a Literatura e a História da Cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.  
 REUTER, Yves. **Introdução à análise do romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.  
 WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura e metodologia dos estudos literários**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

**INTRODUÇÃO À NARRATOLOGIA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA**

**60h**

**EMENTA:** Conceitos fundamentais de narrativa. Comunicação narrativa. Semântica e sintaxe narrativa.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de Teoria da Narrativa**. Lisboa: Almedina, 2000.

REUTER, Yves. **Introdução à Análise do Romance**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BARTHES, Roland et ali. **Análise Estrutural da Narrativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

CARVALHO, Alfredo Leme Coelho de. **Foco Narrativo e Fluxo da Consciência: questões de teoria literária**. São Paulo: Pioneira, 1981.

GANCHO, Cândida Vilares. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo: Ática, 2004.

GOTLIB, Nádía Battella. **Teoria do Conto**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1985.

**LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA I – CRÉDITOS: 04  
– CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** A poesia angolana. A poesia de Cabo Verde. A poesia moçambicana. A poesia de Macau. A poesia de São Tomé e Príncipe. A poesia de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: IICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa:

Colibri, 2003.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ERVEDOSA, Carlos. **Itinerário da literatura angolana**. Luanda: Editorial Culturang, 1972.

VEIGA, Manuel (Org.). **Cabo Verde: insularidade na literatura**. Paris: Edition Karthala, 1998.

CHABAL, Patrick. **Vozes moçambicanas: literatura e nacionalidade**. Lisboa: Veja, 1994.

SOUZA E SILVA, Manoel. **Do alheio e do próprio: a poesia em Moçambique**. São Paulo: EDUSP; Goiânia: Editora da UFG, 1996.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro - nação, identidade e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

#### **LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA II – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** A prosa angolana. A prosa de Cabo Verde. A prosa moçambicana. A prosa de Macau. A prosa de São Tomé e Príncipe. A prosa de Guiné Bissau. Principais autores e manifestações literárias.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FERREIRA, Manuel. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: ICALP, 1986. Vols. 1 e 2.

LARANJEIRA, Pires. **Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários**. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

- ANDRADE, Costa. **Literatura angolana (opiniões)**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- MATA, Inocência. **A literatura africana e a crítica pós-colonial: reconversões**. Luanda: Editorial Nzila, 2007.
- MATA, Inocência. **Emergência e existência de uma literatura: o caso santomense**. Lisboa: ALAC, 1993.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares Fonseca. **Literaturas africanas de língua portuguesa**. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2008.

#### **LITERATURA POPULAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA 60H**

**EMENTA:** Origem. Tipologia. O aspecto formal. A temática. Temas tradicionais. Cantorias e pelegas. O papel do cantador na cultura popular.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

- BATISTA, S. Nunes. **Antologia de literatura de cordel**. Natal: Fundação José Augusto, 1977.
- CASCUDO, Luis. da Câmara. **Literatura oral no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 2009.
- DIEGUES JR. M. et. al. **Literatura popular em verso: estudos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

#### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

- AYALA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito: aspectos da cantoria nordestina**. São Paulo: Ática, 1988.
- BATISTA, Maria de Fátima B. de M. *et al.* **Estudos em Literatura Popular**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Trad. Yara Frateschi Vieira. 4. ed. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora EDUnB, 2008.
- BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz: a “literatura” medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

#### **LITERATURA POTIGUAR – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Panorama histórico a partir do século XIX. O Modernismo no Rio Grande do Norte. Tendências contemporâneas.

#### **BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

- GURGEL, Tarcísio. **Informação da literatura potiguar**. Natal: Argos, 2001.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Modernismo no Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1998.

FLORES, Conceição (Org.) **Dicionário de escritores norte-riograndenses: de Nísia Floresta à contemporaneidade.** Natal: EDUnP, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo. **Lirismo nos quintais pobres: a poesia de Jorge Fernandes.** Natal: Fundação José Augusto, 2000.

ALVES, Alexandre. **Poesia submersa: poetas e poemas do Rio Grande do Norte.** Mossoró: Queima-Bucha, 2014. Vols 1, 2 e 3.

BRASIL, Assis. **Poesia Norte-Rio-Grandense do Século XX.** Rio de Janeiro: Imago; Natal: Funcart, 1998.

DUARTE, Constância Lima (Ogr.). **Mulher e literatura no Rio Grande do Norte.** Natal: UFRN/CCHLA, 1994.

ONOFRE JR., Manoel. **Literatura e província.** Natal: EDUFRN, 1997.

**TÓPICOS DE LITERATURA PORTUGUESA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H**

**EMENTA:** Tendências, temas, formas e obsessões da poesia e da prosa de Literatura Portuguesa na atualidade. Os novíssimos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ARNAUT, Ana Paula. **Post-modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Ariadne.** Máscaras de Proteu. Coimbra: Almedina, 2002.

REAL, Miguel. **O romance português contemporâneo: 1950-2010.** Lisboa: Editorial Caminho, 2010.

CARMELO, Luís. **A novíssima poesia portuguesa e a experiência estética contemporânea.** Lisboa: Publicações Europa-América, 2005.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

AMARAL, Fernando Pinto do. **Mosaico fluido: modernidade e pós-modernidade na poesia portuguesa mais recente.** Lisboa: Assírio e Alvim, 1991.

BUENO, Aparecida de Fátima Bueno et al. **Literatura Portuguesa: História, memória e perspectivas.** São Paulo: Alameda, 2007.

CERDEIRA, Teresa. **A mão que escreve.** Lisboa: Casa da Palavra, 2014.

GOMES, Álvaro Cardoso. **A voz itinerante.** São Paulo: Edusp, 1993.

REIS, Carlos. **História Crítica da Literatura Portuguesa.** Do Neo-Realismo ao Post-Modernismo. Lisboa / São Paulo, Verbo, 2005.

<b>LITERATURA INFANTO-JUVENIL – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60H</b>
<b>EMENTA:</b> Literatura infanto-juvenil: conceito, abrangência, temas e formas. Os gêneros literários e a literatura infanto-juvenil: a poesia e a prosa. Tendências clássicas e contemporâneas da literatura infanto-juvenil..
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> HUNT, Peter. <b>Crítica, teoria e literatura infantil</b> . São Paulo: Cosac Naify, 2011. BORDINI, Maria da Glória. <b>Poesia Infantil</b> . São Paulo: Ática, 1986. COELHO, Nelly Novaes. <b>A literatura infantil</b> . São Paulo: Quíron, 1984.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> BUSATTO, Cleo. <b>A arte de contar histórias no Século XXI: tradição e ciberespaço</b> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. COELHO, Nelly Novaes. <b>Dicionário crítico da literatura infantil e juvenil brasileira</b> . São Paulo: Quíron, 1984. CUNHA, Maria Antonieta Antunes. <b>Literatura Infantil: teoria e prática</b> . 4 ed. São Paulo: Ática, 1990. KHEDE, Sonia Salomão. <b>Personagens da Literatura Infanto-Juvenil</b> . São Paulo: Ática, 2000. ZILBERMAN, Regina. <b>A literatura infantil na escola</b> . São Paulo: Global, 2003.

<b>ESTILÍSTICA – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60 h</b>
<b>EMENTA:</b> Estudo dos recursos expressivos na utilização da linguagem em diferentes gêneros, considerando aspectos grafológicos, fonológicos, morfossintáticos e semânticos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b> CAMARA JR, Mattoso. <b>Contribuição Estilística da Língua Portuguesa</b> . 3 ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977. MARTINS, Nilce Sant'anna. <b>Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa</b> . São Paulo: T.A. Editora Queiroz, 1989. MONTEIRO, José Lemos. <i>A Estilística</i> . São Paulo: Ática, 1991.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b> DISCINI, Norma. <b>O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura</b> . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004. LAPA, Manoel Rodrigues. <i>Estilística da Língua Portuguesa</i> . 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. MOISÉS, Massaud. <b>Literatura: mundo e forma</b> . São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1982. GUIRAUD, Pierre. <b>A estilística</b> . Tradução de Miguel Maillet. São Paulo: Editora do

Mestre JOU, 1970.  
 CRESSOT, Marcel. **O Estilo e as suas Técnicas**. Trad. de Madalena Cruz Ferreira.  
 Lisboa: Edições 70, 1980.

**TEORIA E PRÁTICA DE LEITURA** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Concepções de linguagem, de ensino e de leitura; a leitura como atividade sociointerativa; o desenvolvimento do processo inferencial na leitura; estratégias psicolinguísticas na leitura; leitura e ensino. Pesquisa sobre concepções e práticas de leitura no ambiente escolar.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARZOTO, Valdir Heitor (Org.). **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1999.  
 BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Org.). **Leitura:** práticas, impressos. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.  
 FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Tradução Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CORACINI, Maria José (Org.). **O Jogo Discursivo na Aula de Leitura:** língua materna e língua estrangeira. Campinas: Pontes, 1995.  
 FIORIN, J. L. e SAVIOLI, F. P. **Lições de Texto:** Leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.  
 GALVES, Charlotte; ORLANDI, Eni Punicelli; OTONI, Paulo (Org.). **O Texto Leitura e Escrita**. Campinas: Pontes, 1997.  
 KATO, Mary. **O Aprendizado da Leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.  
 KLEIMAN, Angela. **Leitura, Ensino e Pesquisa**. 2 ed. Campinas: Pontes, 1996.  
 LEFFA, Vilson. **Aspecto da Leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1996.

**TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA I** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** Estudo de modelos teóricos de ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras. As contribuições das ciências cognitivas para a área. Concepções de lingua(gem) e sujeito nos modelos e teorias.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

ALMEIDA FILHO, J.C. de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? In: **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, n. 1, 2001, p. 15-29.  
 CELCE-MURCIA, M.; OLSHTAIN, E. **Discourse and Context in Language Teaching**. Cambridge: Cambridge, 2000.  
 McDONOUGH, S. **Applied Linguistics in Language Education**. London: Arnold, 2002.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

CORACINI, M.J. (Org.) **Identidade & Discurso: (des)construindo subjetividades**. Campinas: Ed. Da Unicamp; Chapecó: Argos Ed Universitária, 2003.

KAPLAN, R. (Org.) **The Oxford Handbook of Applied Linguistics**. Oxford: OUP, 2002.

LEFFA, V. Metodologia do ensino de línguas estrangeiras. In BOHN, H (Org.). **Tópicos em Lingüística Aplicada**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

LIGHTBOWN, P. ; N. SPADA. **How Languages are Learned**. Oxford: OUP, 1993.

MITCHELL, R.; MYLES, F. **Second Language Learning Theories**. London: Arnold, 1998.

SELINKER, L. Interlanguage. In: J. Richards. **Error Analysis Perspective on Second Language Acquisition**. London: Longman, 1974.

**TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGÜÍSTICA APLICADA II** – Créditos: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h

**EMENTA:** A relação entre teorias de ensino e aprendizagem de línguas e a avaliação e produção de materiais didáticos. Princípios gerais para seleção e elaboração de materiais didáticos para contextos presencial e digital.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BAGNO, Marcos. **Língua Materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

CORACINI, M.J. **Interpretação, Autoria e Legitimação do Livro Didático**. Campinas: Pontes. 1999.

**GUIA DE AVALIAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR**

ABBEY, B. **Instructional and Cognitive Impacts of Web-Based Education**. London: Idea Group Publishing, 2000.

DOURADO, M. R. Estratégias de leitura e gêneros textuais no livro didático de inglês. In: M. E. SOUSA; S. VILAR, S. (orgs.) **Parâmetros Curriculares em Questão: ensino médio**. pp. 69-90. João Pessoa: Editora da UFPB, 2004.

JONHNSON, K. **Designing Language Teaching Tasks**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2003.

NUNAN, D. **Designing Tasks for the Communicative Classroom**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SOARES, M. O livro didático como fonte para a história da leitura e da formação do professor leitor. In: M. Marinho. **Ler e Navegar: espaços e percursos da leitura**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

**SEMIÓTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h**

**EMENTA:** Estudo dos limites da Semiótica e dos signos como elementos de produção do sentido. Percurso gerativo de sentido.

<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BARROS, Diana Luz Pessoa de. <b>Teoria semiótica do texto</b> . São Paulo: Editora Ática, 2011.
FIORIN, José Luiz. <b>Elementos de análise do discurso</b> . São Paulo: Contexto, 2001.
PIETROFORTE, A. V. <b>Semiótica visual: os percursos do olhar</b> . São Paulo: Contexto, 2012.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
DISCINI, N. <b>O estilo nos textos</b> . 2º. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
ECO, Umberto. O conceito de texto. São Paulo: EDUSP, 1984.
_____. <i>Semiótica e filosofia da linguagem</i> . São Paulo: Ática, 1989.
HJELMSLEV, Louis. <b>Prolegômenos a uma teoria da linguagem</b> . São Paulo: Perspectiva, 1974.
SANTAELLA, L. <b>Teoria geral dos signos</b> . São Paulo: Ática, 2001.
SAUSSURRE, Ferdinand. <b>Curso de linguística geral</b> . São Paulo: Cultrix, 1977.
TATIT, L. <i>A abordagem do texto</i> . In: FIORIN, J. L. (org.) <b>Introdução à Linguística: 1</b> . Objetos teóricos, São Paulo, Contexto, 2002, pp. 187-209.

<b>MULTIMODALIDADE – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Fundamentos teóricos sobre multimodalidade e Semiótica Social. Gêneros multimodais: noção e características. Construção do sentido de textos verbo-visuais e visuais. Leitura multimodal e compreensão em textos impressos e ambientes online. Gramática do Design Visual.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ALMEIDA, D. B. L. <b>Perspectivas em Análise Visual: Do fotojornalismo ao blog</b> . 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 2008.
MARCUSCHI, L. A. e DIONÍSIO, A. P. <b>Fala e Escrita</b> . Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 177-204.
KAROWOSKI, A. M., GAYDECZKA, B. e BRITO, K. S. (orgs.). <b>Gêneros Textuais: reflexões e ensino</b> . 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
DONDIS, Donis A. <i>Sintaxe da linguagem visual</i> . São Paulo: Martins Fontes, 1997.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. <b>Reading Images: a Grammar of Visual Design</b> . Londres: Routledge, 1996.
KRESS, G. R. e van LEEUWEN, T. <b>Multimodal Discourse: the modes and media of contemporary communication</b> . London: Arnold, 2001.
PAIVA, F. A. Análise de discurso multimodal: o uso de topologias em infográfico digital do New York Times. <b>Linguagem &amp; Ensino</b> (UCPel. Impresso), v. 17, p. 875, 2014.
VIEIRA, Josenia A. <b>Novas perspectivas para o texto: uma visão multisemiótica</b> . In: <i>A Multimodalidade Textual a Serviço do Ensino</i> , 2006 (no prelo).

<b>TÓPICOS ESPECIAIS EM LINGUÍSTICA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
---

<b>EMENTA:</b> Temática de um fenômeno de linguagem específico – área de Linguística.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>

<b>TÓPICOS ESPECIAIS EM GRAMÁTICA NORMATIVA – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Estudo crítico das Gramáticas Tradicionais quanto a suas abordagens, ao seu campo de estudo, aos pontos de contato e diferenças entre elas relativas a estes aspectos.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BECHARA, E. <b>Moderna gramática portuguesa</b> . Rio de Janeiro: Lucerna, 1999. CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. <b>Nova gramática do português contemporâneo</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985 NEVES, M. H. M. <b>Gramática de usos do português</b> . São Paulo: Ed. UNESP, 2000
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
BAGNO, Marcos.(org). <b>Norma linguística</b> . São Paulo: Loyola, 2002. MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. <b>Gramática tradicional e tradição gramatical</b> . São Paulo: Contexto, 1992. NEVES, M. H. M. <b>Gramática na escola</b> . São Paulo: Contexto, 1994. NEVES, M. H. M. <b>Que gramática estudar na escola?</b> SÃO PAULO: Contexto, 2003. PERINI, M. A. <b>Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem</b> . São Paulo: Ática, 1997. TRAVAGLIA, L. C. <b>Gramática e interação</b> . São Paulo: Cortez, 1985.

<b>TÓPICOS ESPECIAIS EM REVISÃO TEXTUAL – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
ATHAYDE, P. <b>Revisão de textos: teoria e prática</b> . São Paulo: AGBook, 2012. COELHO NETO, A. <b>Além da revisão: critérios para a revisão textual</b> . Brasília: SENAC, 2013. KOCH, Ingedore V. G.; Elias, Vanda. <b>Ler e escrever: estratégias de produção textual</b> .

São Paulo: Contexto, 2009.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
COSTA VAL, M. G. <b>Redação e textualidade</b> . São Paulo: Martins Fontes, 1994.
GARCEZ, Lucília H. do Carmo. <b>Técnica de redação</b> . São Paulo: Martins Fontes, 2001.
_____. <b>A escrita e o outro: os modos de participação na construção do texto</b> . Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
HAYES, J. R. et al. Cognitive processes in revision. In: ROSENBERG, S. (org.). <b>Advances in Applied Psycholinguistics: reading, writing, and language learning</b> . Vol.2. Cambridge : Cambridge University, 1987. p. 176-240.
KATO, M. A. <b>No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística</b> . 3 ed. São Paulo: Ática, 1990.

<b>GÊNEROS DISCURSIVOS – CRÉDITOS: 04 – CARGA HORÁRIA: 60h</b>
<b>EMENTA:</b> Estudo de gêneros discursivos sob variadas abordagens: escolas britânica, americana, australiana e genebrina. Gêneros discursivos e internet.
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA:</b>
BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. <b>Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino</b> . Trad.: Benedito Gomes Bezerra. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). <b>Gêneros: teorias, métodos, debates</b> . São Paulo: Parábola, 2005.
SEIXAS, L.; PINHEIRO, N. F. <b>Gêneros: um diálogo entre Comunicação e Linguística</b> . Florianópolis: Editora Insular, 2014.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:</b>
DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.). <b>Gêneros Textuais e ensino</b> . Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
KARWOSKI, A.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.). <b>Gêneros textuais: reflexões e ensino</b> . Palmas e União da Vitória: Kaygangue, 2005.
MARCUSCHI, L. M. <b>Produção textual, análise de gêneros e compreensão</b> . São Paulo: Parábola, 2008.
MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (Org.). <b>Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentidos</b> . 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010.
SOUSA, M. M. F.; LEAL, A. P. B.; SOARES, M. E.; IRINEU, L. M. (Org.). <b>Gêneros discursivos: para ler, ver e ouvir</b> . Curitiba: Editora CRV, 2015.

## 9. SISTEMAS DE AVALIAÇÃO

---

---

### 9.1 Avaliação da aprendizagem

Em consonância com os objetivos do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas e com o perfil de profissional desejado, a aprendizagem deverá ser orientada pelo princípio metodológico de ação-reflexão-ação. Sendo assim, o processo avaliativo deve basicamente pautar-se pela coerência das atividades em relação à concepção e aos objetivos do Projeto Pedagógico e ao perfil do profissional formado no Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas. Assim, devem ser levadas em consideração a autonomia dos futuros professores e pesquisadores em relação ao seu processo de aprendizagem e à qualificação de professores para inserção destes no mercado de trabalho.

A avaliação não deve ser vista como um instrumento meramente classificatório; mas como instrumento de verificação do processo de aprendizagem, capaz de (re)direcionar tanto a prática do professor como a do licenciando em função dos objetivos previstos. Em suma, a avaliação deve verificar a relação entre os objetivos e os resultados, evidenciando-se aí o seu aspecto formativo.

Dada à especificidade do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas, a avaliação deve ser centrada nas práticas de leitura/escrita/oralidade, na capacidade de posicionamento crítico face às diferentes teorias linguísticas e literárias, bem como de ensino dos componentes curriculares da Pedagogia e de Literatura na Educação Básica, em função do papel político e sociocultural inerente à formação do licenciado em Letras, no domínio do conteúdo.

Devem ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: adoção de instrumentos diversificados de avaliação (trabalhos escritos individuais e em grupo, com e sem consulta, produzidos em sala e fora dela; seminários; relatórios; resenhas); orientação acadêmica individualizada (horário de atendimento). Particularmente, espera-se que seja trabalhada, em cada componente curricular, a prática de produção/revisão de textos acadêmicos sobre os objetos específicos de cada campo de estudos. Para essa avaliação, na dependência do componente curricular, serão usados os seguintes procedimentos:

- Avaliação contínua, quanto à pontualidade, assiduidade e participação com atividades e exercícios propostos, como também nas discussões em sala de aula;
- Avaliação somativa, a partir de:

- Apresentação de seminários e de microaulas;
- Desenvolvimento de pesquisas no decorrer do semestre letivo;
- Elaboração de fichamentos de textos e livros;
- Resoluções de exercícios e trabalhos escritos;
- Provas escritas;
- Elaboração de diários de leitura, de aulas, de pesquisa;
- Prática de resumos e resenhas de textos escritos, relatos de experiência, relatório de estágio, dentre outros gêneros acadêmicos.

Os procedimentos metodológicos e os critérios de avaliação deverão estar explicitados no Plano geral da disciplina de cada professor, entregues no primeiro dia de aula e publicados no *site* do SIGAA. O exame de cada componente curricular deve ser realizado de acordo com o calendário letivo previsto para o curso. Em cada componente curricular, a programação deve prever, no mínimo, três avaliações escritas por semestre e uma avaliação substitutiva. Para cada componente curricular cursado o professor deve consignar ao aluno graus numéricos de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero), computados com aproximação de até uma casa decimal, desprezadas as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondadas, para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco).

Ao aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos ou deixar de comparecer às provas e trabalhos e exames, é atribuída a nota 0,0 (zero vírgula zero) a cada atividade. A cada aluno que faltar à avaliação, é dado o direito de reposição de 01 (UMA) avaliação, com horários e dia a negociar entre professor e aluno. Quanto a pedido de revisão de prova, o processo deve ser solicitado à Secretaria de Graduação, e a Coordenação será informada. Cabe ao Conselho de Curso avaliar o processo e deliberá-lo.

O número, a forma, as alternativas e as modalidades de trabalhos acadêmicos são fixados pelo professor em seu plano geral da disciplina (verificar Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFERSA), aprovado pelo Conselho Diretor e divulgado aos alunos no início de cada semestre letivo. O professor deve divulgar e afixar a frequência e as notas no SIGAA. As notas das provas e trabalhos acadêmicos deverão ser divulgadas até dez dias úteis após sua realização, e as notas do exame, até cinco dias após a sua realização.

## 9.2 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

A cada final de semestre, a partir 2015.1, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas passará por uma avaliação, a partir dos seguintes requisitos:

- a) adequação das reformulações propostas no que diz respeito aos componentes optativos, os quais poderão ser substituídos quando considerados inoperantes, podendo ainda ser acrescentados outros componentes quando verificada a necessidade;
- b) adequação dos programas com relação ao ementário proposto;
- c) verificação contínua, com relação ao cumprimento dos programas de cada componente curricular.

Para essa avaliação, a Coordenação do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas procederá da seguinte maneira:

- designará uma comissão de avaliação de desempenho docente (junto ao NDE), no que diz respeito ao cumprimento de programas e ementas;
- formulará um questionário sobre desempenho discente a ser aplicado semestralmente com os estudantes.

Cabe lembrar que a avaliação não se reduz apenas à sala de aula, ela deve perpassar toda a estrutura acadêmica, produzindo dados e informações que alimentem os processos de gestão administrativa e acadêmica, com vistas à melhoria do ensino. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais, as competências profissionais a serem constituídas pelos professores em formação – no caso específico das Licenciaturas – devem ser a referência para todas as formas de avaliação dos cursos, sendo estas:

- periódicas e sistemáticas, com procedimentos e processos diversificados, incluindo conteúdos trabalhados, modelo de organização, desempenho do quadro de formadores e qualidade da vinculação com escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, conforme o caso;
- feitas por procedimentos internos e externos, que permitam a identificação das diferentes dimensões daquilo que for avaliado;
- incidentes sobre processos e resultados.

A avaliação sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- avaliação externa.

### **9.3 Avaliação do Curso**

#### **9.3.1 Avaliação Externa**

A avaliação externa é composta pelos mecanismos de avaliação do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), e indiretamente pela sociedade onde estarão atuando os profissionais formados pela Instituição.

O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, conforme determina a Lei do SINAES (nº. 10.861/2004). De acordo com a legislação, devem ser inscritos no Exame estudantes de todos os cursos de graduação, durante o primeiro (ingressantes) e último (concluintes) ano do curso. É importante destacar que no histórico escolar do estudante fica registrada a situação de regularidade em relação a essa obrigação. Ou seja, ficará atestada sua efetiva participação ou, quando for o caso, a dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

#### **9.3.2 Avaliação Interna**

A avaliação interna é baseada no levantamento de uma gama de indicadores de desempenho da Instituição, cujos resultados podem subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos docentes e estudantes com o trabalho e envolvimento no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras. Para incrementar e auxiliar a sistemática de avaliação, o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas realizará periodicamente uma Auto-Avaliação do Curso, através de questionários direcionados aos acadêmicos e aos professores e através de outros instrumentos de avaliação, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

Além desses procedimentos, cumpre ressaltar que o Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas também é avaliado dentro do contexto da Auto-Avaliação Institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) Institucional, de acordo com a Lei nº 10861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

### **9.3.3 Participação do Corpo Docente na Avaliação do Curso**

O Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas deverá realizar periodicamente avaliações dos componentes curriculares, através de questionários direcionados aos estudantes e professores, objetivando avaliar a eficiência, satisfação e auto-realização dos envolvidos no Curso, e propor, se necessário, mudanças no mesmo.

## 10. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO

---

---

O Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas incentiva os licenciandos a desenvolver atividades como monitoria, iniciação científica, atividades de extensão, visitas técnicas, viagens pedagógicas.

### 10.1. Participação do Corpo Docente nas Atividades Acadêmicas

A participação de alunos do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas nas atividades acadêmicas pode acontecer de várias formas, conforme a descrição específica das atividades principais:

Ø **Bolsa Pró-Estágio:** A UFERSA mantém, via Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), a modalidade de apoio para acadêmicos matriculados em cursos de graduação, mediante edital próprio.

Ø **Bolsa de Monitoria:** A UFERSA mantém duas categorias de monitoria de graduação: voluntária e remunerada. Os editais com a descrição das exigências são divulgados pelas faculdades. Os alunos interessados deverão se informar nas faculdades, a fim de obter todos os dados de que necessitam para se inscrever.

Ø **Bolsa de Iniciação Científica:** As bolsas de Iniciação Científica destinam-se a estudantes de cursos de graduação que se proponham a participar, individualmente ou em equipe, de projeto de pesquisa desenvolvido por pesquisador qualificado, que se responsabiliza pela elaboração e implementação de um plano de trabalho a ser executado com a colaboração do candidato por ele indicado. As bolsas de pesquisa provêm de recursos financeiros do PIBIC/CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFERSA.

Ø **Bolsa de Iniciação à Docência:** As bolsas do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) destinam-se a estudantes de cursos de licenciaturas que se propõem a desenvolver atividades didático-pedagógicas para educação básica em escolas públicas sob a orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola. As bolsas o PIBID advêm de recursos financeiros do PIBID/CAPES.

Ø **Participação de Alunos em Eventos Técnicos, ou Atividades de Extensão:** A participação de alunos em congressos, encontros técnicos, seminários e simpósios, cursos ou atividades de extensão é apoiado pelas Pró-Reitorias de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) para os alunos que participam oficialmente de projetos de pesquisa ou de extensão.

Ø **Programas de Pós-Graduação:** Com a criação do Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu* na UFERSA-Campus Caraúbas será possível a participação significativa de acadêmicos junto aos trabalhos de pesquisa que porventura venham a ser conduzidos.

## 10.2. Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular (PCC), em conformidade com o Parecer CNE/CP 83/2007, não poderá ficar reduzida a um espaço isolado, que a caracterize como estágio, nem desarticulada de todo o curso. Nesta proposta em articulação intrínseca com as atividades do trabalho acadêmico e com o Estágio Supervisionado, a PCC deve concorrer conjuntamente para a formação da identidade do professor como pesquisador e educador em Língua Portuguesa e suas Literaturas. O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas oferece o PCC a seus licenciandos no interior dos componentes curriculares que constituem sua formação, desde o primeiro semestre letivo e não apenas nas disciplinas pedagógicas.

Esta correlação entre teoria e prática é um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de resoluções de situações próprias do pesquisador e do professor no ambiente escolar. A prática vai permear toda a formação do futuro professor/pesquisador, estabelecendo e garantindo, assim, uma dimensão abrangente e interdisciplinar do conhecimento. É esse espaço que vai permitir ao licenciando um amadurecimento gradativo, com a construção passo a passo de procedimentos metodológicos apropriados ao ensino de cada conteúdo específico, culminando com as disciplinas pedagógicas de formação geral, de natureza mais panorâmica.

Dessa maneira, o contato eventualmente burocratizado e compartimentalizado, seja com as teorias de ensino seja com as teorias de linguagem, cede lugar a uma vivência mais efetiva que produza no aluno os resultados esperados quanto a uma tomada de consciência do papel do professor e dos métodos e procedimentos para desempenhá-lo bem.

### **10.3. Estágio Curricular Supervisionado**

O Estágio Curricular Supervisionado, tendo como atribuição a realização de dois exercícios elementares para a aprendizagem da profissão docente: o exercício da análise da realidade educacional brasileira e o exercício da prática docente na Educação Básica, coordenado pela Comissão de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas.

### **10.4. Trabalho de Conclusão de Curso**

Seguindo a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2013, de 14 de março de 2013, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deve ser elaborado pelo aluno de Letras, sob a orientação de um professor que possui vínculo institucional com a UFERSA. O trabalho desenvolvido deverá abordar temas relacionados a estudos estéticos, culturais, da linguagem e didático-pedagógicos, resultando em um trabalho **monográfico**.

O TCC é um componente obrigatório neste curso, visto que: i) fornece um objetivo final que direciona o desempenho do aluno durante toda a graduação; ii) aproxima estudantes e professores, mediante o sistema de orientação; iii) possibilita que o aluno tenha conhecimento especializado acerca do gênero textual trabalho monográfico ou artigo científico.

Para o desenvolvimento do TCC, o aluno deve escolher uma temática que está intrinsecamente articulada com uma das áreas de formação do curso, descritas na próxima seção. Além disso, o TCC do Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas deve ser redigido em Língua Portuguesa, e a defesa deste deverá ser realizada também em Língua Portuguesa. A defesa contará com a participação de uma Banca Examinadora, composta por três membros docentes (com titulação mínima de especialista), e um suplente, sendo um orientador e dois examinadores.

### **10.5. Áreas de Formação**

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas está organizado a partir das seguintes áreas de formação, envolvendo: Língua, Linguística e

Ensino (Língua Portuguesa) e Literaturas (Comparada e de Expressão Portuguesa). Estas linhas são explicitadas a seguir:

### **ÁREA: LÍNGUA, LINGUÍSTICA E ENSINO (LÍNGUA PORTUGUESA)**

#### **• PRÁTICAS DISCURSIVAS**

- Ø Estudo das relações entre categorias da língua e do discurso em situação de uso; principalmente sob um enfoque interativo da linguagem; processos de textualização dos diferentes gêneros discursivos e tipos textuais, na leitura, na oralidade e na escrita;
- Ø Organização textual-discursiva de diferentes gêneros em variados campos da atividade humana, tendo em vista a construção do sentido do texto;
- Ø Estudos de diferentes discursos (político, jornalístico, literário, etc), fornecendo instrumentos para uma ampla apreensão do texto, que compreenda tanto a sua materialidade linguística quanto histórica. Tal leitura objetiva apontar aspectos ideológicos que podem estar encobertos nas práticas discursivas.
- Ø Ênfase em categorias trabalhadas pela Linguística de Texto, Análise da Conversa, Análise do Discurso, Interacionismo Sócio-Discursivo.

#### **• LINGUÍSTICA APLICADA**

- Ø Fundamentos teórico-práticos da Metodologia do Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Influência das teorias linguísticas, bem como análise das estratégias metodológicas no Ensino do Português e Literaturas;
- Ø Investigação das habilidades linguísticas em gêneros orais e escritos envolvidas no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa;
- Ø Estudo crítico da morfossintaxe da gramática do Português e Literaturas, em contexto de ensino;
- Ø O papel do livro didático no contexto de ensino de língua portuguesa; análise/elaboração de material didático;
- Ø A formação do professor de língua portuguesa;
- Ø Estudo dos (multi)letramentos em sala de aula.

#### **• AQUISIÇÃO E APRENDIZAGEM DA LÍNGUA MATERNA**

- Ø Estudo da aquisição, do desenvolvimento e do processamento da linguagem.
- Ø A interlíngua ou erro na aprendizagem do Português e Literaturas;
- Ø Estratégias cognitivas e metacognitivas na aprendizagem de Língua Portuguesa;
- Ø Análise do papel dos fatores linguísticos, sociais, culturais e individuais no processo de desenvolvimento das habilidades em Língua Portuguesa;
- Ø O papel do *input* na aquisição da escrita e leitura em Língua Portuguesa.

### ● **DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA**

- Ø Estudo de questões e problemas de natureza fonológica, morfológica, morfossintática, lexicológica, lexicográfica, sintático-semântica e pragmático-discursiva, com base em corpora orais e escritos em língua portuguesa.

### ● **LINGUAGEM E TECNOLOGIA**

- Ø Papel da tecnologia como mediadora da organização da linguagem em geral;
- Ø Linguagem na cibercultura; gêneros discursivos da e na internet, linguagem em redes sociais da internet;
- Ø Ensino de línguas mediado pela tecnologia; educação a distância, compreensão e produção de textos em diferentes suportes; aquisição de língua e novas tecnologias; comunicação educativa com o uso de múltiplas tecnologias;
- Ø Aplicação das tecnologias de comunicação, hipertexto, múltiplos letramentos, multimodalidade.

## **ÁREA: LITERATURAS**

### ● **LITERATURA COMPARADA**

- Ø Leitura comparada do texto literário seja orientada por temas comuns a diferentes autores ou literaturas, ou aspectos concernentes no conjunto da obra literária de um mesmo autor. Trata-se de uma linha de pesquisa cujo viés é o da reflexão e estudo sobre o texto literário considerando seu caráter histórico, teórico e cultural, isto é, sua natureza é multidisciplinar, interdiscursiva e intersemiótica apresentando-se como espaço privilegiado para a discussão de diferentes abordagens e perspectivas teóricas.

- **LITERATURAS DE EXPRESSÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Ø Esta linha de pesquisa é dedicada aos estudos que contemplem obras das literaturas de expressão portuguesa, quais sejam a Literatura Portuguesa, a Literatura Brasileira, as escritas literárias de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau compreendendo períodos, escritores, diversidades temáticas, gêneros e obras diversas cujo interesse esteja na abordagem teórica, crítica, teórico-crítica ou reflexiva do texto literário.

### **10.6. Atividades Complementares**

As normas sobre as Atividades Complementares seguem a Resolução CONSEPE/UFERSA nº 001/2008 e devem possibilitar o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do licenciando, inclusive as adquiridas fora do ambiente escolar, alargando o seu currículo com situações e vivências acadêmicas, internas ou externas ao Curso.

O componente curricular *Atividades Complementares*, do Curso de Licenciatura Plena em Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas, inclui o ensino presencial em sala de aula – componentes curriculares optativos – e outras atividades de caráter acadêmico-científico-cultural, com vistas a aprimorar o processo formativo do profissional de Letras. A formação complementar no Curso é um dos mecanismos de integralização do currículo, no contexto da flexibilização, e tem como objetivo, considerando a heterogeneidade, tanto na formação prévia como das expectativas dos alunos, permitir que o estudante possa complementar a sua formação, orientando, em determinado momento, a composição de sua estrutura curricular de acordo com seus interesses, necessidades. Participação em eventos científicos, monitorias, estágios extracurriculares, projetos de ensino, atividades de extensão, projetos de pesquisa, disciplinas de enriquecimento curricular, entre outras, são modalidades desse processo formativo.

Para viabilizar o acesso a algumas dessas atividades, divulgam-se periodicamente datas de realização de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais; desenvolvem-se projetos de ensino, projetos de extensão na UFERSA – *Campus* Caraúbas, nos quais se promove o intercâmbio entre as diferentes áreas de ensino-pesquisa-extensão do curso e de cursos afins, proporcionam discussões acerca de linguagem, divulgam resultados dos projetos de pesquisa e de extensão dos alunos e dos professores; oferecem-se componentes curriculares optativos no Curso, em horários alternativos.

Em termos organizacionais, essas atividades podem ser denominadas como de ensino, pesquisa, extensão, apesar de ficar bastante visível a inter-relação entre elas. A título de ilustração, essas atividades podem ser consideradas conforme distribuição abaixo e podem ser ampliadas de acordo com novas demandas. Atendendo ao Parecer CNE/CP 83/2007, o estudante deverá cumprir 200 horas de atividades complementares, na terminologia do Conselho Nacional de Educação – Atividades Acadêmico-Científicas e Culturais – ao longo do curso).

#### Quadro com Exemplos de Atividades Complementares

ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO
Monitoria de Ensino (voluntária ou bolsa institucional)	Programa de Iniciação Científica (voluntária ou bolsa institucional)	Participação em Projeto de Extensão – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)
Participação em Projeto de Ensino – monitoria (voluntária ou bolsa institucional)	Participação na organização de evento científico	Participação como colaborador ou coordenador em ações de extensão
Participação em Projeto de Ensino – curso, minicurso, oficina, grupo de estudo em assunto correlato ao curso e vinculado ao ensino	Participação em Grupo de Pesquisa	Participação em viagem de estudo ou visita técnica
Estágio Extracurricular em Instituições de Ensino Básico	Participação em evento científico com apresentação de trabalho (comunicação individual ou painel)	Participação em evento, atividade artístico-cultural (mostras, vídeos, saraus, performances, o contar histórias, varais literários)
Participação em curso Pré-ENEM, ministrando aulas	Participação em evento científico sem apresentação de trabalho	Participação da organização de viagem de estudo ou visita técnica
Disciplina de enriquecimento curricular cursada no curso	Publicação de trabalho (resumo, resumo expandido, trabalhos completos)	Criação e manutenção de <i>homepage</i> , de jornal do Curso de Letras/Português e suas

		respectivas literaturas
Disciplina cursada em outros cursos		
Curso de língua (LIBRAS, Inglês, Francês, Espanhol)		

As atividades oferecidas/desenvolvidas direcionam-se para as várias áreas do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, com as suas subdivisões, e para áreas de outros cursos, considerando-se as interfaces com esses cursos. Isso pode ser visualizado, num primeiro momento, pelo rol de componentes curriculares eletivos/atividades complementares.

O aluno poderá cursar outros componentes curriculares em outros cursos, além dos descritos, que poderão também integralizar à carga horária das atividades complementares, desde que atendidas as exigências de pré-requisito, quando for o caso, da UFERSA, vaga, horário.

## 11. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas, para seu bom funcionamento, deverá contar com Biblioteca, um Laboratório de Informática e uma sala do NUPEX..

### 11.1. Biblioteca

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas é atendido no *Campus* Caraúbas por duas Bibliotecas: a do *Campus* Caraúbas e a do *Campus* Mossoró, na Biblioteca Central Orlando Teixeira.

A UFERSA conta com uma Biblioteca Central Orlando Teixeira, possuindo área física de 1276 m<sup>2</sup>, cujo acervo é composto por material impresso e áudio visual, com as seguintes áreas de conhecimento: ciências agrárias, biológicas, saúde, exatas, engenharia, humanas, sociais aplicadas, letras e artes. A quantificação geral do acervo bibliográfico, relativo s monografias, dissertações, teses, revistas técnicas e livros, aproximadamente, 14.661 Títulos e 5.641 Volumes. O processo de informatização teve início em 2000 com a implantação de um *software*, aquisição de computadores, leitores de código de barras e impressoras, para administração do sistema e serviços bibliotecários (SAB 2000). O acervo por área de conhecimento (até o ano de 2005) está descrito no quadro a seguir.

Quadro: Acervo por Área de Conhecimento

Área	Livros		Periódicos	
	Títulos	Volumes	Nacionais	
Estrangeiros				
Ciências Agrárias	2.903	11.885	213	105
Ciências Biológicas	996	4.056	17	06
Ciências da Saúde	111	321	02	-
Ciências Exata da Terra	1.087	5.712	12	-
Ciências Humanas	957	2.408	14	-
Ciências Sociais Aplicadas	2.826	7.158	07	-
Engenharias	552	1.977	09	04
Linguística, Letras e Artes	154	1.140	04	-
Outros	109	762	04	-
Total	9.997	35.430	282	115

Fonte: Biblioteca "Orlando Teixeira"

A UFERSA mantém uma política de aquisição para material bibliográfico: a Biblioteca destina recursos para a adequação do acervo aos ementários e à bibliografia

relacionadas nos Projetos Pedagógicos dos vários Cursos da UFERSA. O acervo deverá ser enriquecido tanto em número de exemplares, como de títulos para atender às necessidades do Curso. Há, também, a Biblioteca Digital da UFERSA que está integrada à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) nacional, onde disponibiliza *online* toda a produção técnico-científica dos Programas de Pós-Graduação da Universidade.

No caso do *Campus* Caraúbas, este contará com sua própria Biblioteca e, conseqüentemente, com um acervo por área de conhecimento significativo, com inauguração em dezembro de 2013. A aquisição do acervo bibliográfico e midiático do Curso de Licenciatura em Letras/Português e suas respectivas literaturas entrará em processo, assim que cadastrado o Curso e oficializada a Portaria de abertura do mesmo pelo sistema Emec.

### 11.2 Laboratórios de Informática

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS contará com um Laboratório de Informática que atenderá aos estudantes de graduação e aos professores do referido Curso.

Quadro de Equipamentos do Laboratório de Informática (os equipamentos já estão no laboratório)

Material/Equipamento	Quantidade
Cadeira	20
Computadores	20
Bancada	02
Ar condicionado	02
Quadro Branco	01

### 11.3. Sala do NUPEX

A sala do Núcleo de Pesquisa e Extensão será um espaço destinado a atender grupos de estudantes (por exemplo, os de Iniciação Científica e de Iniciação à Docência) e de professores que estão desenvolvendo suas pesquisas.

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	02
Cadeira	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Ar condicionado	01

## 12. NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO

---

---

A criação do Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPEX) para os Cursos de Letras do *Campus* Caraúbas terá organização e funcionamento obedecendo à regulamentação do Regimento Interno do Curso de Letras. Porém, o seu desenvolvimento está relacionado aos projetos de pesquisa e extensão e à organização dos pesquisadores do curso e nas diversas áreas de conhecimento e dos diferentes problemas de pesquisa associados aos Estudos Linguísticos e Literários.

O Núcleo constitui num espaço integrador dos estudantes aos projetos de pesquisa e de extensão, ou seja, um espaço que reúne, seletiva ou cumulativamente, professores e estudantes de graduação nos eixos que compõem a organização curricular.

O objetivo principal deste núcleo é a integração dos professores na construção de projetos de pesquisa e de extensão, com vistas ao melhor aproveitamento acadêmico do estudante. Na segunda metade do Curso, o estudante será incentivado a participar ativamente em um dos eixos acima descritos e se vincular aos projetos apresentados pelos professores para realizar um trabalho de pesquisa ou de extensão.

Um dos propósitos é inserir os estudantes de graduação nos grupos de pesquisa existentes, possibilitando sua familiarização com procedimentos e técnicas de pesquisa acadêmica. Desta maneira, o estudante termina seu curso de graduação com um trabalho acadêmico, orientado por um docente, e o apresenta publicamente perante dois examinadores, com titulação mínima de especialista.

### 13. REFERÊNCIAS

---

---

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa/ Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos Brasília: MEC; SEEP, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei Nº 10.436, Regulamenta a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, de 24 de abril de 2002, Brasília: Congresso Nacional, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada**. Coodenação de Ana Paula Crosara Resende e Flávia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

EMEDIATO, C. A. Educação e transformação social. **Análise social**, v. XIV (54), 1978-2, 207-217.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Censo Escolar 2010: perfil dos municípios brasileiros 2009**. Rio de Janeiro: 2010.

LEVY, Daniel C. **University and government in Mexico autonomy in an authoritarian system**. New York: Praeger, 1980.

BRASIL. Nova proposta da Educação Superior elaborada pelos membros da Comissão Especial da Avaliação da Educação Superior (CEA), designada pelas Portarias MEC/SESu nº 11, de 28/4/2003, e nº 19, de 27/05/2003.

BRASIL. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.

BRASIL. Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002.

**ANEXOS****Anexo I – Cópia do Regulamento das Atividades Complementares**

**Art. 1º** As Atividades Complementares, objeto deste Regulamento, são aquelas assim definidas pela Resolução do CEPEC nº 118/2007, art. 7º, inciso IV: “atividades extraclasse consideradas relevantes para formação do aluno [...]”.

**Art. 2º** Nos termos da Resolução acima citada, e de acordo com o estabelecido na estrutura do Curso de Letras Habilitação em Inglês Português e Literaturas/Literatura o cumprimento da carga horária fixada para as Atividades Complementares é requisito indispensável à conclusão do Curso e à colação de grau.

**Art. 3º** As Atividades Complementares que serão computadas, para efeito da integralização da carga horária, abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão, são as enumeradas a seguir, pelo modo indicado abaixo:

**I** – Programa de Iniciação Científica (IC), Programa de Licenciaturas (PROLICEN), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

**II** – Trabalho de Conclusão de Curso – 30 horas para cada trabalho desenvolvido (podendo ser computado apenas um);

**III** – atividades de pesquisa em projetos individuais ou coletivos, desenvolvidos por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

**IV** – participação, como colaborador, em projetos de ensino ou de extensão coordenados por docentes do Curso ou de cursos afins – 30 horas para cada ano de trabalho (podendo ser computado apenas um ano);

**V** – monitorias de ensino realizadas em disciplinas integrantes do currículo pleno do Curso – 20 horas para cada semestre de trabalho, até o máximo de 40 horas;

**VI** – estágios extracurriculares em instituições de ensino básico ou em outras entidades (lei de estágio nº 11.788) – 15 horas para cada ano de trabalho, até o máximo de 30 horas;

**VI** – aulas ministradas em curso pré-vestibular oferecido pela UFERSA – 100% da carga horária efetivamente ministrada, até o máximo de 30 horas;

**VII** – disciplinas cursadas como eletivas no curso ou em outros cursos da UFERSA – 30 horas por disciplina (computadas até três disciplinas);

**VIII** – cursos freqüentados, em eventos científicos, sobre temas de Letras ou áreas afins – 100% da carga-horária, até no máximo 20 horas por curso;

**IX** – cursos de línguas (portuguesa, indígena, estrangeiras, de sinais) – 50% da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

**X** – cursos de informática aplicados à atividade de ensino ou de pesquisa em Letras – 50 % da carga horária do curso, até o máximo de 20 horas por curso;

**XI** – a) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento; b) participação como ouvinte, em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas de curta duração (realizados em apenas um período – ou matutino ou vespertino, ou noturno), como espetáculos, filmes, aulas magnas – 100% da carga horária do evento, até o máximo de 6 horas;

**XII** – apresentação de trabalhos em eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas para cada trabalho apresentado;

**XIII** – participação na organização de eventos científicos e culturais na área de Letras ou áreas afins – 10 horas por evento;

**XIV** – participação em viagens de estudo ou visitas técnicas, coordenadas por docentes do Curso ou de cursos afins – 5 horas para cada atividade;

**XVI** – publicação de artigos em periódicos – 30 horas para cada artigo publicado em revista ou anais de eventos científicos, impressos ou por meio eletrônico (CD – ROM ou *Home page*); 10 horas para publicação de cada resumo em eventos científico e para cada texto publicado em jornal, até o máximo de 90 horas para o total das publicações;

**XVII** – publicação de textos em meio eletrônico, mesmo sem conselho editorial – 3 horas para cada texto publicado, até o máximo de 30 horas;

**XVIII** – criação e manutenção de *home page* ou jornal impresso produzidos pelos alunos sobre o curso de Letras – até no máximo de 50 horas;

**Art. 4º** Todas as atividades realizadas deverão ser comprovadas pelo próprio aluno, mediante atestados ou certificados e um relatório discorrendo sobre o conteúdo da atividade da qual participou, para serem entregues ao professor coordenador das Atividades Complementares, que manterá uma pasta para cada aluno regularmente matriculado no Curso.

§ 1º O aluno que pretende aproveitar a participação em eventos como Atividades Complementares que ocorreram durante o período de aula deverá comunicar sua ausência, com antecedência, aos professores das disciplinas para que tenha direito ao abono de faltas, até o limite de 10% da carga horária de cada disciplina.

**Art. 5º** Somente serão computadas, a título de Atividades Complementares, aquelas realizadas durante o período estabelecido para a integralização do Curso.

**Art. 6º** O cumprimento da carga horária das Atividades Complementares deverá ser realizado obedecendo a seguinte distribuição: mínimo de 10 horas nos 1º e 8º semestres, e mínimo de 20 horas em cada um dos outros semestres do curso (3º, 4º, 5º, 6º, 7º).

**Art. 7º** A coordenação operacional das Atividades Complementares do Curso será exercida por um professor do Curso, designado pelo respectivo Conselho Diretor por indicação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso.

**Art. 8º** Compete ao coordenador de Atividades Complementares:

**I** – orientar o aluno na escolha de Atividades Complementares a realizar;

**II** – divulgar eventos, cursos e demais oportunidades de realização das Atividades Complementares;

**III** – acompanhar o cumprimento da carga horária, semestralmente, das Atividades Complementares, mantendo para tanto uma ficha individual para cada aluno;

**IV** – encaminhar, semestralmente, ao coordenador do Curso um relatório informando a situação de cada aluno;

**V** – encaminhar ao coordenador do Curso os documentos comprobatórios das atividades Complementares realizadas pelos alunos, para as providências necessárias.

**Art 9º** Compete aos alunos:

**I** – acompanhar a divulgação dos eventos, cursos e demais oportunidades de realização de Atividades Complementares pelo coordenador dessas atividades;

**II** – tomar ciência deste Regulamento mediante a assinatura de um termo de compromisso.

**Art. 10.** Compete ao coordenador do Curso de Letras/PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS:

**I** – orientar o coordenador das Atividades Complementares;

**II** – conferir e submeter à apreciação da Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso, para as devidas providências, os documentos comprobatórios apresentados pelos alunos.

**Art 11.** Compete à Comissão Permanente de Apoio às Atividades da Coordenadoria de Curso:

- I** – analisar, em grau de recurso, as decisões do Coordenador das Atividades Complementares;
- II** – resolver os casos omissos neste Regulamento.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
4ª Reunião Ordinária de 2016

### **3º PONTO**

Apreciação e deliberação sobre proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à alteração no ingresso dos cursos de Letras/Inglês e Letras/LIBRAS do Câmpus Caraúbas, conforme Parecer CONSEPE/UFERSA N° 003/2016.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

**PARECER CONSEPE/UFERSA Nº 003/2016**

O **CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**, em sua 3ª **Reunião Ordinária de 2016**, realizada no dia 20 de abril de 2016, considerando o Memorando Eletrônico Nº 89/2016-CARAÚBAS e o Artigo 51, inciso XV, do Regimento Geral da UFRSA, aprova e propõe ao Conselho Universitário:

A alteração no ingresso dos seguintes cursos de graduação do Câmpus Caraúbas:

- Licenciatura em Letras/Inglês: alterar o número de vagas anuais de 80 para 40, ficando todas com ingresso no segundo semestre letivo, por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU.
- Licenciatura em Letras/LIBRAS: determinar que as 40 vagas anuais do curso tenham ingresso no primeiro semestre letivo, sendo 50% por meio do Sistema de Seleção Unificada – SiSU e 50% por meio de processo seletivo realizado pela Instituição, destinadas a surdos.

Encaminhe-se este Parecer ao Conselho Universitário para deliberação.

Mossoró-RN, 20 de abril de 2016.

  
**José de Arimatea de Matos**  
Presidente



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

**PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DAS LICENCIATURAS DO  
CÂMPUS CARAÚBAS E PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DO CURSO DE  
LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS**

**CARAÚBAS-RN  
2016**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA**

Profa. Dra. Elaine Cristina Forte Ferreira  
Presidente

Profa. Me. Monaliza Rios Silva  
Membro

Prof. Dr. Pedro Fernandes de Oliveira Neto  
Membro

Prof. Me. Pedro Felipe Martins Pone  
Membro

Prof. Dr. Vicente de Lima Neto  
Membro



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>DA PACTUAÇÃO MEC/ UFRSA - CÂMPUS CARAÚBAS.....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>DO PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DO CÂMPUS CARAÚBAS - LICENCIATURAS .....</b>	<b>6</b>
	2.1 Pactuação do MEC.....	6
	2.2 Distribuição das entradas discentes por curso.....	6
	2.3 Planejamento do funcionamento dos cursos de licenciatura.....	7
<b>3</b>	<b>DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA LICENCIATURA EM LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS .....</b>	<b>9</b>
	3.1 Da universidade .....	9
	3.2 Do Curso de Licenciatura Plena em Letras/ Português e suas respectivas literaturas .....	10
<b>4</b>	<b>JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS.....</b>	<b>14</b>
	4.1 Do atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região.....	14
	4.2 Da atração de novos recursos para a universidade .....	17
	4.3 Dos ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas.....	17
	4.4 Do baixo custo para a implementação do curso.....	22



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

4.5 A inserção da UFERSA no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona .....	23
4.6 A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da instituição .....	24
<b>5 SITUAÇÃO DOS CURSOS .....</b>	<b>25</b>
5.1 Corpo técnico-administrativo .....	27
5.2 Infraestrutura .....	27



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

## **1. DA PACTUAÇÃO MEC/ UFRSA – CÂMPUS CARAÚBAS**

Em novembro de 2010, foi firmada, na Secretaria de Educação Superior/ SESu/ MEC, a primeira pactuação acerca da distribuição de vagas no Câmpus Caraúbas. À ocasião, descreveram-se os cursos a serem ofertados na unidade da seguinte maneira:

- Bacharelado em Ciências e Tecnologia – 300 vagas
- 5 Engenharias com Terminalidades – 60 vagas cada (totalizando 300 vagas)
- Formação de Professores – 100 vagas

Após a plena implantação, seriam 1900 matrículas totalizadas, sendo 700 anuais. Entretanto, no decorrer do semestre de 2014.1, na iminência da implantação de outros dois cursos para cumprir a pactuação, o Câmpus Caraúbas decidiu, por plebiscito, que não mais deveriam ser implantadas duas engenharias, mas sim uma engenharia e uma licenciatura. Dessa forma, o Campus decidiu pela seguinte configuração:

- Bacharelado em Ciência e Tecnologia (300 vagas)
- 4 Engenharias com Terminalidades (240 vagas)
- 3 Cursos de Formação de Professores (160 vagas).

Essa nova configuração constitui ainda um respeito ao pacto de 2010, já que serão totalizadas as mesmas 700 vagas anuais. Nas páginas seguintes, apresentamos a distribuição de vagas dos três cursos de licenciatura e a proposta de implantação da licenciatura em Letras/ Português e suas respectivas literaturas.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN

## 2. DO PLANO DE OFERECIMENTO DE VAGAS DO CÂMPUS CARAÚBAS – LICENCIATURAS

### 2.1 Pactuação do MEC:

Bacharelado em Ciência e Tecnologia – 300 vagas

4 Engenharias com terminalidades – 60 vagas cada

3 Cursos de Formação de professores – 160 vagas

Totalizando 700 vagas.

### 2.2 Distribuição das entradas discentes por curso

No que toca às licenciaturas, entrarão 140 alunos pelo SISU e 20 alunos por vestibular realizado pela própria instituição, os quais serão distribuídos da seguinte maneira:

	Letras/ Português (INTEGRAL)	Letras/ LIBRAS (INTEGRAL)	Letras/ Inglês (INTEGRAL)
Entrada 1º Semestre (nº de alunos)	<b><u>40</u></b>	<b><u>40</u></b>	<b><u>00</u></b>
Entrada 2º Semestre (nº de alunos)	<b><u>40</u></b>	<b><u>00</u></b>	<b><u>40</u></b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

- **80 entradas anuais de Português** - Entrada de 40 alunos no primeiro semestre e de mais 40 no segundo.
- **40 entradas anuais de Letras/LIBRAS** - Entrada no primeiro semestre de 40 alunos, sendo 50% das vagas pelo SISU e 50% destinadas a surdos.
- **40 entradas anuais de Letras/Inglês** - Entrada no segundo semestre de 40 alunos

Pleiteia-se a modificação da forma de ingresso para o curso de Letras/ LIBRAS, pois possíveis candidatos surdos têm a mesma capacidade cognitiva, porém não a mesma capacidade linguística. A saber, a língua portuguesa é oral/ auditiva, enquanto a Língua de Sinais é visual/ motora. Tal dificuldade é reflexo de toda a sua vivência escolar, ocasionada pela subtração de um direito adquirido e previsto pela Lei nº 10.098/00 em que preconiza critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Com o escopo de proporcionar e fazer valer o princípio jurídico da isonomia consagrado em nossa Carta Política é que objetivamos oferecer a metade das vagas do curso para o SISU e a metade para um vestibular que contemple as particularidades linguísticas que os candidatos surdos estão imersos. Assim, implementa-se uma avaliação mais justa, reconhecendo o valor, importância e especificidades da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), outorgada pela Lei Nº 10.436/02, em que estabelece a LIBRAS como forma de comunicação e expressão da pessoa surda do Brasil.

### **2.3 Planejamento do funcionamento dos cursos de licenciatura**

Os três cursos de licenciatura serão ofertados em período INTEGRAL, de maneira que os cursos de Letras/ Inglês e Letras/ Libras terão entradas preferenciais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

interpoladas no turno noturno (40 Libras no primeiro semestre e 40 Inglês no segundo semestre), enquanto Letras/ Português terá as duas entradas ofertadas preferencialmente no turno vespertino. Como haverá uma disponibilidade integral, é flexível a oferta de componentes curriculares das licenciaturas no contraturno das entradas, como os de estágio, com vistas a atender a variados públicos. Dessa maneira, haverá um melhor gerenciamento dos espaços físicos do câmpus (salas de aulas, laboratórios etc.).

Além disso, a organização das entradas também auxilia a disposição da oferta dos componentes curriculares que são comuns aos três cursos, dando ao aluno a possibilidade de cursá-los com maior flexibilidade. Os componentes comuns são os seguintes:

	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60h
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	30h
Fundamentos Sócio-Filosóficos da Educação	60h
Didática	60h
Psicologia da Educação	60h
Introdução aos Estudos Linguísticos	60h
Linguística	60h



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

Teoria da Literatura I	60h
Teoria da Literatura II	60h
Teoria e Prática de Tradução*	30h
Português Instrumental*	60h
Pesquisa Aplicada à Língua e à Literatura	60h
Trabalho Conclusão de Curso (TCC)	120h
<b>TOTAL</b>	<b>780h</b>

\* Estes componentes são comuns apenas aos cursos de Letras/ Inglês e Letras/ LIBRAS.

### **3. DA PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA LICENCIATURA EM LETRAS / PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LICENCIATURAS**

#### **3.1 Da universidade**

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA – Câmpus Caraúbas foi criada através da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 010/2010 no dia 15 de julho de 2010. A ocupação das instalações próprias ocorreu no dia 06 de maio de 2013, localizada na RN 233, KM 01, Sítio Esperança II, Zona Rural, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN – Brasil. O Câmpus atualmente conta com um quadro de servidores que soma 79 docentes efetivos, 10 substitutos, 53 técnicos administrativos e cerca de 950 alunos com matrículas ativas em seus seis cursos implantados. A UFERSA em



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

Caraúbas cresce e se consolida no cenário da educação superior no Médio Oeste Potiguar, como um Polo de oportunidades dentro do ensino superior de qualidade, oferecendo até o momento seis cursos de graduação e uma pós-graduação “Posensino”, sendo as graduações quatro na área tecnológica: (Bacharelado em Ciência e Tecnologia diurno e noturno, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica e Engenharia Civil) e dois na área humanista (Licenciaturas em Letras Inglês e Letras / LIBRAS) e a pós-graduação na área da Educação.

**3.2 Do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português suas respectivas literaturas (número de docentes, objetivo)**

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português suas respectivas literaturas encontra-se em fase de implantação no plano de expansão dos cursos de nível superior oferecidos pela Universidade Federal Rural do Semi-árido; estará alojado no Câmpus Caraúbas e terá atuação junto às demais licenciaturas já em funcionamento, Letras / LIBRAS e Letras / Inglês. Trata-se de uma decisão acordada entre os professores do Câmpus Caraúbas conforme registrada nos anais dessa instituição. Foi aceite como proposta mais viável no âmbito das demandas para a formação de professores na região do médio oeste potiguar, que sedimenta a relevância do curso para a sociedade, além da importância para a instituição, a partir da afinidade que mantém com os demais cursos ofertados no Câmpus Caraúbas, no intuito de ampliá-los e fortalecê-los. Como um dos elementos da “formação humanística” conforme registro no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, o curso se apresenta também dentro de uma proposta de intervenção, junto à ampliação dos pilares da pluralidade de formação requerida para uma universidade; em sintonia com este documento, o Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

respectivas literaturas visa a ser um espaço de produção e difusão no campo da educação superior da região em que está situada, preparando profissionais qualificados, a fim de atender às demandas sociais necessárias.

O Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português e suas respectivas literaturas busca formar professores competentes, em termos de (in) formação e autonomia, capazes de lidar de forma sistemática, reflexiva e crítica com temas e questões relativos a conhecimentos linguísticos e literários, em diferentes contextos de oralidade e escrita. E com essa proposta pretende oferecer condições de modo a garantir que o perfil do egresso de Letras contemple a interface ensino/pesquisa, respeitando-se as particularidades da habilitação no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos.

Assim, não se pretende formar um professor de Língua Portuguesa e de suas Literaturas dissociado da pesquisa, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A busca pela promoção de ações didáticas, articulando ensino e pesquisa no âmbito da licenciatura, procura garantir que os futuros profissionais estejam preparados para lançar um olhar teórico para sua prática em sala de aula, que sejam preparados para trabalhar com a linguagem em suas mais variadas formas.

O curso propõe-se a:

(i) oferecer uma formação sólida nas áreas de língua e literatura, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão e incentivando a articulação com outros cursos de licenciatura que fortaleçam a identidade docente e com a pós-graduação na área;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

(ii) criar oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da autonomia do aluno quanto à resolução de problemas, tomada de decisões, trabalho em equipe, comunicação, organizados pelo princípio da interdisciplinaridade.

O **objetivo geral** do curso é formar professores da área da Língua Portuguesa e de suas Literaturas competentes para a ação pedagógica de professor/pesquisador, envolvido politicamente com ações que o dimensionem numa perspectiva humanística, científica e cultural, consciente de seu papel de orientador da aprendizagem, com posicionamento crítico a respeito de si próprio e da realidade circundante.

Como **objetivos específicos**, o referido curso, tendo em vista a multiplicidade de papéis que o licenciado poderá exercer em sua profissão, pretende desenvolver no aluno:

1. a capacidade de compreender os aspectos da linguagem, sobretudo a linguagem verbal, nas modalidades escrita e oral de uma língua, à luz de diversas teorias, sem o aprisionamento teórico a determinados modelos, numa perspectiva ampla que contemple as mais recentes pesquisas no campo das linguagens, sem esquecer os modelos clássicos que lhes deram origem;

2. a capacidade de aplicar esses conhecimentos a problemas de ensino/aprendizagem, numa perspectiva que contemple o texto e o discurso, na sua diversidade de gêneros textuais, como motivadores do estudo da língua;

3. a capacidade de desenvolver pesquisas no campo da linguagem, direcionadas para o ensino, viabilizando um exercício humanista que considere o educando como sujeito de seu espaço e de seu tempo;

4. a capacidade de serem mediadores entre o conhecimento e seus futuros estudantes considerando-se agentes transformadores da realidade e engajados numa dimensão política;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

5. o domínio ativo e crítico de um repertório representativo das obras literárias da língua (para cujo ensino está habilitado);

6. a capacidade de reflexão sobre a linguagem na sua forma estética: a Literatura;

7. o domínio dos conhecimentos histórico e teórico necessários para a compreensão das condições que tornam o texto Literatura;

8. o domínio da terminologia técnica das Áreas de Língua, Linguagens, Literatura, Linguística e da Semiótica, por meio das quais se possa discutir a fundamentação desses conhecimentos;

9. a capacidade de operar, no papel de professor/pesquisador, com as diferentes manifestações da linguagem, sendo usuário, como educador, da norma culta;

10. a capacidade de formar leitores críticos, bem como produtores de textos dos mais diversos gêneros, fomentando o desenvolvimento de habilidades linguísticas, estéticas e culturais;

11. o domínio de múltiplos interesses culturais, nas perspectivas da interdisciplinaridade, no diálogo sempre aberto às mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo de áreas afins.

Além desses, o Curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas, tem os seguintes objetivos:

1. formar um profissional com uma visão crítica sobre o ensino da Língua Portuguesa, através do desenvolvimento das competências de caráter humanista, linguística e cultural e com uma sólida formação alicerçada na pesquisa educacional;

2. construir conhecimentos científicos, despertando o senso crítico do graduando, numa perspectiva profissional, de forma que seja intérprete e produtor de textos de diferentes gêneros;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

3. integrar a comunidade/escola no processo didático-pedagógico-cultural;
4. valorizar a produção do conhecimento construído, através das pesquisas educacionais, fomentando o desenvolvimento das habilidades linguística, cultural e estética;
5. desenvolver competências para a pesquisa e a extensão, levando em consideração a pluralidade de linguagens;
6. estimular a produção científica dos estudantes;
7. capacitar o graduando para desempenhar o papel de multiplicador, pesquisador e leitor crítico de diferentes teorias que poderão subsidiar o ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa e de suas respectivas Literaturas.

Em fase de implantação o designado para o início do curso no que se refere à estrutura profissional docente é de dez (10) códigos de vagas, já disponíveis conforme registrado nas discussões para aprovação dos novos cursos no Câmpus Caraúbas, sendo que o grupo já em exercício nas licenciaturas de Letras/LIBRAS e Letras/Português, dispõe de quatro (4) professores comuns, sendo dois de Linguística, um de Literatura e um da área de Educação, capazes de, num primeiro momento, atenderem as demandas iniciais de implantação do curso, visto que, são de formação do tronco comum às licenciaturas em Letras.

#### **4 JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/ PORTUGUÊS E SUAS RESPECTIVAS LITERATURAS**

O curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas na UFERSA Caraúbas pode ser defendido a partir de seis argumentos básicos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN

#### 4.1 Do atendimento à demanda de professores de Português e Literatura na região

Revimos ainda aqui a questão da ampla demanda para região em Letras/ Português, cujo mercado de trabalho ainda nutre altos índices de deficiência, sendo a atuação em sala de aula desenvolvida por ampla quantidade de profissionais não qualificados para esse fim. O profissional de Letras/ Português é habilitado para ministrar aulas desde o Ensino Fundamental II, contando, portanto, com um extenso campo de atuação.

A despeito da existência de cursos de Letras/ Português na região (Patu, Pau dos Ferros, Mossoró e Assú), a licenciatura na cidade de Caraúbas contemplaria a demanda existente em municípios limítrofes, os quais os *campi* acima possivelmente não dão conta, Olho-d'Água do Borges, Governador Dix-Sept Rosado, Janduís, Felipe Guerra, Umarizal, Campo Grande, todos na microrregião de Apodi. Mas, é preciso atentar, não apenas para uma maior oferta de formação de qualidade, como para uma leitura dos dados sobre a educação básica a fim de que pensemos na possibilidade de criação de novos nichos, novos enfoques de atuação e novas possibilidades de formação acadêmica de qualidade no sentido de se alcançar uma ideal e efetiva valorização do profissional de Língua Portuguesa. Os dados locais se configuram numa mostra que reflete a posição em defasagem do Rio Grande do Norte nessa área e se insere como frente no lento processo de reorganização do Brasil sobre demandas pela oferta de educação de qualidade. Segundo os últimos índices do IDEB (2013), o estado do Rio Grande do Norte não atingiu a meta nem nas séries iniciais e nem nas séries finais, como se vê abaixo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN



Séries Iniciais

Séries Finais

Fonte:

<http://educacao.uol.com.br/noticias/2014/09/05/ideb-2013-consulte-a-nota-do-seu-estado-e-veja-se-ele-atingiu-meta-do-mec.htm>

Especificamente em Caraúbas, onde há 7 escolas municipais ranqueadas no IDEB, nenhuma delas atingiu o índice alcançado pelo estado do RN.

INSTITUIÇÃO	IDEB OBSERVADO 2013 Séries iniciais	IDEB OBSERVADO 2013 Séries finais
E M JONAS GURGEL	3.8	4.0
E M FRANCISCO DE SOUSA JÚNIOR	*** (Sem Média na Prova Brasil)	2.2
E M PROF LEONIA GURGEL FERNANDES DE AZEVEDO	3.5	2.7
UNIDADE III APRONIANO MARTINS DE AS	***	3.1

Evidentemente trazer a licenciatura em Letras-Português para o município não é garantia de que o IDEB irá aumentar, mas, com as políticas públicas atuais voltadas



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

para programas de formação de professores, as chances de sucesso são ainda maiores, principalmente quando contamos com programas que levam os alunos para dentro das escolas, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e extensões voltadas para a formação de professores que serão viáveis a partir da implantação do curso. É sobre estas possibilidades que centramos nosso próximo ponto.

#### **4.2 Da atração de novos recursos para a universidade**

A proposta de mais uma licenciatura para o Câmpus Caraúbas pode significar mais recursos para a universidade, a partir de investimentos direcionados, especificamente às licenciaturas. Dentre os possíveis benefícios que a UFERSA pode ter, estão:

##### **a) Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR)**

Este plano funciona como um programa emergencial para atender o disposto no artigo 11, inciso III do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 e consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior, gratuita e de qualidade, para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que estes profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País.

##### **b) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID)**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

Este programa é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica. O programa concede bolsas a alunos de licenciatura, participantes de projetos de iniciação à docência, desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino. Dentre os principais objetivos, estão:

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar para a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem.

O PIBID é uma das principais estratégias que a universidade terá para combater o baixo índice do IDEB em Caraúbas e região. A proposta é que se comecem atendendo as escolas do município e, depois, as da microrregião.

**c) Programa de pós-graduação *stricto sensu***

A abertura do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas favorecerá a construção do **Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), formação que** tem como objetivo, a médio prazo, a capacitação de professores do ciclo de educação básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio) no ensino de língua portuguesa em todo o território nacional. Embora as habilitações atualmente sejam em Língua Inglesa e LIBRAS, o corpo docente já conta, atualmente,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

com 6 doutores, sendo 3 em Linguística, 1 em Literatura, 1 em Ciências Sociais e 1 em Educação; 4 doutorandos, sendo dois em Literatura e dois em Linguística. A previsão, portanto, é que, no máximo em dois anos, tenhamos 9 doutores em Linguística, Literatura e Educação, o que possibilita, a médio prazo, a abertura dessa pós-graduação no Câmpus Caraúbas. Os professores da região do médio oeste potiguar que ministram Língua Portuguesa terão mais possibilidades de qualificação, o que aumentará a qualidade de sua formação e desempenho como professores no ensino de língua no Estado.

A experiência para criação de um programa dessa natureza está na pós-graduação já em funcionamento, o Programa de Pós-graduação em Ensino (POSENSINO), produto da associação ampla entre a UFERSA, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERJ) e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN). Dessa associação, três professores dos cursos de Letras em Caraúbas constituem o programa, o que faz com que, em virtude da verticalização dos cursos de pós e do aproveitamento do corpo docente da graduação para a pós-graduação, sejam necessários mais códigos de vaga para dar conta dessas ausências. Seguindo o curso natural da carreira acadêmica, na qual professores migram para as pós-graduações, é necessário um aumento de código de vagas para suprir essa demanda.

Nesse âmbito, nasce a possibilidade, além do PROFLETRAS, também de criação de um programa de pós-graduação *stricto sensu* na área de Letras.

**d) Projetos de Extensão voltados para a escola e formação de professores**

Um dos elementos básicos do tripé que sustenta a universidade, a Extensão, terá grande importância na vida social da região, já que, com a implementação do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas será mais viável desenvolver



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

projetos voltados para a escola: aulas de Língua Portuguesa e de Literatura para ensino médio em preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), cursos de formação de professores e realização de cursos de produção e escrita de textos com vistas a atender a demanda dos cursos de Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BCT), dos alunos das licenciaturas já implantadas (Letras/LIBRAS, Letras/Inglês) estão entre as prioridades.

**e) Aumento dos códigos de vagas**

O Ministério da Educação tem priorizado a formação de professores e têm cedido códigos de vagas com mais facilidade para as licenciaturas. Se isso acontecer, é possível, inclusive, remanejar algumas dessas vagas, originalmente destinadas às licenciaturas, para as engenharias da UFERSA/Caraúbas, já que muitos professores do curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas podem atuar como emprestados ao BCT, por exemplo, em vez de haver a necessidade de preenchimento de uma vaga neste curso para o componente curricular de Análise e Expressão Textual.

**4.3 Dos ganhos que o curso trará para a comunidade acadêmica e para a cidade de Caraúbas**

**a) Da integração das licenciaturas com as engenharias na formação profissional e do interesse pela área de Língua Portuguesa e Literaturas**

Oferecer uma Licenciatura e uma Engenharia permitirá tanto alavancar a ideia do Polo Tecnológico, quanto a do Centro de Línguas para o referido câmpus, tendo em



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

vista que a própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) reconhece que os componentes curriculares na Área Linguística, Letras e Artes contemplam a Subárea Linguagem e suas Tecnologias, para os componentes curriculares de uma IES. De acordo com o site da CAPES, “Em 23 de janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes, após a decisão do Conselho Superior em sua 44<sup>a</sup> reunião, de 5 de dezembro de 2007, alterou no âmbito da Capes, a configuração original da Tabela, criando a **Grande Área Multidisciplinar** e, dentro dela as áreas Interdisciplinar, Ensino de Ciências e Matemática, Materiais e Biotecnologia. Além disso, criou dentro da área Interdisciplinar, **as subáreas** Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia Tecnologia / Gestão; Saúde e Biológicas; e **Sociais e Humanidades**” (grifos nossos). Desta forma, ao somar os conhecimentos advindos de ambas as áreas já presentes neste *Campus*, entendemos que as atividades acadêmicas caminharão juntas.

A possibilidade de atrair alunos que têm interesse pela área de estudos de língua e literatura vernáculas, pois alguns alunos da região, que optaram por Letras/Inglês, têm como desejo inicial cursar Letras/Português e suas respectivas literaturas. Além disso, acreditamos que este curso proporcionará mais oportunidade de emprego para as pessoas da região, principalmente para as que não pretendem sair de Caraúbas, pois, como sabemos, há grande possibilidade de trabalho na região para as pessoas formadas em Letras/Português e suas respectivas literaturas. Os dados da Secretaria de Educação do Município podem comprovar que existem apenas 8 professores de língua portuguesa efetivos no município.

**b) O que representa um curso dessa natureza numa instituição como a UFERSA-Caraúbas**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

Através da criação de mais uma licenciatura, teremos mais profissionais qualificados para atender às demandas local e regional. Nesse sentido, convém pensar sobre o diferencial que representa uma formação de nível superior numa universidade pública federal e a necessidade de formação profissional adequada como requisito para justificar um espaço com melhor qualidade na formação básica (uma vez que é papel da universidade priorizar não apenas o nível de formação superior, mas ser aliada nos demais níveis de educação) e na de todos os demais profissionais que integram o câmpus de Caraúbas.

E isso não é fato distante, uma vez que os professores do Curso de Letras / Inglês, por exemplo, já demonstram como esse trabalho pode ser feito ao colocaram em seu Plano de Trabalho atividades como Cursos de Extensão para técnicos, docentes e discentes. Esses cursos oferecidos pelos professores de Inglês já são 4 e, além disso, já foi concluído uma primeira ação de extensão sobre produção textual, entre 2014.2 e 2015.1, que visa a ajudar alunos dos cursos de graduação do câmpus Caraúbas (BCT; Letras; Engenharias) a produzirem textos variados, principalmente acadêmicos, com mais eficácia. A tendência é que esse curso seja permanente na instituição em curto prazo.

#### **4.4 Do baixo custo para implementação do curso**

A opção por um curso de Letras/ Português também é mais barata por dois motivos: o primeiro é o baixo valor a ser gasto com infraestrutura; o segundo é a não necessidade de contratação de serviços técnicos especializados ou de mais professores do que o previsto. Vejamos:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

**Infraestrutura:** O que é desejável no que diz respeito à infraestrutura para o funcionamento do curso é o uso dos mesmos laboratórios já conseguidos pelas outras duas licenciaturas do Campus e ampliação de acervo bibliográfico. Em suma, na possibilidade do Curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas, a estrutura utilizada será comum aos três cursos de Letras, o que não gerará mais custos infraestruturais.

**Códigos de vagas:** Embora possam ser distribuídos 10 códigos de vaga para a licenciatura que chegará, já existem, no corpo docente dos cursos de Letras/ Inglês e Letras/ LIBRAS, 5 professores comuns, sendo 2 de Linguística, 1 de Literatura e 2 da área de Educação, além de um sexto que já está aprovado em concurso. Por se tratar de três licenciaturas em Letras que diferem nas habilitações, mas têm um núcleo comum, já existe um sólido corpo docente que poderá transitar nos três cursos, em virtude de haver, pelo menos, 11 componentes curriculares que pertencem aos três cursos, como já explicado no item 2.3.

#### **4.5 A inserção da UFERSA no âmbito das políticas de intercâmbio com outros países e com a comunidade Lusófona**

A crescente atuação internacional do Brasil e sua frente no processo de reconstrução dos países em África tem levado o investimento em políticas de intercâmbio e cooperação com universidades desse continente falantes de Língua Portuguesa e com outras universidades que se dedicam ao estudo do idioma e da cultura. Nesse âmbito, vários são os programas de atuação e cooperação acadêmica assumidos entre universidades integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e universidades estrangeiras. Além do Programa Ciências sem



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

Fronteiras, que recentemente abriu oportunidades para a área de Humanidades, é possível trabalhar com a proposição de projetos vinculados a editais específicos com custeio da CAPES, como Edital CAPES/AULP Pró-mobilidade Internacional, e outros direcionados para instituições de ensino superior em países africanos, Portugal e Macau; além disso, há planos de integração de atuação fomentados pela CPLP, pela Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O curso de Letras/Português e suas respectivas literaturas oportuniza essa realização, o que significa ampliação e fortalecimento da relação institucional da UFERSA com outras universidades no Brasil e sua internacionalização. A criação do curso em questão ampliará a atuação da Instituição em programas como o Idiomas sem Fronteiras, pois, além de termos inúmeros ganhos para a comunidade acadêmica com o ISF – Inglês, será possível termos também oportunidades com o ISF – Português.

**4.6 A constituição do primeiro centro de línguas da UFERSA, o fortalecimento das bases para outros cursos possíveis e ampliação da área atuação da Instituição.**

O Curso de Letras/ Português e suas respectivas literaturas seria a base que sustentaria um Centro de Línguas para a UFERSA. A proposta, portanto, seria a de solidificar o Centro e prepará-lo para a contemplação de outras línguas e outros cursos de áreas afins das Ciências Humanas e Artes, como Artes Cênicas, Música, Sociologia etc., fazendo do câmpus, a longo prazo, um Instituto de Educação, Letras e Artes.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

## **5 SITUAÇÃO DOS CURSOS**

Com a chegada do curso de Letras/ Português, ter-se-ão garantidos 32 (trinta e dois) códigos de vaga para o funcionamento dos cursos, sendo 10 para Letras/ Libras; 10 para Letras/ Inglês e 12 para Letras/ Português, todos pertencentes ao regime de trabalho de Dedicção Exclusiva (DE), além do compartilhamento de espaço físico que caracterizará as licenciaturas. Destes supracitados códigos, 17 deles já estão lotados no câmpus e atuando no ensino, na pesquisa e na extensão. A listagem dos professores será apresentada a seguir, nas tabelas 1 e 2.

<b>Ordem</b>	<b>Nome/docentes LETRAS/LIBRAS</b>	<b>Titulação</b>
<b>1.</b>	<b>Gisele Pereira Gama Garcia</b>	<b>Especialização</b>
<b>2.</b>	<b>Isabelle Pinheiro Fagundes</b>	<b>Especialização</b>
<b>3.</b>	<b>Vanessa de Oliveira Carvalho</b>	<b>Mestrado</b>
<b>4.</b>	<b>João Batista Neves Ferreira</b>	<b>Especialização</b>
<b>5.</b>	<b>Luciana Dantas Mafra</b>	<b>Doutorado</b>
<b>6.</b>	<b>Maria Márcia Fernandes de Azevedo</b>	<b>Especialização</b>
<b>7.</b>	<b>Niáscara Valesca do Nascimento</b>	<b>Mestrado</b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

	<b>Souza</b>	
<b>8.</b>	<b>Vicente de Lima Neto</b>	<b>Doutorado</b>
<b>9.</b>	<b>Concurso</b>	
<b>10</b>	<b>Concurso</b>	

Tabela 1: Constituição do corpo docente de Letras/ Libras

<b>Ordem</b>	<b>Nome/docentes LETRAS/INGLÊS</b>	<b>Titulação</b>
<b>1.</b>	<b>Carlos Roberto Rodrigues Barata Júnior</b>	<b>Mestrado</b>
<b>2.</b>	<b>Diêgo César Leandro</b>	<b>Mestrado</b>
<b>3.</b>	<b>Elaine Cristina Forte Ferreira</b>	<b>Doutorado</b>
<b>4.</b>	<b>Katiene Rosy Santos do Nascimento</b>	<b>Mestrado</b>
<b>5.</b>	<b>Lígia de Souza Leite</b>	<b>Mestrado</b>
<b>6.</b>	<b>Pedro Felipe Martins Pone</b>	<b>Mestrado</b>
<b>7.</b>	<b>Pedro Fernandes de Oliveira Neto</b>	<b>Doutorado</b>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

<b>8.</b>	<b>Sandra Maria Araújo Dias</b>	<b>Doutorado</b>
<b>9.</b>	<b>Simone Maria da Rocha</b>	<b>Doutorado</b>
<b>10.</b>	<b>Docente já aprovado em concurso</b>	

Tabela 2: Constituição do corpo docente de Letras/ Inglês

Quanto aos 12 (doze) professores que serão lotados no curso de Letras/ Português, o perfil esperado é o de que tenham o título de Doutor, quando da abertura dos concursos.

### **5.1 Corpo técnico-administrativo**

O corpo técnico-administrativo da UFERSA - Câmpus Caraúbas conta atualmente com 53 funcionários, dos quais 01 técnica e 01 assistente respondem por uma secretaria das licenciaturas, além de uma secretária executiva do NUCLI.

### **5.2 Infraestrutura**

Em termos de estrutura física e tecnológica, o curso de Letras / Português e suas respectivas literaturas contará com os mesmos espaços destinados às duas licenciaturas em funcionamento na UFERSA - Câmpus Caraúbas, que são: a Biblioteca do câmpus, 02 Laboratórios de Informática, sala do Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura (NUPELL) e Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e de Literatura (LAELL), além das salas dos professores para atendimento individualizado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

**a) Biblioteca**

A Biblioteca Câmpus Caraúbas faz parte do Sistema de Bibliotecas da UFERSA e é a base principal para sustentação das atividades de ensino e pesquisa dos cursos de Letras. Isso porque grande parte do material de formação do corpo profissional é proveniente do conhecimento dos livros e da integração com outras bases acadêmicas através dos sistemas de comunicação informatizados mas como e do aproveitamento do espaço físico da biblioteca como base para o estudo e de construção do pensamento. A necessidade para a consolidação plena dessa relação deverá ser suprida pelo abastecimento com livros básicos, complementares e gerais dos programas de cada componente curricular, da aquisição de periódicos impressos e eletrônicos e a revisão constante e contínua dessa bibliografia. Atualmente, conforme dados fornecidos pela BCC, constam 4 mil volumes para empréstimos à demanda total do câmpus.

**b) Laboratórios de informática**

Os dois laboratórios de informática existem para atender as demandas de alunos e professores da UFERSA - Câmpus Caraúbas. Está, atualmente, estruturado conforme descreve a tabela seguinte:

**Equipamentos disponíveis nos laboratórios de informática**

<b>Material/Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Cadeira	21
Computadores	20



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN

Bancada de computadores	02
Ar condicionado	02
Quadro branco	01

c) Sala de Pesquisa

A estrutura física da sala de Núcleo de Pesquisa em Língua e Literatura está construída e necessita da disposição dos equipamentos para o seu funcionamento; este é um espaço destinado a atender grupos de alunos (por exemplo, os de iniciação científica e de iniciação à docência), e de professores das três licenciaturas que estejam desenvolvendo suas pesquisas.

**Material e equipamentos necessários à sala de pesquisa**

Material/Equipamento	Quantidade
Mesa redonda	06
Cadeira ergonômica	25
Quadro digital	01
Projeter digital	01
Caixa de som	01
Tela de projeção	01
Computador com acesso à internet e impressora	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02
Câmera filmadora HXR-MC2000 com zoom óptico de 12x – sensor	



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**Câmpus Caraúbas / RN**

CMOS Exmor R, gravação em Full HD (1080X1920), 64Gb de memória interna, lente zeiss.	01
Tripé Manfotto 502hd/055xb	01
Tripé Profissional com Altura até 1,82 cm – Vivitar – Vivvpt6072	01

c) Laboratório de apoio ao ensino de Língua e de Literatura

O objetivo desse laboratório é do ensino especializado de língua e de literatura. Sua estrutura física também está construída e necessita da disposição dos equipamentos para o seu funcionamento.

**Equipamentos/Materiais para o Laboratório**

<b>Material/Equipamento</b>	<b>Quantidade</b>
Computador com acesso à internet	26
Cadeira ergonômica	26
Fone de ouvido com microfone acoplado	26
Quadro digital	01
Projetor digital	01
Tela de projeção	01
Impressora	01
Caixa de som	01
Armário com chave	02
Ar condicionado	02

d) Salas de professores



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
Câmpus Caraúbas / RN**

Os cursos de Licenciatura em Letras contam com um bloco de 35 salas, copa, 02 banheiros e 01 auditório. Cada sala abriga 02 professores e está equipada com armários (02), balcão (01), cadeiras (04) e computador (02). O restante da estrutura é destinada à secretaria (01 sala), ao Programa Idiomas Sem Fronteiras - ISF (01 sala), e aos intérpretes de Letras/LIBRAS (02 salas).

e) Idiomas Sem Fronteiras (ISF)

O ISF é um programa de formação de professores de línguas, desenvolvido pelo Ministério da Educação, que tem como objetivo incentivar o ensino de línguas no contexto universitário, visando à internacionalização. Atualmente a UFERSA foi contemplada pelo programa com atividades pedagógicas relacionadas aos idiomas de inglês, francês e português. Este programa se organiza a partir de três ações básicas: aplicação de testes de nivelamento, no qual atualmente é utilizado o TOEFL ITP; curso denominado de *My English Online (MEO)*; e o Núcleo de Línguas (NUCLI), cuja coordenação está lotada no câmpus Caraúbas.

O NUCLI é constituído por uma equipe de nove servidores que atendem aos quatro câmpus da UFERSA, sendo três em Caraúbas (duas docentes e uma secretária executiva). Em relação à infraestrutura do núcleo neste câmpus, ela é composta por três salas, sendo uma secretaria, uma coordenação (ISF-Inglês e ISF-Português) e uma sala de aula.

Caraúbas, 17 de março de 2016.



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
**4ª Reunião Ordinária de 2016**

## **4º PONTO**

Apreciação e deliberação sobre minuta de Edital PROEC de Apoio a Programas e Projetos de Extensão, encaminhada por meio do Memorando Eletrônico Nº 17/2016- PROEC.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 17/2016 - PROEC (11.01.06)  
(Identificador: 201638783)**

**Nº do Protocolo: 23091.002997/2016-84**

**Mossoró-RN, 24 de Março de 2016.**

**SECRETARIA DE ORGÃOS COLEGIADOS**

**Título: minuta edital de programas e projetos**

Senhora Secretária,

1. Envio em anexo minuta de edital de financiamento de programas e projetos de extensão aprovada na segunda reunião extraordinária do Comitê de Extensão e Cultura para apreciação do CONSUNI.

Respeitosamente,

*(Autenticado em 24/03/2016 14:56)*  
FELIPE DE AZEVEDO SILVA RIBEIRO  
PRO-REITOR - TITULAR  
Matrícula: 1670609

Copyright 2007 - Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - UFERSA



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

**MINUTA DO EDITAL PROEC Nº XX/2016  
APOIO A PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO**

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), no uso de suas atribuições legais, torna público o presente Edital de seleção pública para apoio a Programas e Projetos de Extensão, aberta à participação da comunidade universitária desta instituição, de acordo com as condições definidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

O presente Edital tem como finalidade apoiar Programas e Projetos de Extensão coordenados por servidores no âmbito da Universidade.

**2. DEFINIÇÕES**

2.1. Todos os Programas e Projetos a serem submetidos no âmbito deste Edital deverão ser elaborados de acordo com a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 002/2012, de 22 de março de 2012, que dispõe sobre a implementação e estabelecimento de normas que regulamentam o Programa Institucional de Extensão na Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

2.1.1. Os Programas de Extensão devem ser entendidos como o conjunto de ações coerentemente articuladas ao ensino, à pesquisa e/ou produção cultural, integradas às políticas institucionais da Universidade e direcionadas às questões relevantes da sociedade, com caráter estruturante, regular e continuado.

2.1.2. São considerados Projetos de Extensão Universitária, propostas de atuação na realidade social, de natureza acadêmica, com caráter educativo, social, artístico, cultural, científico ou tecnológico, e que cumpram os preceitos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas de forma sistematizada.

**3. AREAS TEMÁTICAS**

As propostas devem estar enquadradas de acordo com a classificação das áreas temáticas de ações de extensão tendo por referência as orientações do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, a saber: (1) Comunicação; (2) Cultura; (3) Direitos Humanos; (4) Educação; (5) Meio Ambiente; (6) Saúde; (7) Tecnologia e Produção; (8) Trabalho.

**4. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE**

4.1. As propostas devem ter caráter extensionista bem definido, de acordo com a RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 002/2012, de 22 de março de 2012.

4.2. A proposta deverá obrigatoriamente conter um coordenador e um vice-coordenador. O vice-coordenador deverá estar habilitado a assumir a coordenação geral da proposta no caso de ausência ou desistência do coordenador inicial. Ambos devem estar com os Currículos na Plataforma Lattes do CNPq atualizados e se encontrarem adimplentes, técnica e financeiramente junto a UFERSA;

4.3. Cada proponente só poderá apresentar uma única proposta na condição de coordenador, devendo ser obrigatoriamente Servidor Docente ou Técnico Administrativo do quadro efetivo da UFERSA, segundo art. 18, da RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 002/2012, de 22 de março de 2012.

4.4. A equipe técnica das propostas poderá ser constituída por servidores docentes, servidores técnicos e discentes da UFERSA. Outros profissionais poderão integrar a equipe na qualidade de colaboradores.

4.5. As propostas apresentadas na categoria programa devem atender ainda aos seguintes requisitos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

1 4.5.1. Envolver obrigatoriamente membros de pelo menos duas unidades acadêmicas da  
2 Ufersa (departamento ou campus)

3 4.5.2. Comprovar a existência de pelo menos três ações de extensão (programas ou projetos)  
4 finalizadas ou em vigência nos quatro últimos anos, relacionadas a proposta

5  
6 **5. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

7 5.1. Serão concedidos apoio financeiro e quotas de bolsas de extensão para a realização dos  
8 programas e projetos de extensão com verba proveniente dos recursos da Ufersa na seguinte  
9 ordem:

<b>Recursos da PROEC</b>	<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
(custeio e capital)	2016	R\$ 260.550,00
	2017	R\$ 360.000,00
	2018	R\$ 260.550,00

10 5.2. As propostas de programas poderão concorrer ao financiamento de até R\$ 15.000,00 e até  
11 07 cotas de bolsas por mês durante a vigência da proposta aprovada neste edital.

12 5.3. As propostas de projetos poderão concorrer ao financiamento de até R\$ 8.000,00 e até 03  
13 cotas de bolsa por mês durante a vigência da proposta aprovada neste edital.

14 5.4. Serão financiados até 05 (cinco) programas e até 10 (dez) projetos. Havendo recursos  
15 remanescentes serão financiados mais projetos, obedecendo a ordem de classificação até o limite  
16 orçamentário.

17 5.5. O valor mensal da Bolsa PIBEX será de R\$ 400,00 (quatrocentos reais)

18 5.6. As propostas que forem submetidas com valores acima dos limites serão automaticamente  
19 desclassificadas.

20 5.7. As propostas serão executadas de acordo com a disponibilidade orçamentária da Ufersa

21  
22 **6. ITENS FINANCIÁVEIS**

23 6.1. A proposta poderá pleitear recursos financeiros somente em um ou mais dos itens a seguir:

- 24 a) Material de consumo;
- 25 b) Diárias e Passagens (não se aplica a alunos em nenhuma hipótese);
- 26 c) Transporte oficial da universidade;
- 27 d) Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica;
- 28 e) Equipamentos e material permanente até o limite de 30% do valor total da proposta;
- 29 f) Bolsa de extensão;
- 30 g) Auxílio financeiro a estudante - Para participação em atividades do programa ou projeto que  
31 sejam realizadas fora do campus do aluno e que exijam gastos como inscrição, transporte,  
32 hospedagem e alimentação.

33 6.2. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

1 **7. CRONOGRAMA**

Evento	Data limite
Publicação do Edital na página da UFERSA	01/04/2016
Submissão das propostas via SIGAA	29/04/2016
Análise das propostas pelos avaliadores ad hoc	29/05/2016
Publicação do resultado provisório	06/06/2016
Prazo limite para interposição de recursos	08/06/2016
Publicação do resultado final	14/06/2016
Início da implementação das propostas aprovadas	01/07/2016

2

3

3 **8. VIGÊNCIA**

4

8.1. 7.1 Os programas de extensão aprovados e contemplados com recursos poderão ter sua vigência estabelecida entre julho de 2016 e dezembro de 2018.

5

6

8.2. 7.2 Os projetos de extensão aprovados e contemplados com recursos poderão ter sua vigência estabelecida entre julho de 2016 e dezembro de 2017.

7

8

9

9 **9. APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS**

10

9.1. As propostas devem ser enviadas através da ferramenta de programas ou projetos no módulo de extensão do SIGAA, contendo pelo menos os seguintes itens:

11

12

i. Identificação da proposta;

13

ii. Descrição do principal problema a ser resolvido;

14

iii. Objetivos e metas a serem alcançados;

15

iv. Público-alvo, relevância e impacto da proposta para a comunidade;

16

v. Metodologia a ser empregada;

17

vi. Produto, processo ou resultado esperado na conclusão da ação;

18

vii. Cronograma de execução das atividades;

19

viii. Indicação e descrição de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outras instituições públicas e/ou privadas com a devida comprovação formal;

20

21

ix. Descrição da disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do Programa/Projeto.

22

23

x. Plano de atividades a ser desenvolvido por cada bolsista, descrevendo o perfil do candidato.

24

xi. Orçamento detalhado dos itens solicitados.

25

26

26 **10. CRITÉRIOS DE INELEGIBILIDADE**

27

10.1. As propostas submetidas fora do prazo estabelecido, ou que não tiverem servidor efetivo da Ufersa como coordenador e vice-coordenador, ou que tiverem orçamento solicitado acima do máximo permitido dentro do limite estabelecido, ou ainda que solicitarem itens não financiáveis por este edital serão automaticamente desclassificadas.

28

29

30

31

32

10.2. Caso o mesmo servidor envie mais de uma proposta na condição de coordenador, apenas a última proposta submetida dentro do prazo estabelecido no cronograma será considerada para análise.

33

34

35

36

36 **11. CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO**

37

38

11.1. As propostas serão classificadas dentro de cada Faixa de acordo com os critérios a seguir:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

Item	Critérios de Classificação	Peso	Nota	Pontuação
1	Impactos na formação profissional dos discentes com atividades da ação vinculadas ao projeto pedagógico dos cursos envolvidos (componentes curriculares relacionados).	2,0	0 a 5	
2	Adequação dos resultados esperados, considerando o número de pessoas a serem capacitadas e outros impactos previstos, em convergências com as políticas extensionistas.	2,0	0 a 5	
3	Adequação técnica da proposta às linhas temáticas, demonstrando o conhecimento da problemática, a justificativa, a relevância e o impacto da proposta para a comunidade.	2,0	0 a 5	
4	Produto, processo ou resultados esperados na conclusão da ação.	2,0	0 a 5	
5	Clareza e exequibilidade do Plano Trabalho, seus objetivos, metas, métodos, conteúdo programático, técnicas e ferramentas a serem utilizados na execução da proposta, destacando-se a correlação entre as atividades e a consecução das metas previstas.	1,0	0 a 5	
6	Viabilidade e operacionalidade do projeto, quanto ao planejamento de execução das atividades do grupo com o público-alvo, especificando as ações do coordenador e bolsistas, bem como a adequação da proposta à sua exequibilidade financeira.	1,0	0 a 5	
7	Experiência da equipe na execução de ações de extensão (somente para propostas de programas)	3,0	0 a 5	
8	Existência de ações de extensão em vigência ou finalizadas na Ufersa com resultados comprovados relacionados a proposta (somente para propostas de programas)	3,0	0 a 5	
<b>Pontuação Final</b>				

- 1
- 2 11.2. Para cada quesito será atribuída uma nota de 0 (zero) a 5 (cinco) de acordo com a seguinte
- 3 classificação para as notas: 0 – Insuficiente; 1 – Ruim; 2 – Regular; 3 – Bom; 4 – Ótimo; 5 –
- 4 Excelente.
- 5 11.3. A pontuação de cada critério de classificação será calculada multiplicando a nota atribuída
- 6 pelo avaliador pelo peso do critério.
- 7 11.4. A pontuação final da proposta por avaliador será aferida pela soma da pontuação de cada
- 8 critério.
- 9 11.5. A pontuação final de cada proposta será feita pela média aritmética entre as pontuações
- 10 finais de cada avaliador, sendo que cada proposta será avaliada por pelo menos dois
- 11 avaliadores ad hoc.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

- 1 11.6. As propostas serão classificadas em ordem decrescente da pontuação final  
2 11.7. Será desclassificada a proposta que não atingir no mínimo 60% (sessenta por cento) do total  
3 de pontos possíveis, de acordo com a tabela de pontuação.  
4 11.8. Para desempate serão usadas as pontuações dos critérios 1, 2, 3 e 4, nessa ordem,  
5 respectivamente.

6  
7 **12. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8 12.1. A seleção das propostas submetidas à PROEC, em atendimento a este Edital, será realizada  
9 por intermédio de análises e avaliações comparativas de acordo com as seguintes etapas:

10 Etapa I – Enquadramento: consiste no enquadramento e na pré-análise das propostas apresentadas  
11 e sua adequação aos termos do presente Edital, a ser realizada pela PROEC. No caso do não  
12 atendimento aos termos do edital a proposta será desclassificada;

13 Etapa II – Análise pelos Consultores Ad Hoc: consiste na análise e julgamento do mérito e relevância  
14 das propostas por consultores ad hoc cadastrados pela PROEC, que não participem de nenhuma  
15 proposta submetida a este edital, em atendimento aos critérios de avaliação;

16 Etapa III – Classificação das propostas e alocação de bolsas e recursos: consiste na análise dos  
17 pareceres emitidos pelos consultores ad hoc, classificação das propostas, distribuição das cotas de  
18 bolsas e alocação dos recursos financeiros. Essa etapa será realizada pelo Comitê de Extensão e  
19 Cultura com publicação do resultado provisório;

20 Etapa IV – Publicação do Resultado Provisório pela PROEC: A relação dos programas e projetos  
21 aprovados provisoriamente com recursos financeiros do presente Edital será divulgada no portal  
22 eletrônico da UFERSA, no sítio da PROEC, disponível em <http://proec.ufersa.edu.br/> e no quadro de  
23 avisos do prédio da PROEC;

24 Etapa V – Análise dos recursos: O Comitê de Extensão e Cultura analisará os recursos impetrados à  
25 PROEC. Possíveis recursos administrativos deverão ser encaminhados, por escrito, à Pró-Reitoria de  
26 Extensão e Cultura no prazo de até 02 (dois) dias úteis, no horário de 7:00h as 11:00h e 13:00h as  
27 17:00h, a contar da publicação do resultado provisório.

28 Etapa VI - Homologação pela PROEC e publicação do Resultado Final: A relação dos programas e  
29 projetos aprovados com recursos financeiros do presente Edital será divulgada no portal eletrônico da  
30 UFERSA, no sítio da PROEC, disponível em <http://proec.ufersa.edu.br/> e no quadro de avisos do  
31 prédio da PROEC

32  
33 **13. IMPLEMENTAÇÃO PROJETOS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

34 13.1. As propostas a serem financiadas pelo presente Edital deverão ter seu prazo de execução  
35 estabelecido em no máximo 30 (trinta) meses para programas e 18 (dezoito) meses para projeto.

36 13.2. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o período de execução da proposta aprovada  
37 neste Edital, contados a partir da assinatura do Termo de Aceite celebrado entre o Coordenador  
38 e a UFERSA.

39 13.3. Caso haja desistência por parte do coordenador e vice-coordenador após a assinatura do  
40 Termo de Aceite, o recurso orçamentário, bolsas e materiais adquiridos serão realocados de  
41 acordo com a necessidade e conveniência da Administração.

42  
43 **14. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

44 14.1. A PROEC acompanhará as ações dos programas e projetos de extensão auxiliados por este  
45 edital usando dos seguintes critérios:

- 46 i. Execução orçamentária e atribuição das bolsas de acordo com o cronograma informado na  
47 proposta;
- 48 ii. Cumprimento das metas estabelecidas na proposta;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

**15. OBRIGAÇÕES DOS ENVOLVIDOS NAS PROPOSTAS CONTEMPLADAS**

- 15.1. As seguintes obrigações devem ser observadas sob pena de cancelamento do apoio em caso de descumprimento de uma ou mais das obrigações a qualquer tempo durante a vigência do apoio:
- 15.2. O coordenador da proposta deverá solicitar inclusão e exclusão de bolsistas nos prazos estabelecidos pela PROEC e ainda autorizar mensalmente o pagamento de bolsas.
- 15.3. O coordenador deverá apresentar a avaliação do desempenho e o relatório individual das atividades desenvolvidas por cada bolsista, no mês seguinte ao término da bolsa, inclusive dos bolsistas substituídos ao longo da execução da proposta.
- 15.4. O coordenador deverá submeter relatório final de execução da proposta até 30 dias após o término da vigência da mesma.
- 15.5. O coordenador e o vice-coordenador da proposta apoiada se comprometerão a participar de ações de articulação e divulgação de Extensão da Ufersa quando solicitados pela PROEC.
- 15.6. As publicações da proposta apoiada, tais como anais, livro de resumo entre outras deverão citar obrigatoriamente o apoio da Ufersa.
- 15.7. As peças de divulgação visual da proposta deverão conter, obrigatoriamente, a logomarca da Ufersa, observando as suas normas de uso e aplicação da Assessoria de Comunicação disponíveis em <http://assecom.ufersa.edu.br/identidade-visual/>.
- 15.8. Todos os integrantes da equipe de execução da proposta deverão obedecer o regulamento do Programa Institucional de Extensão da Ufersa.
- 15.9. Os coordenadores de propostas aprovadas devem estar adimplentes técnica e financeiramente com a Ufersa no momento de divulgação do resultado e durante a vigência do apoio.
- 15.10. O bolsista deverá:
- 15.10.1. Estar regularmente matriculado em curso de graduação conforme RESOLUÇÃO CONSUNI/UFERSA Nº 002/2012, de 22 de março de 2012.
- 15.10.2. Não ter vínculo empregatício e dedicar-se integralmente às atividades acadêmicas e ao desenvolvimento das atividades elencadas no Plano de Atividades.
- 15.10.3. Estar recebendo apenas esta modalidade de bolsa, sendo vedada acumulação de bolsa com outros Programas, exceto aqueles previstos em lei, tais como auxílio permanência
- 15.10.4. Executar individualmente as atividades elencadas no Plano de Atividades, dedicando 20 horas semanais ao mesmo.
- 15.10.5. Inscrever, com anuência do orientador, o(s) trabalho(s) oriundo(s) do programa ou projeto apoiado por este edital na Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPE) ou em evento equivalente promovido pela Ufersa.
- 15.10.6. Fazer referência a sua condição de discente extensionista nas publicações e trabalhos apresentados.
- 15.10.7. Apresentar relatório técnico-científico dos resultados obtidos ao final do período de vigência de sua bolsa, dentro do prazo estabelecido neste edital.

**16. DISPOSITIVOS GERAIS**

- 16.1. Cada servidor poderá ter somente uma proposta de apoio aprovada na condição de coordenador.
- 16.2. A proposta poderá ser aprovada com recursos financeiro menor do que o valor total solicitado.
- 16.3. O programa ou projeto apoiado por este edital pode contar com outras fontes apoio.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

- 1 16.4. Os resultados contendo as propostas aprovadas com respectivos valores serão divulgados na  
2 página da PROEC ([www.proec.ufersa.edu.br](http://www.proec.ufersa.edu.br)) e no quadro de avisos no prédio da PROEC no  
3 campus de Mossoró.
- 4 16.5. Os recursos financeiros aprovados não poderão ser remanejados para outra atividade.
- 5 16.6. Todo recurso não usado ao final da vigência do apoio será reincorporado ao orçamento da  
6 UFERSA.
- 7 16.7. A coordenação da proposta será assumida pelo vice-coordenador em caso de impedimento  
8 ou afastamento para qualificação do coordenador a qualquer tempo durante a vigência do apoio.
- 9 16.8. Os casos omissos e não previstos neste edital serão resolvidos, em primeira instância, pela  
10 PROEC, e, em última, pelo CONSUNI.
- 11 16.9. Dúvidas e interposição de recursos sobre os resultados do presente edital deverão ser  
12 encaminhados por escrito à PROEC no prazo máximo de 02 dias úteis após a divulgação dos  
13 resultados.
- 14 16.10. Eventuais dúvidas sobre o presente edital devem ser direcionadas à PROEC, por meio do  
15 telefone (84) 3317-8299 ou do endereço eletrônico [editais\\_proec@ufersa.edu.br](mailto:editais_proec@ufersa.edu.br).

16  
17 Mossoró-RN, xx de xxxxxxxx de 2016

18  
19 Prof. Dr. Felipe de Azevedo Silva Ribeiro  
20 Pró-Reitor de Extensão e Cultura



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
4ª Reunião Ordinária de 2016

## 5º PONTO

Apreciação e deliberação sobre os processos de redistribuição das servidoras técnico-administrativas Jéssica Girlaine Guimarães Leal (Processo 23091.002965/2016-75) e Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro (Processo 23091.003861/2016-36).





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO REITOR**

Rua: Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB  
Fone: (83) 2101.1467 – Fax: (83) 2101.1046  
E-mail: [reitoria@reitoria.ufcg.edu.br](mailto:reitoria@reitoria.ufcg.edu.br)

**OFÍCIO N.º 074/R/CG/UFCG**

Campina Grande-PB, 11 de março de 2016.

Ao  
Magnífico Reitor  
Prof<sup>o</sup> José Arimatea de Matos  
Universidade Federal do Semiárido – UFERSA  
Av. Francisco Mora, 572, Bairro Costa e Silva  
CEP 59.625-900 Mossoró/RN

**Assunto:** Consulta sobre Redistribuição

Magnífico Reitor,

1. Ao cumprimentá-lo, consultamos Vossa Magnificência acerca da possibilidade de autorizar a redistribuição da servidora **Jéssica Girlaine Guimarães Leal**, matrícula SIAPE n<sup>o</sup> 2135362, ocupante do cargo de Tradutor e Interprete de Linguagem de Sinais, lotada no *Campus* de Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA, para Universidade Federal de Campina Grande-UFCG.
2. Para viabilizar a redistribuição pretendida, a Universidade Federal de Campina Grande oferta, em contrapartida, o Código de Vaga N<sup>o</sup>. 0972212, submetendo o presente pleito à apreciação dessa Instituição de Ensino Superior que, em concordando, poderá dar as providências cabíveis no Ministério da Educação

Atenciosamente,

**José Edilson de Amorim**  
Reitor



Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
**FOLHA DE REMESSA**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Protocolo Setorial

CARIMBO PROGEPE



~ Nesta data faço remessa deste processo à PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 23/ março/ 2016

  
Nayara Martha Freire  
Secretaria Executiva - PROGEPE  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Matr. SIAPE nº 2556703

Servidor/Carimbo

## ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo do Protocolo Setorial-PROGEPE. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

---

**Processo** : 23517.002965/2016-75  
**Interessado:** Universidade Federal de Campina Grande  
**Assunto** : Pedido de Redistribuição

## DESPACHO

**01.** Trata-se de pedido de redistribuição, formulado pela **Universidade Federal de Campina Grande - UFCG**, no qual é demonstrado o interesse na redistribuição da servidora técnico-administrativa **Jéssica Girlaine Guimarães Leal**, Matrícula SIAPE nº 2135362, ocupante do cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, lotada no Câmpus de Caraúbas desta **Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA**.

**02.** A lei que trata do estatuto do servidor público federal, (Lei nº 8.112/1990), dispõe em seu art. 37, que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

- I - **interesse da administração**; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

**03.** Por conseguinte, a Portaria MPOG Nº 57, de 14 de abril de 2000, dispõe em seu art. 4º, que *"a redistribuição de cargo ocupado ou vago somente poderá ser efetivada se houver, como contrapartida, a redistribuição de um cargo efetivo, ocupado ou vago, do mesmo nível de escolaridade"*.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

---



**04.** Nessa esteira, embora tenha sido indicado como contrapartida para o ato, o código de vaga nº 0972212, referente ao cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, cumpre-nos ressaltar a atenção especial que deve ser dada quanto à apreciação dessa solicitação.

**05.** Encaminhe-se ao Câmpus de Caraúbas, a fim que sejam tomadas as providências necessárias quanto à apreciação e deliberação.

Mossoró, 30 de março de 2016.

**Keliane de Oliveira Cavalcante**

Pró-Reitora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI – ÁRIDO - UFERSA  
CAMPUS CARAÚBAS/RN

**Processo nº:** 23091.002965.2016 - 75  
**Interessado:** Jéssica Girlaine Guimarães Leal  
**Assunto:** Redistribuição

### RELATÓRIO

- 1.) No presente processo a Senhora Jéssica Girlaine Guimarães Leal, Tradutora e Interprete de Libras, lotada na Universidade Federal Rural do Semi-Árido UFERSA, neste Campus Caraúbas/RN, solicita redistribuição para Universidade Federal de Campina Grande/PB.
- 2.) O processo está devidamente instruído com peças discriminadas no requerimento;
- 3.) Submetido o referido processo, à apreciação do Campus, considerando-se a documentação apresentada e feitas as devidas consultas administrativas, resolve: **DEFERIR** o referido processo com a contrapartida da Universidade Federal de Campina Grande/PB de ofertar o código de vaga nº 0972212 para o Câmpus Caraúbas/RN, referente ao mesmo nível do cargo de Tradutora e Interprete de Libras.

### DESPACHO

Diante do exposto, encaminha-se ao Magnífico Reitor José de Arimatea de Matos para as providências cabíveis.

Caraúbas, RN, 06 de abril de 2016.

Edna Lúcia Rocha da Linares  
Diretora da UFERSA – Campus Caraúbas/RN  
Edna Lúcia da Rocha Linares  
Diretora do Campus Caraúbas  
Portaria UFERSA/GAB nº 294/2012



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**



**Processo:** 23091.002965/2016-75  
**Interessado:** Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
**Assunto:** Redistribuição

**DESPACHO**

Encaminhe-se à Secretaria dos Órgãos Colegiados, a fim de sejam tomadas as providências necessárias quanto a apreciação e deliberação desse pedido pelo Conselho Universitário - CONSUNI.

Mossoró-RN, 12 de abril de 2016.

**Keliane de Oliveira Cavalcante**  
Pró-Reitora de Gestão de Pessoas





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**GABINETE DO REITOR**

Rua: Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB  
Fone: (83) 2101.1467 – Fax: (83) 2101.1046  
E-mail: [reitoria@reitoria.ufcg.edu.br](mailto:reitoria@reitoria.ufcg.edu.br)

**OFÍCIO N.º 134/R/CG/UFCG**

Campina Grande-PB, 07 de abril de 2016.

Ao  
Magnífico Reitor  
Prof. José Arimatea de Matos  
Universidade Federal do Semiárido – UFERSA  
Av. Francisco Mora, 572, Bairro Costa e Silva  
CEP 59.625-900 Mossoró/RN

**Assunto: Redistribuição da Servidora Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro por permuta com o Servidor Helder Romero Maia Duarte**

Magnífico Reitor,

1. Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Magnificência, encaminhamos, em anexo, o Processo N.º. 23096.046135/15-87, em que a servidora **REBEKA MARIA DE CARVALHO SANTOS GODEIRO**, ocupante do cargo de Bibliotecária/Documentalista, matrícula SIAPE N.º 2025095, lotada nessa IES, no Campus de Angicos, solicita redistribuição por permuta com o servidor **HELDER ROMERO MAIA DUARTE**, ocupante do cargo de Bibliotecário/Documentalista, matrícula SIAPE N.º 2177662, lotado na Biblioteca Setorial do Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Campus de Patos, da Universidade Federal de Campina Grande.
2. Para viabilizar a redistribuição objeto deste processo, submetemos o presente pleito à apreciação dessa Instituição de Ensino Superior que, em concordando, poderá dar as providências cabíveis no Ministério da Educação.

Atenciosamente,

**José Edilson de Amorim**  
Reitor

*A PROGEPE para análise: 20/04/16*  
*José de Arimatea de Matos*  
Reitor



Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
**FOLHA DE REMESSA**

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

Protocolo Setorial

CARIMBO PROGEPE



Nesta data faço remessa deste processo à PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, de que lavra o presente termo.

Em Mossoró, 20/ abril/ 2016

  
Nayara Miranda Freire  
Secretaria de Gestão de Pessoas  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Mossoró, RN 5960703

Servidor/Carimbo

## ATENÇÃO

Essa folha é de uso exclusivo do Protocolo Setorial-PROGEPE. Fica permanentemente proibido riscos, registros de despacho ou qualquer tipo de rasura desse espaço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



**Processo** : 23091.003861/2016-36  
**Interessado:** Universidade Federal De Campina Grande  
**Assunto** : Pedido de Redistribuição

## DESPACHO

**01.** Trata-se de pedido de redistribuição, formulado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG, no qual é demonstrado o interesse na redistribuição da servidora técnico-administrativa **Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro**, Matrícula SIAPE nº 2025095, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, lotada no Câmpus de Angicos desta Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA.

**02.** A lei que trata do estatuto do servidor público federal, (Lei nº 8.112/1990), dispõe em seu art. 37, que a redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:

- I - **interesse da administração;** (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- II - equivalência de vencimentos; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade. (Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

**03.** Por conseguinte, a Portaria MPOG Nº 57, de 14 de abril de 2000, dispõe em seu art. 4º, que *"a redistribuição de cargo ocupado ou vago somente poderá ser efetivada se houver, como contrapartida, a redistribuição de um cargo efetivo, ocupado ou vago, do mesmo nível de escolaridade"*.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

---

**04.** Nessa esteira, embora tenha sido indicado como contrapartida para o ato, o código de vaga nº 0875340, ocupado pelo servidor técnico-administrativo dessa UFCG, o **Sr. Helder Romero Maia Duarte**, ocupante do cargo de Bibliotecário-Documentalista, cumpre-nos ressaltar a atenção especial que deve ser dada quanto à apreciação dessa solicitação.

**05.** Encaminhe-se ao Câmpus de Angicos, a fim que sejam tomadas as providências necessárias quanto à apreciação e deliberação.

Mossoró, 20 de abril de 2016.

  
**Elany Danielle Guedes Pereira**  
*Pró-Reitora Adjunta em Exercício*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CAMPUS ANGICOS**



**MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 12/2016 - ANGICOS (11.01.23)**  
**(Identificador: 201639329)**

**Nº do Protocolo: 23091.003869/2016-14**

**Mossoró-RN, 20 de Abril de 2016.**

**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Título: Processo de Redistribuição - Despacho**

Prezada Pró-Reitora,

Encaminho Despacho ao Processo de Redistribuição da Servidora Rebeka Maria de Carvalho Santos Godeiro:

**DESPACHO**

Deferimos a solicitação de Redistribuição da Servidora REBEKA MARIA DE CARVALHO SANTOS GODEIRO, ocupante do cargo Bibliotecária/Documentarista, matrícula SIAPE Nº 2025095, lotada nesta IES, no Campus de Angicos, para a Universidade Federal de Campina Grande, recebendo como contrapartida o Servidor HELDER ROMERO MAIA DUARTE, ocupante do mesmo cargo.

---

Angicos-RN, 20 de abril de 2016.

**Atenciosamente,**

**Araken de Medeiros Santos**  
**Diretor do Campus Angicos**

*(Autenticado em 20/04/2016 16:11)*  
ARAKEN DE MEDEIROS SANTOS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Processo:** 23091.003861/2016-36  
**Interessado:** Universidade Federal de Campina Grande - UFCG  
**Assunto:** Redistribuição

**DESPACHO**

Encaminhe-se à Secretaria dos Órgãos Colegiados, a fim de sejam tomadas as providências necessárias quanto a apreciação e deliberação desse pedido pelo Conselho Universitário - CONSUNI.

Mossoró-RN, 20 de abril de 2016.

  
**Elaine Danielle Guedes Pereira**  
*Pró-Reitora Adjunta em Exercício*



Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA  
Conselho Universitário – CONSUNI  
4ª Reunião Ordinária de 2016

## 6º PONTO

Apreciação e deliberação sobre renovações de afastamento para qualificação de servidores.

Breno Barros Telles do Carmo  
Henrique Renno Zanata



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



**PROCESSO**  
**23091.000162/2013-02**



Processo disponível para recebimento com código de barras

Cadastrado em 15/01/2013

**Nome(s) do Interessado(s):**

BRENO BARROS TELLES DO CARMO (969.959.803-44)

**Identificador:**

1750073

**Tipo do Processo:**

AFASTAMENTO DO PAÍS (DOCENTE)

**Assunto do Processo:**

022.122 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO EXTERIOR

**Assunto Detalhado:**

SOLICITA AFASTAMENTO DO PAIS CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**Unidade de Origem:**

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO (11.01.01.04)

**Criado Por:**

JOAO CARLOS BERNARDO DE LIMA

**Observação:**

*João Carlos*  
João Carlos Bernardo de Lima  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Arquivista/Chefe do SERCOM  
SIAPE: 1928859

**MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS**

Data	Destino	Data	Destino
15/01/2013	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (11.01.03)		
25/05/15	CPED		
26/01/16	JCAT/UFERSA/PROGEPE/DAP Inclusão/alteração realizada com sucesso na folha de pagamento.		
	<i>Assinatura e Carimbo</i> Marcus Vinicius Herculano Rocha Auxiliar em Administração Mat. SIAPE: 0396254		
			<i>Assinatura e Carimbo</i>
			<i>UFERSA/PROGEPE/DAP</i>
		16/07/14	Coord - Retencao
		10/04/15	JCAT
		25/05/15	Coord - Retencao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO



**DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 110/2015, de 1º de junho de 2015.**

Aprova a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Breno Barros Telles.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **11ª Reunião Extraordinária de 2015**, em sessão realizada no dia 1º de junho,

**CONSIDERANDO** o Processo Nº 23091.000162/2013-02;

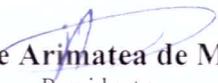
**CONSIDERANDO** o Art. 13, Parágrafo único, da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 8 de novembro de 2013;

**DECIDE:**

**Art. 1º** Aprovar a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Breno Barros Telles, no período de 1º de agosto de 2015 a 31 de julho de 2016.

**Art. 2º** Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró, 1º de junho de 2015.

  
**José de Arimatea de Matos**  
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SEMI-ÁRIDO - Ufersa  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296/8295 – E.mail: proppg@ufersa.edu.br



**3. PARECERES**

**CPPTA (Técnico-Administrativo):**

**APROVO:** ( ) **NÃO APROVO:** ( )

**Data:** / /

\_\_\_\_\_  
Presidente

**CPPD (Docente):**

**APROVO:** ( ) **NÃO APROVO:** ( )

**Data:** / /

\_\_\_\_\_  
Presidente

**PROPPG (Docente e Técnico-Administrativo):**

**APROVO:** ( ) **NÃO APROVO:** ( )

**Data:** / /

\_\_\_\_\_  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**DEPARTAMENTO/SETOR:**

**1. Justificativa para nova liberação do(a) requerente:** **Data de aprovação:** 23/02/16

A RENOVAÇÃO DO AFASTAMENTO DO REQUERENTE FOI APROVADA NA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016. HÁ UM PROFESSOR SUBSTITUTO E O PROF. BRENCO BARROS TELLES DO CARMO IRÁ PARA O SEU QUARTO ANO DE DOUTORADO.

*Rodrigo Nogueira de Codes*

Rodrigo Nogueira de Codes  
Chefe do Departamento de  
Ciências Ambientais e Tecnológicas  
Mat. SIAPE: 1806868

**OBSERVAÇÃO:**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER SOBRE PEDIDO DE AFASTAMENTO DE DOCENTE  
PARA CURSAR DOUTORADO NO EXTERIOR**

**CONSIDERAÇÕES**

O processo 23091.000162/2013-02 trata de um pedido de **RENOVAÇÃO** de afastamento do professor **Breno Barros Telles do Carmo**, pertencente ao Departamento de Ciências Ambientais e tecnológicas (DCAT) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com a finalidade de terminar o curso de doutorado em Engenharia Industrial na Escola Politécnica da Universidade de Montreal (École Polytechnique de L'Université de Montreal), Montreal, Canadá, a partir 1º de agosto de 2016 (folha 118).

O docente solicita o afastamento integral de suas atividades na UFERSA, pelo período de um ano, para finalizar os estudos de Doutorado na supracitada Universidade.

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nível de doutorado,

CONSIDERANDO que a obtenção do título de doutor pelo requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, conseqüentemente, ingressar como docente em curso de pós-graduação na UFERSA.

CONSIDERANDO a solicitação de Renovação da liberação do supracitado professor pelo seu orientador (folhas 121-122);

CONSIDERANDO o parecer favorável do DCAT na 1ª Reunião Ordinária de 2016 (folha 120),

CONSIDERANDO o Relatório Semestral do solicitante (folhas 125-126),

CONSIDERANDO que existe uma vaga para professor substituto para suprir a ausência do solicitante (folha 097).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER**

A PROPPG/UFERSA é **FAVORÁVEL** a **RENOVAÇÃO** do afastamento do Docente pelo período de um ano a partir 1º de agosto de 2016, para finalizar o curso de doutorado em Engenharia Industrial na Escola Politécnica da Universidade de Montreal (École Polytechnique de L'Université de Montreal), Montreal, Canadá.

Mossoró (RN), 29 de fevereiro de 2016.

**Prof. Vander Mendonça**  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS



**Processo:** 23091.000162/2013-02

**Interessado:** Breno Barros Telles do Carmo

**Assunto:** Renovação de afastamento Integral para Cursar Doutorado

## DESPACHO

**01.** Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pelo servidor docente **BRENO BARROS TELLES DO CARMO**, siape 1750073, pertencente ao Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas, com a finalidade de dar continuidade ao curso de doutorado em Engenharia Industrial, na *Escola Politécnica da Universidade de Montreal (École Polytechnique de L'Université de Montreal)*, em Montreal, Canadá, no período de 01 de agosto de 2016 a 31 de julho de 2017.

**02.** O pleito em análise merece prosperar, consoante motivação que se segue.

**03.** A lei que trata do plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, (Lei nº 12.772/2012), menciona expressamente, no capítulo que trata dos afastamentos a possibilidade de afastamento integral para cursar Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, independentemente do tempo ocupado no cargo na Instituição. Senão vejamos o inteiro teor do dispositivo:

Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:

I - PARTICIPAR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, INDEPENDENTEMENTE DO TEMPO OCUPADO NO CARGO OU NA INSTITUIÇÃO;

**04.** Compulsando os presentes autos, observa-se, a partir dos documentos anexados a subsunção dos fatos as normas, isto é, a situação vertente atende a todas as exigências insculpidas nos preceitos acima transcritos, máxime na exigência de atendimento do estágio probatório.

**05.** No que concerne à substituição do interessado, fica estabelecido em documento presente neste Processo (Folha 120), a disponibilidade de professor substituto contratado para assumir as disciplinas do docente afastado,



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

---

conforme Plano Anual de Qualificação e Formação do docente do DCAT para o ano de 2016.

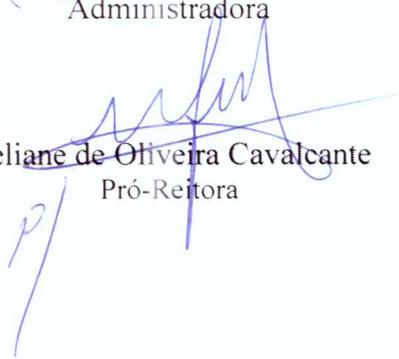
**06.** Neste sentido informamos que é do interesse desta Instituição Federal de Ensino Superior promover o aperfeiçoamento e a qualificação técnico-científica do seu corpo docente, tendo em vista que isto trará benefícios diretos para esta Universidade e, tanto o Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas, como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam a renovação do afastamento do país da docente, conforme se verifica nos documentos de fls. 120, 148 e 149, respectivamente.

**07. Ante o exposto,** considerando que o presente caso atende as exigências legais, **DEFIRO** o presente requerimento, formulado pelo Professor Breno Barros Telles do Carmo, o que faço com base nas razões anteriormente expendidas.

**08.** Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 10 de março de 2016.

  
Ananayra Mirella Góis e Silva  
Administradora

  
Keliane de Oliveira Cavalcante  
Pró-Reitora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE



Memorando nº 122/16 - CPPD/UFERSA

Mossoró, 21 de março de 2016.

À Sua Magnificência o Senhor  
**José de Arimatea de Matos**  
Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Campus de Mossoró  
Mossoró - RN, CEP: 59.625-900.

Assunto: **Encaminhar parecer**

Magnífico Reitor,

Vimos pelo presente, encaminhar parecer desta Comissão sobre a solicitação de renovação de afastamento para cursar doutorado, do professor **Breno Barros Telles do Carmo**.

Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
D.Sc. Marta Ligia Pereira da Silva  
(Presidente)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE



Mossoró, 21 de março de 2016.

## PARECER

Analisando a solicitação feita pelo Professor **Breno Barros Telles do Carmo** de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Engenharia Industrial na Escola Politécnica da Universidade de Montreal (*École Polytechnique de L'Université de Montreal*), Montreal-Canadá, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o parecer do Departamento de Ciências Ambientais e Tecnológicas – DCAT, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

D.Sc. Marta Ligia Pereira da Silva  
(Presidente)



Serviço Público Federal



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO, ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS



# PROCESSO 23091.005341/2013-28



Processo disponível para recebimento com código de barras

Cadastrado em 02/12/2013

**Nome(s) do Interessado(s):**

HENRIQUE RENNO ZANATA (026.656.781-95)

**Identificador:**

1911600

**Tipo do Processo:**

AFASTAMENTO NO PAÍS (DOCENTE)

**Assunto do Processo:**

022.121 - APERFEIÇOAMENTO E TREINAMENTO: CURSOS (INCLUSIVE BOLSAS DE ESTUDO) PROMOVIDOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES NO BRASIL

**Assunto Detalhado:**

SOLICITA AFASTAMENTO PARA CURSAR DOTOURADO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO

**Unidade de Origem:**

CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)

**Criado Por:**

JANECELY SILVEIRA DE LIMA

**Observação:**

Janececy Silveira de Lima  
Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Arquivista  
Mat. SIAPE: 2031591

**MOVIMENTAÇÕES ASSOCIADAS**

Data	Destino	Data	Destino
02/12/2013	CAMPUS CARAUBAS (11.01.29)		
20/02/14	Coral - Reitoria		
30/04/15	CPPD		
13/04/15	Faniello Pereira Reitoria		
	UFERSA / PROGEPE / DAP Inclusão/Alteração realizada com sucesso na folha de pagamento. Mês <u>Mar</u> / 20 <u>15</u>		UFERSA / PROGEPE / DAP Inclusão/Alteração realizada com sucesso na folha de pagamento. Mês <u>03</u> / 20 <u>14</u>
	(Assinatura e carimbo) Suzana Gorrette de Oliveira Assist. em Administração - UFERSA Mat. SIAPE 1976259		Marcus Vinícius Herculano Rocha Auxiliar em Administração Mat. SIAPE: 0396254



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
CONSELHO UNIVERSITÁRIO



**DECISÃO CONSUNI/UFERSA Nº 092/2015, de 22 de abril de 2015.**

Aprova a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Henrique Renno Zanata.

O Presidente do **CONSELHO UNIVERSITÁRIO** da **UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA**, no uso de suas atribuições legais e com base na deliberação deste Órgão Colegiado em sua **2ª Reunião Ordinária de 2015**, em sessão realizada no dia 22 de abril,

**CONSIDERANDO** o Processo 23091.005431/2013-28;

**CONSIDERANDO** o Art. 13, Parágrafo único, da Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 009/2013, de 8 de novembro de 2013;

**DECIDE:**

**Art. 1º** Aprovar a renovação do afastamento para qualificação do servidor docente Henrique Renno Zanata, no período de 1º de março de 2015 a 29 de fevereiro de 2016.

**Art. 2º** Esta Decisão entra em vigor a partir desta data.

Mossoró-RN, 22 de abril de 2015.

  
**José de Arimatea de Matos**  
Presidente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI – ÁRIDO - UFERSA  
CAMPUS CARAÚBAS/RN

Processo nº: 23091.005341/2013-28  
Interessado: Henrique Renno Zanata  
Assunto: Afastamento no País (Docente).

RELATÓRIO

- 1.) No presente processo o Senhor Henrique Renno Zanata, docente da Universidade Federal Rural do Semi-Árido UFERSA, neste Câmpus Caraúbas/RN, solicita afastamento no País para cursar doutorado;
- 2.) O processo está devidamente instruído com peças discriminadas no requerimento;
- 3.) Submetido o referido processo, à apreciação durante a 1ª Reunião ordinária do Câmpus Caraúbas do ano de 2016, realizada no dia 04 de fevereiro, para consulta e deliberação sobre a renovação do afastamento do Docente para cursar doutorado, foi deliberado em assembleia, e em regime de votação aprovado o afastamento no País para cursar doutorado do Senhor Henrique Renno Zanata, por trinta e seis votos(36) a favor da renovação do afastamento, nenhum voto contra e sete(07) abstenções, dos presentes e aptos a votar, conforme descrito em ata.

DESPACHO

Diante do exposto, encaminha-se ao Magnífico Reitor José de Arimatea de Matos para as providências cabíveis.

Caraúbas, RN, 11 de fevereiro de 2016.

Edna Lúcia Rocha da Linhares  
Diretora da UFERSA – Câmpus Caraúbas/RN

Edna Lúcia da Rocha Linhares  
Diretora do Câmpus Caraúbas  
Portaria UFERSA/GAB nº 294/2016



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

**PARECER SOBRE PEDIDO DE AFASTAMENTO DE RENOVAÇÃO  
DE DOCENTE PARA CURSAR DOUTORADO NO PAÍS**

**CONSIDERAÇÕES**

O Processo 23091.005341/2013-28 trata de um pedido de RENOVAÇÃO de afastamento do professor **Henrique Renno Zanata**, pertencente ao quadro de docentes do Campus de Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), com a finalidade de dar continuidade ao seu curso de doutorado em Matemática na Universidade de Brasília (UnB), em Brasília – DF.

O docente solicita o afastamento integral de suas atividades na UFERSA, pelo período de mais um ano, retroativo a 01 de março de 2016 até 28 de fevereiro de 2017, para dar continuidade aos seus estudos de Doutorado na UnB.

CONSIDERANDO que a UFERSA deve incentivar e prover condições favoráveis à qualificação de seus docentes em nível de doutorado;

CONSIDERANDO que a obtenção do título de doutor pelo requerente vai aumentar a sua atuação em atividades de pesquisa na UFERSA e, conseqüentemente, ingressar como docente em cursos de pós-graduação na UFERSA;

CONSIDERANDO que o docente cumpriu as atividades do Plano de Estudo (folhas 068 e 069) e o Histórico Escolar de Pós-Graduação (folha 072);

CONSIDERANDO o parecer favorável da Direção do Campus de Caraúbas (folha 075);

CONSIDERANDO a Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009 – Seção V - *Do afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País.*



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Av. Francisco Mota, 572 – C. Postal 137 – Bairro Pres. Costa e Silva – Mossoró – RN – CEP: 59.625-900 - Tel.: (84)3317-8296 – E-mail: proppg@ufersa.edu.br

Art. 96-A. O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em instituição de ensino superior no País. (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009)

**PARECER**

A PROPPG/UFERSA é **FAVORÁVEL** a RENOVAÇÃO do afastamento integral do Prof<sup>o</sup> **Henrique Renno Zanata** de suas atividades acadêmicas na UFERSA, pelo período de um ano, com a finalidade de dar continuidade ao Doutorado em Matemática na UnB, a contar da data retroativa de 01 de março de 2016.

UFERSA  
Prof. Vander Mendonça  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
Mat. SIAPE 15

**Prof. Vander Mendonça**  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Mossoró (RN), 04 de abril de 2016.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**Processo:** 23091.005341/2013-28

**Interessado:** Henrique Renno Zanata

**Assunto:** Renovação de afastamento Integral para Cursar Doutorado

## **DESPACHO**

**01.** Trata-se de requerimento de renovação de afastamento integral formulado pelo servidor docente **HENRIQUE RENNO ZANATA**, siape 1911600, pertencente ao Campus da Universidade Federal Rural do Semi-Árido em Caraúbas, pelo período de um ano, com a finalidade de dar continuidade ao curso de Doutorado em Matemática, na Universidade de Brasília-UNB, em Brasília-DF, a contar da data retroativa de março a 28 de fevereiro de 2017.

**02.** O pleito em análise merece prosperar, consoante motivação que se segue.

**03.** A lei que trata do plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, (Lei nº 12.772/2012), menciona expressamente, no capítulo que trata dos afastamentos a possibilidade de afastamento integral para cursar Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, independentemente do tempo ocupado no cargo na Instituição. Senão vejamos o inteiro teor do dispositivo:

**Art. 30. O ocupante de cargos do Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Federal, sem prejuízo dos afastamentos previstos na Lei nº 8.112, de 1990, poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus, para:**

**I - PARTICIPAR DE PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU, INDEPENDENTEMENTE DO TEMPO OCUPADO NO CARGO OU NA INSTITUIÇÃO;**

**04.** Compulsando os presentes autos, observa-se, a partir dos documentos anexados a subsunção dos fatos as normas, isto é, a situação vertente atende a todas as exigências insculpidas nos preceitos acima transcritos, máxime na exigência de atendimento do estágio probatório.

**05.** No que concerne à substituição do interessado, fica estabelecido em documento presente neste Processo (Folha 74), a disponibilidade de professor substituto contratado para assumir as disciplinas do docente afastado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
**PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

---

**06.** Neste sentido informamos que é do interesse desta Instituição Federal de Ensino Superior promover o aperfeiçoamento e a qualificação técnica-científica do seu corpo docente, tendo em vista que isto trará benefícios diretos para esta Universidade e, tanto Campus Caraúbas, como a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós Graduação aprovam a renovação do afastamento do docente, conforme se verifica nos documentos de fls. 74, 82 e 83, respectivamente.

**07. Ante o exposto,** considerando que o presente caso atende as exigências legais, **DEFIRO** o presente requerimento, formulado pelo Professor Henrique Renno Zanata, o que faço com base nas razões anteriormente expendidas.

**08.** Encaminhe-se à Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD, para apreciação e deliberação.

Mossoró, 06 de abril de 2016.

  
Ananayra Mirella Góis e Silva  
Administradora

  
Keliane de Oliveira Cavalcante  
Pró-Reitora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE



Memorando nº 156/16 - CPPD/UFERSA

Mossoró, 11 de abril de 2016.

À Sua Magnificência o Senhor  
**José de Arimatea de Matos**  
Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Campus de Mossoró  
Mossoró - RN. CEP: 59.625-900.

Assunto: **Encaminhar parecer**

Magnífico Reitor,

Vimos pelo presente, encaminhar parecer desta Comissão sobre a solicitação de renovação de afastamento para cursar doutorado, do professor **Henrique Renno Zanata**.

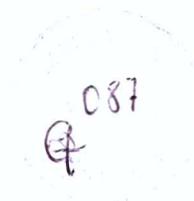
Sendo o que nos apresenta para o momento, reiteramos nossos votos de estima e consideração.

Respeitosamente,

  
D.Sc. Marta Ligia Pereira da Silva  
(Presidente)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**  
COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE



Mossoró, 11 de abril de 2016.

**PARECER**

Analisando a solicitação feita pelo Professor **Henrique Renno Zanata** de renovação de afastamento com a finalidade de cursar doutorado em Matemática na Universidade de Brasília, Brasília-DF, e considerando o Despacho da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE, o parecer da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG e o Relatório do Campus Caraúbas, favoráveis, esta comissão se posiciona, também, a favor da referida solicitação.

D.Sc. Marta Ligia Pereira da Silva

(Presidente)